

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
INSTITUTO AGGEU MAGALHÃES
Mestrado Acadêmico em Saúde Pública

RENATA CORDEIRO DOMINGUES

A VULNERABILIZAÇÃO CAMPONESA NO CONTEXTO DA TRANSPOSIÇÃO DO
RIO SÃO FRANCISCO: O desterro na Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes
(Junco)

RECIFE

RENATA CORDEIRO DOMINGUES

**A VULNERABILIZAÇÃO CAMPONESA NO CONTEXTO DA TRANSPOSIÇÃO DO
RIO SÃO FRANCISCO: O desterro na Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes
(Junco)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz para a obtenção do grau de mestre em ciências.

Orientador: Prof. Dr. André Monteiro Costa

Recife

2016

Catálogo na fonte: Biblioteca do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães

D671v Domingues, Renata Cordeiro

A vulnerabilização camponesa no contexto da transposição do Rio São Francisco: o desterro na Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes (Junco) / Renata Cordeiro Domingues.— Recife: [s. n.], 2016.

113 p.: il.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz.

Orientador: André Monteiro Costa.

1. Saúde Ambiental. 2. Populações Vulneráveis. 3. População Rural. 4. Desequilíbrio Ecológico. I. Costa, André Monteiro. II. Título.

CDU 504

RENATA CORDEIRO DOMINGUES

**A VULNERABILIZAÇÃO CAMPONESA NO CONTEXTO DA TRANSPOSIÇÃO DO
RIO SÃO FRANCISCO: O desterro na Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes
(Junco)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz para a obtenção do grau de mestre em ciências.

Aprovada em: 7 de Junho de 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Monteiro Costa
CPqAM/FIOCRUZ/PE

Prof^a. Dr^a. Idê Gomes Dantas Gurgel
CPqAM/FIOCRUZ/PE

Prof. Jan Bitoun
UFPE

Às famílias desterritorializadas pelas obras da transposição do rio São Francisco.

AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho não seria possível sem os encontros, as trocas e o envolvimento de muitos que, generosamente, me fortaleceram com amizade, presença, amor, bem querer, saberes, críticas e acolhimento. Por isso, quero registrar aqui meu indescritível sentimento de gratidão em reconhecimento a todo apoio emocional, intelectual, institucional e financeiro, sem o qual não estaria aqui, com o coração sereno e amadurecido pela superação dos desafios que deslocou a linha do horizonte e ampliou meus referenciais de vida.

De início, agradeço à quem devo minha existência: à minha mãe Marta que com toda sua bondade me faz querer ser uma pessoa melhor a cada dia; à meu pai Paulo que sempre trabalhou muito para nos ofertar condições de poder ser quem somos (eu e minha irmã); à minha mana Laís que chegou pra compartilhar, desde cedo, nossas primeiras experiências de mundo: a amizade foi uma delas. A minha avó Celeste e meu avô Luiz, reduto de afeto de minha história.

À Miguel, pela escolha livre e diária de seguirmos companheir@s, (re)inventando o amor, a amizade, o respeito, o encanto e tantas outras experiências que não sou capaz de colocar em palavras.

Agradeço aos amigos próximos e distantes. Em especial: à Luiza e a Virgínia que me acompanharam tão de perto nesta trajetória (compartilhando desejos, dúvidas, medos e coragens). À Júlia pelo cuidado comigo quando quase perdi minha dissertação e aos nossos companheiros (Miguel e Felipe) que com muita dedicação resgataram o arquivo e me devolveram a vida (sim, quase morri). Agradeço à tod@s @s amig@s do Coletivo Grão de Saúde do Campo pela a ideologia que nos une e significa nossas ações, pela amizade sincera (Marina, Dara, Evelyn, Luana, Carol, Pedro, Sémares, Paulo e Fernanda).

Aos companheir@s do LASAT pelos aprendizados e amizades semeados durante esta caminhada. À André Monteiro pela orientação e oportunidade compartilhada e por todo respeito e confiança construídos durante esta caminhada. À Idê Gurgel pela amizade, carinho, pela força perseverante e por todas as importantes contribuições dedicadas a este trabalho e a minha formação. À Mariana Olívia e Glaciene Mary pela amizade e apoio em toda a caminhada. Ao CpqAM e ao CNPq pelo apoio institucional e financeiro, respectivamente.

Sempre comigo, na memória e no coração:

Vovó Candurinha e Tio Luís

Estatuto do Rio São Francisco

“Artigo 1º - Fica estabelecido, por Lei Suprema, valendo por todos os séculos vindouros, que o desamor e o desprezo por essas Ribeiras, e ao seu lençol de encardidas águas, é um atentado à vida.

Artigo 2º - Fica decretado que toda Flora que brota no corpo deste Rio, com seus espantos de cores e frutos, seus mantos de dores e lutos, torna-se um Princípio Moral Incontestável.

Artigo 3º - Fica decretado que toda Fauna, que ainda povoa essas paragens, com sua áspera lição de resistência, é agora a morada primordial da Ternura que deixou de habitar nos homens.

Artigo 4º - Fica decretado que haverá sempre uma Lenda a ser descoberta no gorjeio dos pássaros, que revoam por essas aragens, enquanto o poente desenha saudades no cais.

Artigo 5º - É verdade que jamais foi negado a boca alguma saciar a sede nessas nascentes, porém, agora faz-se necessário primeiramente irmanar-se com o Espírito de sua correnteza e, somente depois, provar de sua Essência.

Artigo 6º - Fica decretado que todo janeiro que apontar nas curvas desses barrancos trará em seu caudal o embrião da Esperança e da Fatura, sem discriminar credo, raça ou classe social.

Artigo Final – Considerando que este Estatuto foi lavrado sob o abrigo do Amor e da Justiça, fica terminantemente decretado que toda palavra, ou ação, contrária à prática do mesmo, é crime contra o patrimônio Espiritual da Humanidade”.

(João Filho)

DOMINGUES, Renata Cordeiro. **A vulnerabilização camponesa no contexto da transposição do rio São Francisco**: o desterro na Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes (Junco). 2016. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2016.

RESUMO

O modelo de desenvolvimento vigente revela padrões globais de crescimento econômico e inserção no mercado internacional. Logo, a transposição das águas do Rio São Francisco é um projeto nacional de infraestrutura hídrica que anuncia a resolução dos problemas de acesso à água de 12 milhões de pessoas e a superação da condenação histórica ao subdesenvolvimento em que, historicamente, o semiárido brasileiro encontra-se submetido. Entretanto, a população camponesa local tem padecido frente ao intenso processo de implantação das obras nos territórios Baixio dos Grandes e Junco - ambos localizados no Município de Cabrobó/PE. As famílias camponesas foram desterritorializadas compulsoriamente de seus antigos territórios e transferidas para a Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes (Junco). Certamente, este estudo de natureza qualitativa, fundamentado na teoria da determinação social da saúde, se preocupa em analisar o processo de vulnerabilização das famílias diretamente atingidas em seus territórios de vida. A intervenção compulsória na vida dessas famílias fez emergir problemas complexos que se intensificam diante da morosidade da etapa de finalização das obras, são eles: a desestabilização do poder territorial, a desconstrução do modo de produção familiar camponês, a descaracterização da identidade camponesa e, por fim, a desvitalização da autonomia – que constrange as possibilidades de escolhas e fragiliza as decisões sobre a própria vida e saúde, vulnerabilizando as famílias camponesas.

Palavras-chave: Saúde e Ambiente. Transposição do Rio São Francisco. Desterritorialização. Vulnerabilização.

DOMINGUES, Renata Cordeiro. **The campones vulnerabilization in the context of the transposition of the são francisco river**: The exile in the Rural Productive Village Baixio dos Grandes (Junco). 2016. Dissertation (Master in Public Health) Aggeu Magalhães Research Center, Oswaldo Cruz Foundation, Recife, 2016.

ABSTRACT

The current development model reveals global patterns of economic growth and integration into the international market. Therefore, the transposition of the São Francisco River waters is a national water infrastructure design announcing the resolution of water problems will access to 12 million people and overcoming the historic condemnation of underdevelopment in which, historically, the Brazilian semiarid encontra- undergone. However, the local peasant population has suffered against the intense process of implementation of the works in the shoal areas and the Great Reed - both located in the municipality of Cabrobó / PE. Farm families were dispossessed forcibly from their old territories and transferred to Rural Productive Village Baixio the Great (Junco). Certainly, this qualitative study, based on the social determinants of health theory is concerned with analyzing the vulnerabilization process of families directly affected in their territories of life. The compulsory intervention in the lives of these families did emerge complex problems that intensify before the slow pace of completion of the works stage, they are: the destabilization of the territorial power, deconstruction peasant family production mode, the mischaracterization of peasant identity and, Finally, the root canal of autonomy - that constrains the possibilities of choices and weakens decisions about their lives and health, vulnerabilizando peasant families.

Keywords: Health and Environment. Transposition of the São Francisco River. Dispossession. Vulnerabilization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| FIGURA 1 – Região semiárida do Brasil..... | 14 |
| FIGURA 2 – Região hidrográfica do rio São Francisco..... | 22 |
| FIGURA 3 – Representação cartográfica dos Eixos Norte e Leste dos canais responsáveis pela futura transposição..... | 24 |
| FIGURA 4 – Trecho de obra no Eixo Leste do canal da transposição do rio São Francisco, Ibimirim/PE – 2014..... | 25 |
| FIGURA 5 – Obras no Eixo Leste da Transposição do rio São Francisco, Sertânia/PE – 2014..... | 28 |
| QUADRO 1 – Subsunção: superação da concepção linear sobre a relação biológico social..... | 38 |
| FIGURA 6 – Localização espacial do sertão do São Francisco no Estado de Pernambuco..... | 60 |
| FIGURA 7 – Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes (Junco), em Cabrobó/PE..... | 62 |
| FIGURA 8 – Casa de alvenaria na Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes (Junco)..... | 63 |
| FIGURA 9 – Escola Municipal José Ribeiro da Silva (Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes – Junco)..... | 67 |
| QUADRO 2 – Condensação de significados, adaptado de Kvale, 1996..... | 68 |
| FIGURA 10 – Associação de Moradores da Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes (Junco)..... | 79 |
| FIGURA 11 – Trabalhador da construção civil exposto à alta densidade de poeira nas obras da transposição do rio São Francisco, 2014..... | 86 |
| FIGURA 12 – Umbuzeiro – Árvore típica do semiárido (Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes – Junco)..... | 89 |
| FIGURA 13 – Pôr do sol na Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes (Junco), 2015..... | 91 |

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AD – Análise do Discurso

ANA – Agência Nacional das Águas

ASA – Articulação do Semiárido

CAEE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPqAM - Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSA – Instituto Nacional do Semiárido

LASAT - Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MI - Ministério da Integração Nacional

MG – Minas Gerais

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONG – Organização não Governamental

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PB - Paraíba

PBA - Programa Básico Ambiental

PE - Pernambuco

PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

RN - Rio Grande do Norte

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

VMT – Verba de Manutenção Temporária

VPR - Vila Produtiva Rural

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 A TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO: A SENTENÇA DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO | 13 |
| 1.1 O semiárido do nordeste brasileiro: uma breve narrativa do lugar | 13 |
| 1.2 Entre o combate a seca e à convivência com o semiárido: uma disputa paradigmática sobre o sertão | 17 |
| 1.3 Os (des)caminhos para a salvação e o rebento das contradições | 21 |
| 1.4 Pressupostos | 31 |
| 1.4.1 Pergunta Condutora..... | 32 |
| 1.5 Objetivos do estudo | 32 |
| 1.5.1 Objetivo Geral..... | 32 |
| 1.5.2 Objetivos Específicos..... | 32 |
| | |
| 2 A DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE NOS CONTEXTOS DE INJUSTIÇA AMBIENTAL: UM OLHAR TERRITORIALIZADO | 33 |
| 2.1 A determinação social da saúde: um movimento dialético necessário | 36 |
| 2.2 Saúde e Ambiente e o enfoque transdisciplinar | 41 |
| 2.3 A ecologia política e a geografia crítica no contexto da globalização das injustiças ambientais | 45 |
| 2.3.1 Contribuições das categorias de território e territorialidade para a Ecologia política da saúde..... | 48 |
| 2.3.2 O território camponês no contexto das injustiças ambientais..... | 53 |
| 2.4 As fronteiras epistemológicas entre os conceitos de vulnerabilidade e vulnerabilização: da potência ao ato | 55 |
| | |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 58 |
| 3.1 Desenho do estudo | 58 |
| 3.2 Área e sujeitos do estudo | 59 |
| 3.2.1 Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes (Junco)..... | 61 |
| 3.2.2 Sujeitos do estudo..... | 63 |
| 3.3 Período do estudo | 64 |

| | |
|--|------------|
| 3.4 Incursões no campo de pesquisa, coleta de dados e categorias de análise..... | 64 |
| 3.5 Análise dos dados..... | 67 |
| 3.6 Considerações éticas..... | 68 |
| | |
| 4 A VULNERABILIZAÇÃO CAMPONESA: O (des)caso da Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes (Junco)..... | 69 |
| 4.1 A verticalidade dos arranjos decisórios..... | 69 |
| 4.2 A desterritorialização compulsória e a transferência para a Vila Produtiva Rural (VPR): um evento Vulnerabilizante..... | 73 |
| 4.2.1 Desestabilização do poder territorial..... | 75 |
| 4.2.2 Desconstrução do modo de produção familiar | 80 |
| 4.2.3 Descaracterização da identidade camponesa | 97 |
| 4.3 A desvitalização da autonomia: o processo de vulnerabilização da população camponesa..... | 95 |
| | |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 100 |
| | |
| REFERÊNCIAS..... | 102 |
| | |
| APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido..... | 112 |
| APÊNDICE B - Roteiro básico de entrevista semi-estruturada..... | 113 |

1 A TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO: A SENTENÇA DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

“Chegando o tempo do inverno, tudo é amoroso e terno, sentido o Pai Eterno sua bondade sem fim. O nosso sertão amado, estrumicado, pelado, fica logo transformado no mais bonito jardim” (ASSARÉ, 1978, p. 55).

1.1 O semiárido do nordeste brasileiro: uma breve narrativa do lugar

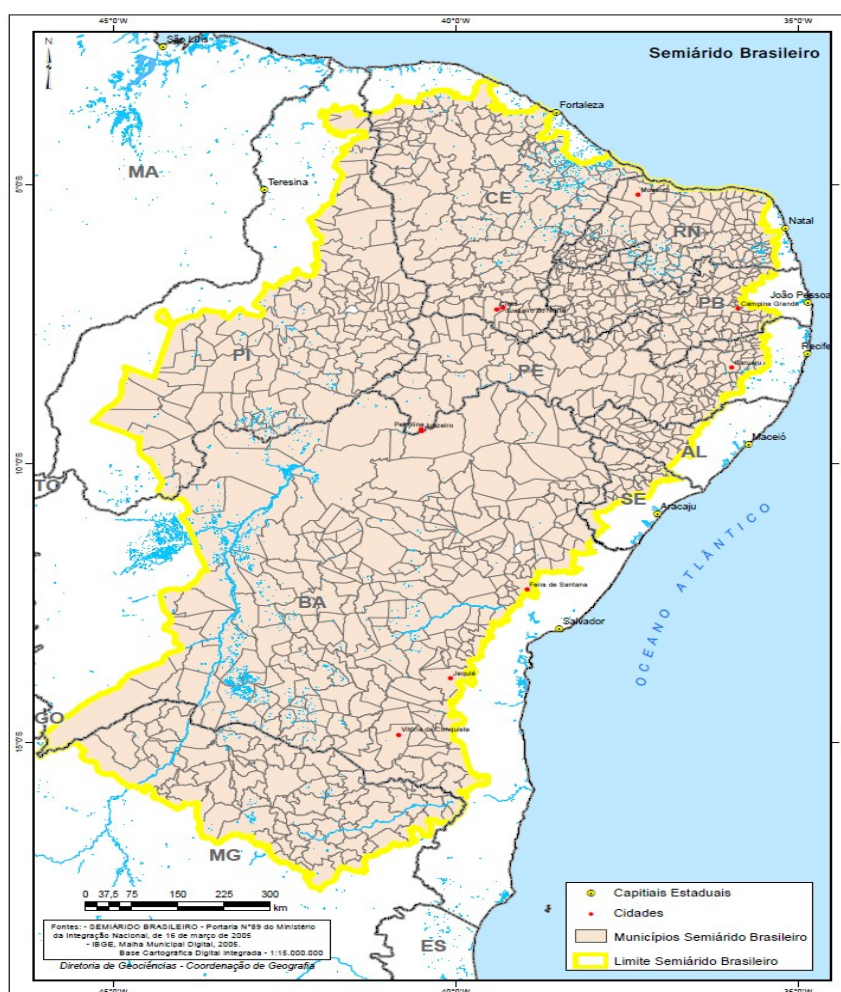
São muitas as possibilidades de projetar o olhar, perceber e sentir o vasto universo sertanejo. Alusões ao sertão são observadas em uma amplitude extraordinária de linguagens, que expressam o sentimento e reflexão, que nascem a partir da experimentação do homem com este lugar. Sem dúvida, a seca ocupa um importante papel simbólico e concreto, senão decisivo, na forma como o sujeito mapeia e narra a sua experiência com o semiárido. Conforme exemplifica Carmello (2010, p.165): “na literatura, a paisagem vai progressivamente desvencilhar-se de um lugar físico, e ser expressa como um espaço indissociável entre o subjetivo e objetivo”. Talvez, a experimentação humana desta paisagem que ocupa esse intervalo entre limites reúna, em unidade, os diferentes sertões: *o de dentro* - paisagem subjetiva de expressão existencial e o *sertão de fora* - paisagem física, onde a vida objetiva acontece.

A complexidade da conformação física das regiões brasileiras não admite a exclusividade da ação de um único elemento determinante na elaboração das paisagens. Entretanto, sobriamente, Andrade (2011, p. 37) afirma: “em cada região se nota que um elemento se sobressai, levando o homem prático que moureja na terra a citá-lo, sempre que quer distinguir as várias áreas que compõem o mosaico regional”. Sem dúvida, o elemento que mais sensivelmente distingue a paisagem nordestina é o clima, determinado pelo regime de chuvas e exteriorizado pela vegetação natural. Configura-se em paisagens naturais e culturais autênticas, que se originam no decurso de uma comunhão heterogênea de fatores diversos que se influenciam e que, mutuamente, se entrelaçam. Logo, o Nordeste se distingue em: zona da mata por seu clima seco e úmido, revelado em duas estações bem definidas; Sertão quente e seco que incute a morte da vegetação e dos animais e conseqüente migração forçada de homens e mulheres sertanejas; Agreste, zona de transição com trechos tão úmidos como a zona da mata e outros tão secos como o sertão (ANDRADE, 2011).

O semiárido brasileiro abrange uma vasta extensão territorial de 980.133,079 km² que se estende por oito Estados do Nordeste brasileiro e constituem cerca de 89,5% da totalidade

do território semiárido do país, são eles: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Logo, os outros 10,5% restantes compreendem ao Estado do Maranhão e parte da região norte de Minas Gerais (BRASIL, 2010). Reside no semiárido uma população de 22.598.318 habitantes que representa, aproximadamente, 12% da população brasileira (IBGE, 2010).

FIGURA 1- Região semiárida do Brasil.



Fonte: IBGE (2005)

O clima seco do semiárido é, *a priori*, determinado pela imprevisibilidade e má distribuição do volume de precipitações de chuvas ao longo do tempo, revelado pelos longos períodos de estiagem (SUASSUNA, 2002). Outro aspecto singular da região é a vegetação de caatinga, resistente ao clima com raízes espalhadas e caules espessos para uma melhor captação e armazenamento de água, além de folhas pequenas que reduzem a transpiração (SILVA, 2007). Entretanto, “nas primeiras chuvas, a caatinga perde seu aspecto rude e torna-se verde e florida” (SILVA, 2007, p.469).

Toda paisagem natural, desde a topografia, as características do solo, a fisionomia vegetal, a fauna a economia e a vida social da região, tudo traz marcado, com uma nitidez inconfundível, a influência da falta d'água, da inconstância da água nesta região semidesértica. O solo arenoso, pouco espesso, quase sempre pobre em elementos nutritivos e rico em seixos rolados, é um produto dos extremos climáticos, dos largos períodos de exagerada insolação e dos aguaceiros intempestivos, desagregando as rochas areníticas e acelerando todos os processos de demolição que nelas se realizam (CASTRO, 1946, p. 194).

O caráter geográfico do sertão sempre foi determinante nas formas de atividades de subsistência e sobre os meios de produção da população residente. Conforme defende Carlos (2008, p. 21) a espacialidade é um fenômeno que procura explicar a “dimensão espacial da realidade social, que compreende o papel do espaço na (re)produção da vida humana”. A centralidade do homem, na discussão da produção do espaço, reconhece as circunstâncias sociais e históricas em que se realiza a (re)produção da vida. Dessa forma, importa evidenciar o movimento dialético presente na relação dos homens com o espaço habitado: ao produzir sua vida material, através do processo de produção de seus meios de subsistência, o homem se reproduz enquanto espécie e produz o espaço geográfico, circunstanciado sempre em seu momento histórico (CARLOS, 2008).

Igualmente, para uma melhor compreensão do espaço que delimita o semiárido nordestino se faz necessária uma descrição histórica do processo de conformação social e econômica do lugar. Visto que, a partir disso, se revela o legado colonizador desta região, expresso pela tenacidade dos grandes latifúndios. Neste sentido, deve ser dito que a estrutura da organização econômica do sertão nordestino se engendra a partir não somente da natureza física do lugar, mas também da distribuição fundiária e de propriedade e divisão social do trabalho (ANDRADE, 2011). O autor esclarece:

Inicialmente temos de salientar os grandes desníveis econômicos entre a população rural, uma vez que há, ao lado de grande massa de trabalhadores rurais assalariados, pequeno número de grandes e médios proprietários com elevado padrão de vida. [...] Acreditamos que uma das causas que mais contribuem para agravar este problema é a estrutura fundiária dominante desde a colonização, e que tende de forma sensível para a concentração da propriedade e a falta de garantia de contratos escritos e respeitados [...] Na realidade, aqueles que cultivam por conta própria a terra alheia, mesmo pagando regularmente rendas aos proprietários, vêm-se quase sempre sem garantias contra os interesses e, às vezes, a prepotência destes, devido não só a uma legislação omissa e desatualizada, como, principalmente, ao desnível entre o poder econômico e o político existente entre o arrendatário¹ (ou meeiro) e o médio e grande proprietário (ANDRADE, 2011, p. 62-63).

¹ Agricultor que arrenda a terra de terceiros, ou seja, trabalha na terra alheia e paga por isso. Parte de sua produção, geralmente 50%, é entregue ao proprietário da terra. Sendo a outra parte utilizada, na maior parte dos casos, como fonte de subsistência. Esses agricultores que pagam o uso da terra alheia por meio de produtos naturais, chamamos de meeiros.

Desde o período colonial, a economia sertaneja se fundamenta na criação de gado e outros bichos sobrepondo-se, desta maneira, ao desafio histórico da prática agrícola no semiárido: “apenas a agricultura não foi a atividade principal; desenvolveu-se à sombra dos “currais”, devido a grande distância que separava aquela zona do litoral e ao elevado preço que os gêneros atingiam após o transporte por dezenas de léguas” (ANDRADE, 2011, p. 190). Além disso, o autor complementa: “a umidade do ar e as taxas pluviométricas anuais diminuem do litoral para o interior” (ANDRADE, 2011, p. 39). Esta condição determina o desenvolvimento da região marcado por diferenças socioeconômicas, evidentes nas condições de vida entre as populações do litoral ao sertão. Assim, “a ocupação do semiárido ocorreu com a formação das grandes fazendas de gado para o fornecimento de carne, couro e animais de tração às áreas produtoras de cana de açúcar na zona da mata” (SILVA, 2003, p.370).

Desde então, a agricultura é uma atividade presente, porém restrita a pequenas áreas, uma vez que serve para fins de abastecimento das populações locais, que em sua maioria configura-se em núcleos familiares. Além disso, devido à escassez de recursos hídricos, o seu desenvolvimento sempre aconteceu, majoritariamente, nos locais onde os solos eram mais úmidos e mais espessos - como leitos de rios (sendo às margens do rio São Francisco as mais povoadas), lagoas secas ou baixios (áreas umedecidas após o baixar das águas de rios e riachos), conformando assim as culturas de vazantes². (ANDRADE, 2011). Sobre a condição fundiária, o autor ainda tece o seguinte comentário: “é a extensão que possui à beira-rio, na várzea, que indica o seu valor, sendo as terras das caatingas quase sempre desvalorizadas” (ANDRADE, 2011, p. 198).

Importa frisar as condições hídricas insuficientes, devido à dominância da semiaridez, de sustentar rios caudalosos nos longos períodos de estiagem, sendo o São Francisco o único rio perene do Nordeste Setentrional. “Devido às características hidrológicas que possui, as quais permitem a sua sustentação durante o ano todo, o rio São Francisco adquire uma significação especial para as populações ribeirinhas e da zona do Sertão” (IBGE, 2010).

Parece evidente que a (re)produção dos modos de vida das populações locais dependem das possibilidades da ação humana sobre as adversidades, que incutem condições limitadoras à vida no semiárido. Nesta direção, aponta-se para a responsabilidade do Estado em planejar e prover ações que solucionem ou, minimamente, mitiguem as desigualdades

² “Com as cheias, as ilhas e terras marginais submergem, sendo fertilizadas pelo rio e, à proporção que as águas baixam, são utilizadas pelos agricultores ribeirinhos para a formação de roçados; estes aproveitam não só o húmus depositados pela cheia, como também a umidade deixada pelo rio, e novas áreas vão sendo descobertas e as culturas continuam a expandir-se, formando o que chamamos de agricultura de vazantes, que garante ao sertanejo o milho, o feijão, o amendoim, a fava, a cana de açúcar [e a cebola]” (ANDRADE, 2011, p. 56).

sociais que agravam o desafio de viver com a semiaridez. Logo, as escolhas e decisões políticas, sob à luz do intento de resolver os problemas relacionados à seca, se encontram circunscritas em paradigmas que norteiam o caráter das intervenções socioeconômicas.

Entretanto, Silva (2003) adverte sobre as imagens construídas historicamente, que referenciam às formas hegemônicas de olhar e de agir sobre o semiárido – um lugar condenado à miséria, ao atraso econômico e às desigualdades regionais. “Essas imagens são fruto de julgamentos superficiais sobre a realidade do semiárido e dos interesses políticos das elites locais que explicavam a miséria, a fome e o atraso como produtos de condições naturais adversas, do clima, da terra e da formação de sua gente” (SILVA, 2003, p. 361).

Portanto, a desnaturalização da miséria, que abate o semiárido e reconhece o lugar como inóspito, se configura em uma urgente necessidade. Pois, somente a partir do estranhamento destes estigmas sociais cristalizados na cultura nacional é que se potencializa a capacidade de transformar este cenário secular de injustiça social.

1.2 Entre o combate a seca e à convivência com o semiárido: uma disputa paradigmática sobre o sertão

A intenção aqui é realizar uma síntese clara e precisa sobre a tensão existente entre os paradigmas atuais em disputa, que norteiam o desdobramento de projetos políticos e econômicos para o semiárido brasileiro. Conforme aponta Silva (2007) o contexto atual configura-se em um cenário de transição paradigmática entre as concepções seculares que fundamentam o combate à seca e o paradigma emergente que atenta para a necessidade da execução de estratégias eficientes de convivência das populações sertanejas com o semiárido. A disputa entre eles se expressa nas escolhas políticas e revela o caráter hegemônico do paradigma de combate à seca que norteia e interfere, diretamente, na organização social e de vida no semiárido brasileiro.

Historicamente, o semiárido é descrito como um lugar estéril, onde a vegetação, os animais e o homem são castigados pelo flagelo da sede e da fome. Logo, sempre se atribuiu ao fenômeno da seca à responsabilidade, exclusiva, sobre a miséria instalada no lugar, ocultando aspectos estruturais indutor de injustiças e desigualdades sociais. Esta perspectiva fomenta a hegemonia do paradigma de combate à seca e sustenta decisões políticas que se fundamentam em três dimensões: “a finalidade da exploração econômica; a visão fragmentada e tecnicista da realidade local; e o proveito político dos dois elementos anteriores em benefício das elites políticas e econômicas regionais” (SILVA, 2007, p.471). Diante disso, “a

seca, divulgada nacionalmente como um grave problema, torna-se um argumento político quase irrefutável para conseguir recursos, obras e outras benesses que seriam monopolizadas pelas elites dominantes locais” (SILVA, 2003, p.362).

O cenário de penúria e precariedade em regiões de seca encontra-se à serviço do regozijo das classes dominantes. A *indústria da seca* se caracteriza como “um arranjo de certos segmentos das classes dominantes que se beneficiam indevidamente de subsídios e vantagens oferecidos pelo governo” (MENEZES; MORAIS, 2002, p. 60). Neste cenário, as políticas públicas³, historicamente, implementadas no Nordeste brasileiro representam o paradigma de combate à seca, com consequente reprodução da concentração de terra, poder e riquezas (CAMPOS, 2014).

Entretanto, Furtado (1998) acende a luz do calabouço, no qual os debates encontravam-se encarcerados, e revela questões fundamentais - geradoras de miséria no semiárido, invisibilizadas pelo poder hegemônico, durante séculos: o autor desmonta a construção da ideia de que a natureza seca é inóspita e revela ser a concentração fundiária, de renda e de poder as responsáveis pela manutenção das precárias condições de vida na região.

O Nordeste, hoje em dia, é outra coisa. Tem um sistema industrial bastante sólido, um sistema viário muito bom. Tudo isso foi feito; mas, na estrutura agrária não se tocou. Então, você tem 10 milhões de pessoas que passam fome quando há uma seca. A coisa perversa da estrutura agrária do Nordeste é que não existe um sistema de assalariados propriamente. A massa da população é de meeiros. Meeiro em terra de latifundiário trabalha sob a forma de participação em produtos, é pago em produto natural. Produz para comer. O excedente que é comercializado beneficia o dono da terra. A parte do trabalhador é só para ele sobreviver, é um salário de subsistência. Nessa estrutura social tão particular, o ponto fraco é o pobrezinho que está lá embaixo, é o morador, o meeiro que produz comida para sobreviver e criar um excedente para o dono da terra. Quando acontece uma seca, toda a estrutura sofre, mas o peso maior é suportado pelos que estão mais embaixo. A seca, na verdade, é o colapso da produção agrícola (FURTADO, 1998, p. 21-22).

Em conformidade, o geógrafo Castro (1946), em seu livro *A Geografia da Fome*, engrossa as evidências reveladas sobre as injustiças sociais do paradigma de combate à seca, quando constata que a fome dilacerava mais pessoas na zona da mata do que no sertão. Explicou tal fato como resultado da grande concentração fundiária, legado histórico da colonização pautada na exploração da cana de açúcar. Consoante, Duarte (2001) faz a crítica e

³ As políticas públicas de combate à seca podem ser visualizadas pela implantação de obras e implementação de megaprojetos de solução hidráulica, a exemplo de: grandes e pequenas obras de açudagem e construção de barragens (muitas delas implantadas em fazenda de médios e grandes proprietários); Usinas hidrelétricas; construção de canais de transferência de água; grandes projetos de irrigação. Ainda é possível observar, historicamente, a priorização de programas assistenciais para as oligarquias agrárias (OLIVEIRA, 2013).

ratifica que a pobreza sertaneja se estrutura na concentração da posse de terra e nas condições de trabalho rural.

Os latifúndios concentrados nas mãos das oligarquias regionais subordinam famílias inteiras à precariedade e divisão injusta do trabalho em terras limitadas e pouco rentáveis. Portanto, acredita-se ser “a persistência das desigualdades sociais que está na base da reprodução secular das condições de miséria que fragilizam as famílias sertanejas, impedindo-as de resistir aos efeitos das estiagens prolongadas” (SILVA, 2007, p. 471).

Em meados da década de 1990, representantes de mais de 50 Organizações não governamentais (ONGs) se organizaram em prol da Articulação do Semiárido (ASA) e publicaram a declaração do Semiárido em 1999. O documento afirmava ser possível a convivência com o clima semiárido, inclusive com seus regimes de seca. Apresentou um conjunto de proposta que se afina com o princípio da sustentabilidade e a democratização da terra, da água e dos meios de produção (ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO, 1999). De acordo com Carvalho (2010) as interpretações sobre o paradigma da convivência com o semiárido foi vítima de reducionismos lineares. Acusado de ser uma proposta de acomodação as condições adversas do contexto:

Ela já foi interpretada como uma proposta de acomodação diante das condições físico-climáticas da semiaridez, ou seja, uma acomodação diante das secas; outras leituras lhe conceberam uma volta ao passado, para uma sociedade sustentada unicamente em atividades primárias (agricultura, criação e extrativismo) para melhorar a produção e a satisfação das necessidades, e outras (CARVALHO, 2010, p. 173).

O paradigma da convivência com o semiárido precisa ser de natureza proativa e integrar-se a outras lutas históricas, como a reforma agrária e o fortalecimento da democratização dos meios de produção e bens comuns. Importa frisar que “a convivência com o semi-árido não é uma proposta de passividade e acomodação diante da seca” (SILVA, 2003, p. 378). Sobretudo, é crucial entendê-la como uma proposta em permanente construção.

Pode-se dizer ser este um paradigma de perspectiva holística que reconhece as injustiças e luta pela transformação necessária de suas bases estruturais. Reconcilia o homem e a natureza, na intenção de ampliar as bases de conhecimento sobre as possibilidades desta relação. Além disso, elabora estratégias práticas e viáveis de associar a produção de vida da população sertaneja e a aridez do lugar (SILVA, 2006).

Uma perspectiva cultural orientadora da promoção do desenvolvimento sustentável no Semiárido, cuja finalidade é a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania, por meio de iniciativas socioeconômicas e tecnológicas apropriadas, compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais (SILVA, 2006, p. 272).

Diante desta necessidade de mudança paradigmática, é válido ressaltar que não se pode perder o cuidado com a integridade do paradigma de convivência com o semiárido. Pois, existe uma forte tendência à fragmentação desta proposta, que se traduz na implantação de programas pontuais que, quando desarticulados, reproduzem o secular paradigma de combate à seca. Neste sentido, as estratégias de convivência com o semiárido envolve a necessidade de investimentos que variam desde técnicas diversas de captação das águas da chuva, atividades econômicas apropriadas ao tipo de solo e clima da região, até processos educativos e de formação dos pequenos agricultores e famílias sertanejas (SILVA, 2006).

Mais precisamente, no início dos anos 2000, houve significativos avanços nos estudos sobre o semiárido brasileiro. Destacam-se “as temáticas sobre desenvolvimento e meio ambiente, que passaram a ser orientadas pela ótica do desenvolvimento sustentável ou desenvolvimento local” (OLIVEIRA, 2013, p. 92). O autor complementa ao frisar as contribuições decisivas na renovação e amadurecimento sobre o modo de pensar o semiárido, a partir da inserção de novos atores neste cenário decisório, a exemplo: universidades e ONGs.

Condizente aos debates que rodeiam a disputa entre os dois paradigmas Silva (2003) ainda esclarece o momento de transição, quando associa as ações de combate à seca ao *paradigma civilizatório da modernidade* e diz:

De modo geral, as ações governamentais de intervenção nessa realidade foram sendo construídas com base nas seguintes características: a) o caráter emergencial, fragmentado e descontínuo dos programas desenvolvidos em momentos de calamidade pública; b) as ações emergenciais que alimentam a “indústria da seca”; e, c) a solução hidráulica, com a construção de obras hídricas, quase sempre favorecendo empreiteiras e a grande propriedade rural (SILVA, 2003, p. 37).

Por outro lado, o autor analisa a coerência entre o *paradigma emergente da sustentabilidade* com as ações que visam fortalecer as possibilidades de convivência dos homens e mulheres sertanejas com o semiárido e afirma:

O semiárido é concebido enquanto um complexo de ecossistemas com os seus limites e as suas potencialidades. Trata-se de um espaço onde é possível construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, com base no tripé da sustentabilidade ambiental, da qualidade de vida das famílias sertanejas e do incentivo às atividades econômicas apropriadas (SILVA, 2003, p. 376).

Devido à polissemia do conceito de sustentabilidade, julga-se necessário o discernimento entre o sentido economicista do desenvolvimento sustentável e o preservacionista de sustentabilidade ecológica. Entretanto, mais importante que uma

“purificação dos sentidos” é a compreensão do jogo de estratégias discursivas como estratégias de poder no saber que revelam conflitos de interesses políticos, econômicos e éticos (LEFF, 2010).

Portanto, “um dos pressupostos fundamentais para a convivência com o semi-árido é uma nova percepção que ajude a retirar as culpas atribuídas às condições naturais e enxergar o espaço do semiárido como as suas características próprias” (SILVA, 2003, p. 378). Deste modo, a natureza complexa do semiárido exige que a perspectiva emergente da convivência com o semiárido lance mão de uma abordagem sistêmica, que integre as dimensões geográfica, sócio política, econômica e cultural (SILVA, 2003). Na contramão deste paradigma, encontram-se a maioria dos grandes projetos de desenvolvimento, historicamente pensados e executados para/no (o) semiárido brasileiro. Atualmente, o megaprojeto da transposição do rio São Francisco representa a principal intervenção do governo no semiárido brasileiro, para fins de infraestrutura hídrica que sirva ao desenvolvimento da região. Apesar de sua implantação está ocorrendo no momento atual, são antigas as especulações e debates que o apontavam como a única “solução” capaz de combater os problemas relacionados à seca, que acometem milhões de brasileiros.

1.3 Os (des)caminhos para a salvação e o rebento das contradições

O rio São Francisco assumiu uma posição nuclear na ocupação do território nacional e foi utilizado como caminho preferencial para as bandeiras, razão que justifica ser conhecido como o “Rio da Unidade Nacional”. O desenho hidrográfico se dá de tal modo a permitir a integração entre o Centro Oeste e Sudeste ao Nordeste do país (BRASIL, 2006). Popularmente conhecido como o *velho chico*, o rio possui 2.700 quilômetros, desde sua nascente histórica na Serra da Canastra/MG até sua foz entre os estados de Sergipe e Alagoas, passando pela Bahia e Pernambuco (BRASIL, 2014). A bacia hidrográfica é mapeada em quatro regiões fisiográficas: Alto, Médio, Sub médio e Baixo São Francisco (BRASIL, 2006).

FIGURA 2 – Região hidrográfica do rio São Francisco



Fonte: Agência Nacional das Águas (2006)

A temperatura média da região hidrográfica do São Francisco oscila entre 23 a 28°C, com amplitudes diárias de 10°C. As chuvas se revelam concentradas num período de três a cinco meses com uma precipitação, em média, de 750 mm. Marcada pela forte irregularidade de chuvas e alta evaporação durante todo o ano, totalizando média de 2.000mm/ano. Estas condições contribuem, consideravelmente, para longos períodos de estiagem e um forte regime de secas. Entretanto, paradoxalmente, essa região está sujeita a cheias frequentes dos rios intermitentes que a integram (BRASIL, 2006):

As secas catastróficas que atingem a região põem em destaque um problema latente; a falta de uma organização socioeconômica convenientemente adaptada à condição do meio. A seca atua, principalmente, sobre o setor mais frágil da economia: a agricultura de subsistência. Desta agricultura depende 80% da população do Semiárido (BRASIL, 2006, p. 71).

O rio São Francisco é o único rio perene da região semiárida do Brasil. Em tempos de cheia, o rio inunda suas ribeiras e atinge antigos roçados que submergidos são fertilizados. À proporção que as águas baixam, a terra umedecida e rica em húmus é ocupada pelos agricultores ribeirinhos, que trabalham na terra de vazante expandindo seus roçados

(ANDRADE, 2011). A irregularidade de precipitações ao longo da região submete os pequenos agricultores a um panorama permanente de incertezas, sob ameaça de importantes privações. A aridez do clima e solo sertanejo permanece presente em 90% da extensão territorial do Nordeste (BRASIL, 2005a) e a fragilidade de políticas públicas sempre acompanhou a gravidade e o desdobramento dos principais problemas relacionados à seca.

Apesar das grandes limitações no uso do solo nordestino para a produção agrícola, a perspectiva de investimentos em áreas irrigadas é, desde sempre, a promessa de redenção dos problemas e uma das principais estratégias das políticas públicas seculares de combate à seca (SUASSUNA, 2002). A possibilidade de comungar as potências de uma região tropical com a instalação de tecnologias avançadas de irrigação se configura enquanto caminho sedutor para o crescimento econômico, baseado em intensos investimentos que vislumbram a produção agroexportadora e a instalação de processos industriais na região (SUASSUNA, 2001).

Os debates sobre a utilização das águas do rio São Francisco para fins de resolução dos problemas relacionados à seca no semiárido é histórico e datam do século XIX, desde o império de Dom Pedro II. No governo Getúlio Vargas, intensos processos de industrialização foram disparados e o projeto de transpor as águas do rio São Francisco recebeu maior atenção. O governo afirmou ser de seu interesse investir em estudos sobre o potencial hídrico das bacias das regiões semiáridas dos Estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, como fonte de irrigação e geração de energia elétrica (DEMENTSHUK, 2014).

Ao longo dos anos, de certa forma, as discussões se mantiveram presentes em torno do tema, sendo esta sempre uma alternativa em debate. Em 2007, o Governo Lula com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) disparou intensos processos de crescimento econômico e concebeu a efetiva implantação do intitulado “Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional” (PISF). O projeto de transpor as águas do rio São Francisco fundamenta a defesa de sua necessidade diante da precariedade das condições de acesso a água de cerca de 12 milhões de habitantes (BRASIL, 2004b).

O empreendimento promete viabilizar o suprimento de água para fins múltiplos para aproximadamente 45% da população nas bacias receptoras, segundo o Relatório de Impacto Ambiental (BRASIL, 2004b) do Projeto. Para fins de complementar a estrutura da obra e viabilizar a transposição das águas, serão construídos estações de bombeamento, túneis, aquedutos, barragens e pequenos reservatórios (BRASIL, 2004b). É defendido sob o discurso desta ser a única alternativa com potência capaz de permitir a redenção dos problemas relacionados à seca no semiárido, de modo a desenvolver suas potencialidades econômicas e o libertá-lo da condenação histórica ao subdesenvolvimento.

A dimensão faraônica deste projeto é percebida pelos dois canais construídos que, juntos, totalizam 720 km e atravessam parte dos territórios sertanejos dos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Os canais, revestidos de concreto, se evidenciam compondo o Eixo Norte – que captura a água no município de Cabrobó e se estende por 402 Km - e Eixo Leste – com ponto de captação de água no reservatório de Itaparica e um percurso de 220 Km. Compostos por sistemas independentes de obras hidráulicas, os dois canais pretendem transpor as águas do rio São Francisco para as bacias receptoras dos rios temporários do Semiárido setentrional, são elas: Jaguaribe (CE), Apodi (RN), Piranhas-Açu (PB-RN), Paraíba (PB), Moxotó (PE) e Brígida (PE) -as duas últimas são sub-bacias do próprio rio São Francisco.

FIGURA 3 – Representação cartográfica dos Eixos Norte e Leste dos canais responsáveis pela futura transposição



Fonte: Brasil (2004a).

O megaprojeto da transposição alega ser um empreendimento de infraestrutura hídrica para assegurar o abastecimento humano no semiárido brasileiro. De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) (BRASIL, 2004a), as metas previstas para o empreendimento são: assegurar o abastecimento do consumo urbano; viabilizar a expansão da produção rural de alimentos e de produtos agrícolas exportáveis; tornar possível a gestão mais eficiente da oferta hídrica através da integração das principais fontes hídricas da região. No entanto, o EIA prever uma oferta de bombeamento de água pelos canais, projetada para o ano de 2025, equivalente a $141,7 \text{ m}^3/\text{s}$, sendo distribuídos da seguinte forma: $24,2 \text{ m}^3/\text{s}$ são previstos para abastecimento humano; $5,9 \text{ m}^3/\text{s}$ para usos difusos que não a irrigação; $12,7 \text{ m}^3/\text{s}$ ofertados para o setor industrial; $76,6 \text{ m}^3/\text{s}$ previstos para projetos de irrigação e $22,3 \text{ m}^3/\text{s}$ caracterizadas para os canais e várzeas ribeirinhas a montante e a jusante dos açudes receptores (BRASIL, 2004a).

FIGURA 4 – Trecho de obra no Eixo Leste do canal da transposição do Rio São Francisco, Ibimirim/PE-2014



Fonte: Autora

Tal previsão prevê um consumo maior para a agricultura irrigada, quando comparado ao consumo humano – principal argumento de defesa que visa justificar a necessidade de tal projeto. O percentual previsto para a vazão final do projeto, conforme os dados descritos acima, constantes no EIA, para abastecimento humano é de apenas 17% (BRASIL, 2004a). A Lei nº 9.433 institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e declara: “os diferentes setores usuários de água passaram a ter igualdade no direito de acesso a esse bem” e estabelece,

entretanto, que em caso de situações de escassez a prioridade de uso da água no Brasil é o abastecimento público e a dessedentação de animais (BRASIL, 1997). Logo, de acordo com Gonçalves e Oliveira (2009):

O discurso do desenvolvimento com base no uso das águas do rio São Francisco, apesar de ter como pano de fundo a resolução do acesso à água, produção agrícola irrigada, está voltado, essencialmente, para fim de atendimento do mercado externo à região nordestina (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2009, p. 114).

Importa frisar que a demanda de uso das águas do rio São Francisco aumentou nos últimos anos, expressando-se através da diminuição da vazão do rio:

Esta evolução no uso das águas do rio São Francisco esteve ligada tanto à necessidade de aumento da capacidade energética, pela via da hidroeletricidade com a construção de grandes reservatórios, como aos grandes projetos de irrigação. O uso múltiplo da água, advindo das demandas energéticas e da irrigação, compõe um histórico recorrente na exploração do rio São Francisco, bem como de outros recursos hídricos brasileiros (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2009, p. 116).

O projeto de engenharia se desdobra em um cenário claro de embates políticos e ideológicos que concentram no cerne de suas discussões a sustentabilidade do empreendimento e sua resolutividade frente aos problemas históricos já citados. Quando da anúncio da implantação do projeto, articulações populares e movimentos sociais, à exemplo da Articulação *São Francisco Vivo*, contestaram a necessidade de uma obra de grande porte sob a justificativa de que não resolveria os problemas da seca. Inserido nas mobilizações políticas em 2005, Dom Luiz Flávio Cappio tornou-se uma figura emblemática da luta contra à transposição, devido às suas lancinantes críticas ao projeto. O Bispo da diocese de Barra na Bahia realizou uma greve de fome como forma de protesto ao projeto da transposição e ganhou repercussões internacionais:

Eu moro na beira do rio e a 500 metros daqui o povo passa sede. Então, se realmente os objetivos fossem os pobres, se resolveria o problema dos pobres onde o Rio passa. Entretanto, o objetivo é o agro e hidronegócio que beneficiem pequenos grupos. Existe um grande mercado de interesses, por que, se fosse um projeto para beneficiar pobre, o interesse não seria tão grande assim (CAPPIO, 2008, p. 47).

Gonçalves e Oliveira (2009, p. 114) ressaltam que “mesmo ocorrendo divergências de natureza política, interesses econômicos implícitos e ausência de consenso técnico entre os especialistas no assunto e técnicos do governo, as obras de transposição já foram iniciadas.” Apesar das mobilizações contrárias à implantação do projeto, cujas bandeiras de luta diziam “não à transposição”, as obras iniciaram em 2007 e as articulações se desmobilizaram com o decorrer do tempo.

Envolvido nos debates a cerca dos objetivos e resolutividade do empreendimento, Suassuna (2007) se contrapõe claramente a necessidade de instalação de uma obra desse porte. O autor fundamenta sua posição contrária no temor frente à possibilidade de um colapso do rio São Francisco que, historicamente, já se encontra em processos claros de degradação. Para o autor, apenas se justifica uma obra deste porte para fins de movimentar o mercado urbano industrial e agro exportador da região, já que projetos mais simples de engenharia, como a construção de aquedutos, seriam capazes de viabilizar o acesso à água para a população do semiárido do País.

Logo, importa ressaltar a meta, explicitada no EIA, que prevê projetos de agricultura irrigada à serem implementados no semiárido brasileiro, por intermédio da transposição do São Francisco. Segundo o EIA “a agricultura irrigada, especialmente a fruticultura, [...] abre perspectivas para o desenvolvimento rural, com a implantação de agronegócios em condições de competir internacionalmente” (BRASIL, 2004a, p. 13). Logo, é necessário compreender o cenário econômico globalizado em que se encontra inserido o megaprojeto da transposição. Neste sentido, importa esclarecer que o agro e hidronegócio se configuram como uma das principais atividades econômicas de destaque do Brasil, que apresenta processos de desenvolvimento pautados na dinâmica do mercado globalizado de *commodities*⁴.

Num exercício de reflexão sobre o megaprojeto da transposição, Furtado (1998, p. 44), há quase duas décadas atrás, questionou: “a quanto chega o investimento? Nunca ninguém conseguiu me dizer quanto custaria. Em segundo lugar, quem vai ser beneficiado com isso? São os proprietários de terras?” As perguntas parecem ser de difícil respostas até os dias atuais, mesmo depois de decorridos quase oito anos desde seu primeiro orçamento previsto no PAC em 2007. Os recursos financeiros do Programa de Aceleração do Crescimento previstos para o PISF contabilizavam R\$ 6,6 bilhões, na data de sua implantação (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2009). Atualmente as obras já se encontram no valor de R\$ 8,2 bilhões e apesar

⁴ “As *commodities* podem ser definidas como mercadorias, principalmente gêneros agrícolas, minérios e seus processamentos como o ferro, o aço e o alumínio, que são produzidas em larga escala e comercializadas em nível mundial. [...] No caso do Brasil, somos um dos principais produtores de *commodities* do mundo no momento, através de mercadorias como a soja, o café, a laranja, a celulose, a carne bovina e de frango, o minério de ferro, o aço, o alumínio e o petróleo, além da tendência de crescimento de outras *commodities*, como os biocombustíveis. Por detrás da produção de *commodities*, encontram-se fluxos de energia, materiais e distribuição de riquezas decorrentes de um modelo de produção e consumo insustentável e injusto. O comércio internacional de *commodities* produz um “metabolismo social” que intensifica as desigualdades sociais e a degradação ambiental, pois se baseia em preços de mercadorias que não incorporam as degradações ambientais, os efeitos sociais da concentração de renda e poder para as populações, tampouco os impactos à saúde gerados pelas fases mais agressivas da cadeia produtiva. Quando um país rico importa matérias-primas baratas no mercado de *commodities*, também está importando somente os benefícios do uso de vários recursos naturais, como a água, o solo e a biodiversidade de outras regiões em territórios afastados, que arcam com a degradação ambiental e social provocada pela expansão desses investimentos produtivos nos países exportadores” (PORTO; MILANEZ, 2009, p. 1986).

do Ministério da Integração Nacional declarar sua conclusão para o ano de 2017, o orçamento final do PISF e seu prazo de conclusão ainda é questionável e vulnerável a maiores acréscimos nos gastos e na morosidade das obras.

No que diz respeito aos beneficiados por este empreendimento, encontram-se uma parcela da população sertaneja de áreas rurais e urbanas do semiárido brasileiro, como também médios e grandes produtores do agronegócio. Os latifúndios receberão projetos de irrigação e possibilitarão a monocultura, como a fruticultura irrigada, a fim de competir no mercado internacional. Logo, há grandes chances do PISF contribuir para manutenção da concentração histórica de terra, água e poder, fomentando a desigualdade social, a exploração da força de trabalho camponês e degradação ambiental nos sertões brasileiros.

FIGURA 5 – Obras no Eixo Leste da Transposição do rio São Francisco, Sertânia/PE-2014



Fonte: Autora

Embora os embates ideológicos e políticos sejam de natureza complexa e não se observe consenso em torno dessa decisão, o PISF segue em processo intenso de implantação. Encontra-se em sua fase ativa de grandes obras que atravessam uma vasta extensão territorial sertaneja. Logo, não se pode perder de vista questões centrais que necessitam ser, constantemente, debatidas e acompanhadas por análises sistêmicas e politizadas. De modo a tencionar os aparelhos de Estado a se responsabilizar pelo direito à uma gestão pública democrática do processo de desenvolvimento econômico do sertão nordestino e de seus recursos naturais, orientada pelo norte da sustentabilidade e fundamentada em uma matriz de princípios éticos, justos e equânimes.

Todavia, o panorama atual de desenvolvimento das sociedades modernas se encontra subordinado às demandas do crescimento econômico, sob o imperativo do “crescimento a qualquer custo” (CAVALCANTI, 2008). Portanto, parte significativa dos problemas socioambientais guardam estreita relação com os modelos de desenvolvimento em sociedades, cujo poder político se encontra à serviço dos padrões de produção, reprodução e acumulação de capital. Logo, grandes tensões são disparadas no tecido social dos territórios locais, onde se instalam grandes empreendimentos. Por via de regra, conforme aponta Scott (2009, p. 183), “as políticas governamentais são irreparavelmente ambíguas”. No que concerne à implantação de grandes projetos de desenvolvimento, “cada passo que é dado pelo Estado repercute de alguma forma na geração de insegurança para quem se encontra no caminho” (SCOTT, 2009, p. 183). A perspectiva do Estado ambíguo, alertada pelo antropólogo acima citado, revela que “a natureza múltipla e complexa do estabelecimento de metas e de execução do planejado sempre deixa espaços para conflitos, esquecimentos e exclusões que atingem os cidadãos almejados, direta ou indiretamente, com as políticas” (SCOTT, 2009, p. 183). É sabido que:

Todo o projeto contribui para a continuada fabricação de novas malhas de relações sociais em espaços que têm as suas próprias histórias, dentro das quais também existem fatores que geram insegurança, agora sujeitas a grandes transformações (SCOTT, 2009, p. 186).

A resolução do nº 001 Conselho Nacional do Meio Ambiente (1986) estabelece definições, responsabilidades, critérios e dispõe de diretrizes referentes à adoção da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. O artigo 1º desta resolução define impacto ambiental como:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 1986).

Logo, o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do projeto de transposição do rio São Francisco aponta impactos socioambientais de importante relevância negativa, entre eles destacam-se: a perda temporária de empregos e renda por efeito das desapropriações; introdução de tensões e riscos sociais durante a fase de obra; ruptura de relações sociocomunitárias durante a fase de obra, entre outros (BRASIL, 2004b). Sob o intento de mitigar ou “compensar” os impactos previstos, estes citados acima e tantos outros não objetos deste estudo, o Ministério da Integração Nacional elaborou um conjunto de 38 Programas Básicos Ambientais (PBA). Dentre eles, destaco aqui o PBA 08 que se dedica ao

reassentamento de populações atingidas pelas obras do PISF. O objetivo geral do PBA 08 concerne em “propiciar às famílias afetadas pelo empreendimento condições que permitam sua reprodução social e econômica em situação, no mínimo, similar à atual” (BRASIL, 2005b, p. 4). Dentre as possibilidades de medidas “compensatórias” pela desapropriação das terras de centenas de agricultore(a)s familiares, encontra-se a transferência compulsória para os habitacionais construídos pelo governo, chamados de Vilas Produtivas Rurais⁵. O levantamento socioeconômico e fundiário, realizado por este programa de medidas “mitigatórias”, constata que serão afetadas 845 famílias que vivem em propriedades rurais, nas áreas a serem desapropriadas, sendo 273 famílias proprietárias e 572 famílias não proprietárias (BRASIL, 2005b).

A necessidade de deslocamento compulsório dessa população, para cuja sobrevivência têm grande importância os laços de parentesco e culturais presentes em seus locais de moradia, e que apresentam alta vulnerabilidade diante de processos de mudança em função das baixas escolaridade e capacitação profissional e do ténue vínculo com o mercado, impõe a adoção de uma estratégia de reassentamento que seja, ao mesmo tempo, adequada às suas características socioeconômicas e culturais e garantia de condições e perspectivas melhores do que as que têm atualmente (BRASIL, 2005b, p. 3-4).

No entanto, conforme aponta Scott (2009) a ambiguidade das políticas governamentais, geram inseguranças e reproduzem violências que, nos casos de migração forçada por grandes projetos de desenvolvimento, disparam processos vulnerabilizantes, de adoecimento e sofrimento nas populações atingidas.

Importa ressaltar que as consequências socioambientais negativas, decorrentes de políticas discriminatórias, geram um contexto de injustiça ambiental, pois sobrecarregam, desproporcionalmente, territórios e populações locais (ALSCERALD, 2009). Em conformidade, Porto e Pacheco (2009, p. 26) dizem ser “nas disputas onde, historicamente, se concretizam as desigualdades socioambientais e a vulnerabilização das populações impactadas por diferentes projetos de desenvolvimento e empreendimentos econômicos”. Monken *et al.* (2008, p. 38) afirmam ser “evidente a emergência do interesse pela categoria de território como nova variante da aproximação histórica entre geografia e saúde (em particular no Brasil)”, sendo este considerado pelo mesmo autor como “o território da conformação dos contextos que explicam a produção dos problemas de saúde e bem estar” .

⁵ As VPRs as áreas rurais adquiridas pela União dotadas de infraestrutura comunitária e de produção, destinadas ao reassentamento das famílias residentes na faixa de obra (BRASIL, 2005b). Sob a responsabilidade de lhes assegurar terra para morar e produzir, as vilas são compostas por núcleos habitacionais, divididos em lotes residenciais e lotes produtivos individuais.

Por reconhecer a profunda interface concreta e simbólica presente na relação entre saúde e território, o desenvolvimento deste estudo empírico busca contribuir para a compreensão da vulnerabilização que acompanha o desenrolar de grandes projetos que envolvem a migração forçada de famílias. É notável que os estudos da saúde coletiva, no entanto, parecem presos a um paradoxo: os condicionantes sociais da saúde são variáveis presentes e abundantes, mas que, contraditoriamente, são reduzidos a uma relação simplista de causalidade linear. Como afirma Breilh (2013), este tipo de perspectiva reproduz a visão de mundo que reduz as relações entre sociedade, natureza e o biológico em meras externalidades entre os fatores.

No entanto, a partir desse evidente lapso, *a epidemiologia critica latinoamericana* – que se dedica à desconstruir o paradigma funcionalista da epidemiologia convencional e seu multicausalismo linear - propõe uma a relação entre a reprodução social, os modos de viver, adoecer e morrer, denominada: a teoria da determinação social da saúde (BREIHL, 1977). Essa teoria orienta abordagens sistêmicas que constelam à complexidade das relações entre ambiente, saúde, política, economia e cultura. Este estudo se fundamenta em referências teóricas e metodológicas que se dedicam a explicar a inserção do social no biológico para compreender o fenômeno da saúde/doença, como expressão dos processos de vulnerabilização, que se manifesta na vida dos agricultores familiares desterritorializados e transferidos compulsoriamente para as Vilas Produtivas Rurais, devido ao megaprojeto da transposição do rio São Francisco.

1.4 Pressupostos

O padrão global da vida pelo capital se reproduz através de grandes projetos que possibilitem infraestrutura ao seu desenvolvimento. A reprodução do capital molda a reprodução do espaço e atinge os mais dispersos territórios locais. Logo, o projeto de transposição do rio São Francisco segue sendo implantado no semiárido. A dominação dos territórios camponeses por este projeto expulsa as populações tradicionais de suas terras; destrói referenciais materiais e simbólicos, vinculados ao lugar; rompe dinâmicas comunitárias e forçam um processo de (re)territorialização em um novo lugar imposto, muitas vezes com referências nada similares ao lugar de origem.

1.4.1 Pergunta condutora

Como acontece o processo de vulnerabilização da população camponesa desterritorializada e transferida compulsoriamente para as Vilas Produtivas Rurais, construídas pelo projeto da transposição do rio São Francisco?

1.5 Objetivos

1.5.1 Objetivo geral

Analisar como acontece o processo de vulnerabilização da população camponesa desterritorializada e transferidas compulsoriamente para as Vilas Produtivas Rurais, construídas pelo Projeto da Transposição do Rio São Francisco.

1.5.2 Objetivos específicos

- a) Descrever o processo de desterritorialização das famílias camponesas e seu reassentamento compulsório na VPR Baixio dos Grandes Junco;
- b) Caracterizar a territorialidade das famílias camponesas desapropriadas e reassentadas compulsoriamente na Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes Junco;
- c) Identificar a interface entre o processo de vulnerabilização e a determinação social da saúde das famílias reassentadas compulsoriamente na VPR Baixio dos Grandes Junco.

2 A DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE NOS CONTEXTOS DE INJUSTIÇA AMBIENTAL: UM OLHAR TERRITORIALIZADO

“El problema sujeto a debate debería ser el de la determinación social de la vida, y no apenas el de la determinación social de la salud” (BREILH, 2010, p. 92).

Neste capítulo, especificamente, guardamos a intencionalidade de construir um referencial teórico capaz de orientar uma análise crítica e sistêmica sobre o problema em estudo: *o processo de vulnerabilização da população camponesa desterritorializada e transferidas compulsoriamente para as Vilas Produtivas Rurais, construídas pelo Projeto da Transposição do Rio São Francisco*. Para tanto, entendemos como fundamental a lucidez que reconhece os limites e as potências das teorias e abstrações que embasarão a reflexão sobre o concreto. Logo, optamos por esclarecer, inicialmente, a perspectiva filosófica que permitirá a interpretação do objeto deste estudo, que acontecerá sob a luz do *materialismo histórico dialético*.

Certamente, a reinterpretação marxista do pensamento dialético diz respeito à materialidade construída historicamente pelos homens em sociedade. Logo, Pires (1997, p. 86) afirma que “é com esta preocupação que Marx deu o caráter material (os homens que se organizam na sociedade para produção e reprodução de vida) e o caráter histórico (como eles vêm se organizando através da história)”. Sendo a superação da dicotomia, estabelecida pelo positivismo, na relação entre sujeito-objeto, o aspecto estrutural do movimento dialético do pensamento. Pois, de acordo com Pires (1997, p. 86), o marxismo “parte de observações acerca do movimento e da contraditoriedade do mundo, dos homens e de suas relações”. No entanto, a negação do caráter contraditório da relação humana com as coisas, com a natureza e com a vida tem a função específica de estabelecer fronteiras explícitas entre o sujeito e o objeto, o que, por conseguinte, leva à construção da identidade humana baseada em categorias excludentes, como por exemplo: é-se homem (sujeito), porque não se é natureza (objeto).

Neste sentido, “la historia de la naturaleza y la historia de los seres humanos se condicionan recíprocamente” (MARX, 1974 *apud* BREILH, 2010). De acordo com Viana (2007 *apud* SOARES *et al.*, 2013, p. 1405) “a dialética marxista evidencia os aspectos essenciais da totalidade, que estão na determinação do objeto analisado”. Em conformidade, Pires (1997, p. 85) comenta: “Para o pensamento marxista, importa descobrir as leis dos fenômenos de cuja investigação se ocupa; o que importa é captar, detalhadamente, as

articulações em estudo, analisar as evoluções, rastrear as conexões sobre os fenômenos que os envolvem”.

Desta forma, Soares *et al.* (2013) defende a potência da perspectiva do materialismo histórico dialético na construção do conhecimento e transformação das políticas e práticas de saúde. Já que as mais recentes construções teóricas no campo da saúde coletiva se fundamentam no pressuposto que “as contradições sociais estão na base do processo saúde doença” (SOARES *et al.*, 2013, p. 1403). De acordo com Breilh (2010, p. 38):

La historia nos enseña que los aprietos de los poderosos los pagan los pobres con su salud y su vida. Vemos ahora como la aceleración global de la acumulación económica agudizó las contradicciones de los países de la periferia, estrechando cada vez más los espacios para la vida y la salud.

Diante disso, o desafio está posto: como compreender a natureza sistêmica do processo saúde doença que nasce da complexidade das relações entre as construções coletivas e a dimensão individual? Ora, sendo a saúde uma experiência localizada no vivido, conforme defende Martins (2004), os fenômenos presentes na relação do homem com o mundo constituem o seu contexto. Aqui, vale ressaltar o contexto não como mero cenário de fundo, passivo e ilustrativo. Mas sim, como um sistema vivo e íntegro, constituído de partes interdependentes que, em relação, protagonizam movimentos decisivos na produção de saúde e adoecimento.

Igualmente, por acreditar nas afinidades existentes entre as teses de Edgar Morin (1997) e o pensamento dialético marxista - sob a premissa de ambos superarem perspectivas reducionistas de interpretação da realidade - fortalecemos esta discussão com a lúcida defesa de Morin (1997, p. 97) quando afirma que “os sistemas foram sempre tratados como objectos, temos agora de conceber os objectos como sistemas”.

Para Morin (2003), todo conhecimento deve ser contextualizado, de modo que para a compreensão de dados particulares se ative a inteligência geral e mobilização de conhecimentos conjuntos. “Complexus significa, originariamente, aquilo que é tecido junto. É um pensamento que busca distinguir (mas não separar), ao mesmo tempo em que busca reunir” (MORIN, 2003, p. 71). Logo, para o exercício do pensamento complexo e, a partir dele, a realização de uma leitura sistêmica dos fenômenos, se faz crucial a mobilização do todo. Sendo o todo mais que o somatório das partes isoladas (MORIN, 2003).

Sem dúvida, a relação dos estudos em saúde coletiva com a tessitura de um pensamento sistêmico reside na própria natureza de seus objetos: o caráter coletivo, a condição agregada, a substância populacional das suas unidades de análise. A população é mais que o somatório matemático de indivíduos, é o resultado de um sincretismo produzido na

história, expresso em cultura, cosmologia, política, valores e mecanismos de organização social e econômica de grupos humanos. De acordo com Samaja (1998, p. 29), emblemático teórico latino americano, “todos estes avanços teóricos, somados à crise da modernidade, parecem conduzir a uma inesperada reaparição daquilo que representou o *paradigma marginal* da modernidade: o historicismo e a dialética”. Segundo o autor:

Trata-se de uma epistemologia que incorpora a ideia do desenvolvimento de sistemas adaptativos complexos, que não somente possuem mecanismos de conservação das estruturas, mas, e, sobretudo, de produção de novas estruturas, como sistemas intrinsecamente instáveis, inconstantes e históricos-evolutivos. Tais modelos são mencionados porque proporcionam ricas analogias para se pensar a saúde e a enfermidade. Permitem contextualizar a noção de saúde no âmbito do que se pode designar de sistema sociocultural (SAMAJA, 1998, p. 29-30).

Em afinidade com o disposto acima, Breilh (2010) tece comentários de mesmo teor que justifica o resgate do historicismo para perfazer as leituras sobre as realidades de saúde e adoecimento e suprir as lacunas esquecidas, ou melhor, invisibilizadas pela *epidemiologia convencional*.

Neste sentido, as abordagens sistêmicas dos estudos em saúde coletiva são relevantes, em especial, por elucidar, as teias de relações processuais corresponsáveis pela produção de saúde e doença. Logo, faz emergir as construções sócio históricas, secularmente negadas e conservadas em uma zona de invisibilidade, na intenção de evidenciar seu protagonismo na saúde coletiva. Diante deste entendimento, Miranda e Fontes (2014) defendem a necessidade do fortalecimento e socialização de uma ciência crítica e emancipadora, que se apresenta cada vez mais urgente ao passo que se expande o capitalismo na atualidade. Atentam para as crises instauradas que se expressam em variadas dimensões da vida humana em extensas faixas populacionais, como: alimentar, de saúde, de habitação, de empregos e ambiental. Pois, conforme assegura Breilh (2010), os processos epidemiologicamente nocivos não são, em essência, probabilísticos, nem apenas resultado da falta de ética e incapacidade técnica, são processos complexos inscritos em um sistema econômico de acumulação de lucro e capital.

A proposta de apresentar, então, estudos de abordagens sistêmicas que se contrapõem à toda tradição positivista do pensamento fundamentado na causalidade linear da saúde se constitui no maior desafio do campo da epidemiologia crítica latino-americana. Pois, a perspectiva cartesiana orientou as análises epidemiológicas convencionais durante muito tempo, assumindo a prioridade interpretativa dos atributos das partes (indivíduos) como base do comportamento do todo (BREILH, 2013). Entretanto, é preciso, portanto, desconstruir o sujeito cartesiano que indubitavelmente acredita na separação entre o biológico e o social,

para que um instante revelador, que desestabiliza a soberania da razão dicotômica, se instaure e evidencie a fronteira que distingue, porém, reúne o biológico e o social.

2.1 A determinação social da saúde: um movimento dialético necessário

A saúde coletiva, desde meados da década de 1970, segue em um movimento constante de ampliação de suas bases conceituais e seus objetos de estudos. A racionalidade da saúde coletiva é ampla e diversa e por essa razão não se pode reduzi-la a alguma teoria unificadora ou eleger um objeto de estudo exclusivo (CAMPOS, 2000). A compreensão sobre este campo do conhecimento pode ser melhor mediada se compararmos-os, metaforicamente, à um mosaico dinâmico que transcende os limites das ciências naturais e reúne contribuições das ciências humanas, sociais, econômicas e políticas. Ou seja, apenas a partir da interdisciplinaridade é possível ampliar os horizontes de interpretação da realidade em estudo e, assim, considerá-la em sua integralidade.

Logo, é necessário que todo problema a ser estudado, sob as lentes multidimensionais desta área do conhecimento, seja circunstanciado em sua estrutura social e dialogue com o projeto de sociedade e o conceito de saúde que se procura efetivar. Para tanto, o movimento da saúde coletiva segue construindo diálogos cada vez mais interdisciplinares, necessários para entender a complexidade intrínseca às questões de vida e saúde (PAIM; ALMEIDA FILHO, 1998). Por este ângulo, Tambellini e Câmara (1998) percebem a saúde da seguinte maneira:

A visão de saúde construída a partir da Saúde Coletiva é bastante ampla, levando em conta dimensões biológicas, sociais, psíquicas e ecológicas, trabalhando e articulando as faces individual e coletiva que correspondem respectivamente à doença vivida pelo doente e ao processo saúde-doença (TAMBELLINI; CÂMARA, 1998, p. 51).

Sob o intento de tornar factível a articulação dessas múltiplas dimensões, a *epidemiologia crítica latino americana* propõe a *teoria da determinação social da saúde* e reconhece “la teoria como un modus operandi que orienta y organiza la práctica científica” (BOURDIEU, 1998 *apud* BREILH, 2013, p.13). Isto implica na necessidade de fortalecer e investir em estudos fundamentados no pensamento crítico, que supere o senso comum como via de interpretação da realidade e amplie o horizonte do saber/fazer da saúde coletiva.

Dessa forma, a *epidemiologia crítica latino americana* sela o compromisso de realizar uma reformulação disciplinar. Para tanto, situa-se em uma perspectiva teórica política que direciona o olhar para as relações de poder e assume um ponto de vista social para o processo

saúde doença (BREILH, 2013). O autor ainda afirma ser necessário “saber que cuando se hace epidemiologia hay una politicidad implícita y um nexu evidente o tácito con intereses estratégicos de um setor social, entoces, no solo es un acto de transparência ética, sino um signo de rigurosidad metodológica” (BREILH, 2013, p.14). Diferente da *epidemiologia convencional*, a *epidemiologia crítica latino americana* consiste em desvelar as relações de determinação geradas pelo sistema socioeconômico de acumulação de capital, que degrada a natureza e produz iniquidades construídas sócio historicamente.

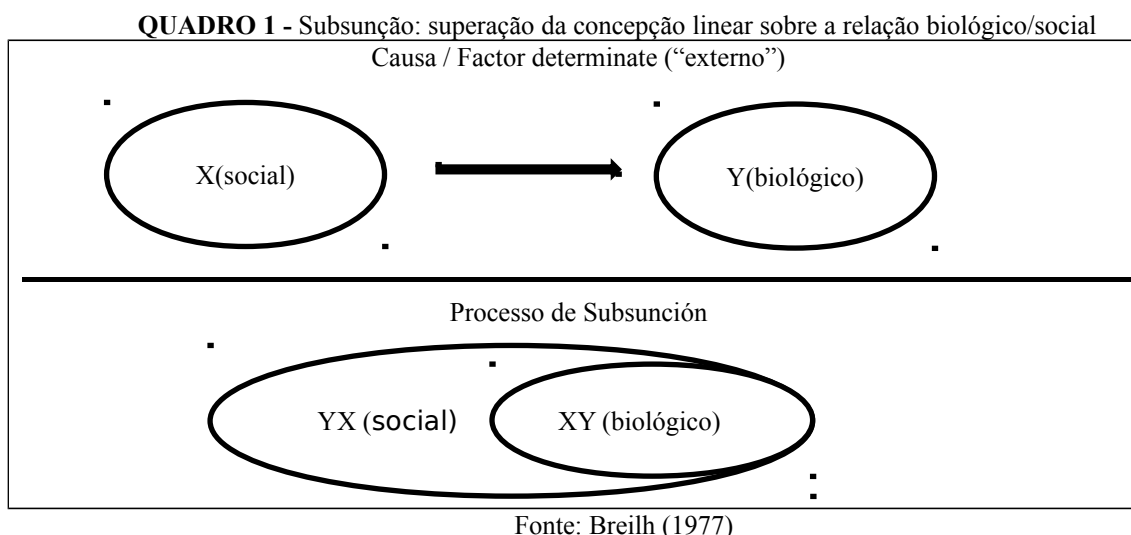
Assim, a teoria da determinação social do processo saúde doença se aplica através de enfoques sistêmicos. Amplia o horizonte interpretativo da realidade, dinamizando a construção do conhecimento, que faz renascer o verdadeiro intento da ciência: a transformação das estruturas sociais injustas, secularmente, cristalizadas. Deste modo, contribui com as lutas dos povos pela superação de uma organização social centrada na acumulação de capital e reconhece a inviabilidade desse sistema socioeconômico para a criação de modos saudáveis de vida (BREILH, 2013). Isto se torna claro com a seguinte defesa do autor: “La epidemiologia crítica no puede ser outra cosa que radicalmente emancipadora” (BREILH, 2013, p.14). Neste sentido, acredito ser possível afirmar que a teoria da determinação ou produção social da saúde é o coração que faz pulsar o pensamento crítico, que nutre a construção do conhecimento da saúde coletiva. Exige, portanto, um exercício contínuo de superação da lógica reducionista que fragmenta sua natureza processual e submete os determinantes sociais da saúde à um modelo rígido de causalidade linear (NOGUEIRA, 2010). Ou seja, cada vez mais, a consciência complexa e processual precisa estruturar a arquitetura dos estudos em saúde e reconhecer os laços existentes entre os codeterminantes que se interrelacionam, em movimentos dialéticos, entre o individual e o coletivo, assim como o biológico e o social.

A não ruptura do paradigma convencional, ainda hegemônico, fomenta a insuficiência das leituras sobre a realidade. Pois, ao reduzir o processo de determinação social à uma relação de exterioridade entre os condicionantes (determinantes de saúde), se reproduz a rasa compreensão de uma mera influência, simplificada, do social no biológico, contribuindo, portanto, com a manutenção das estruturas hegemônicas. No entanto, ao assumir o movimento dialético presente nas relações complexas, revela-se um entrelaçamento, um nexu interno que respeita a hierarquia entre as macro e micro dimensões que (re)produzem saúde e adoecimento, reconhecido como *o processo de subsunção*. Esta é uma categoria de origem marxista amadurecida, teoricamente, sob o intento de distinguir a *subsunção formal* (dominação externa e coercitiva) da *subsunção real* (inerente ao modo de trabalhar) (MARX,

1971 *apud* BREILH, 2010). Orientado pelo materialismo histórico dialético, Breilh (2010) lança mão desta categoria marxista para explicar a complexidade da estrutura orgânica do processo de determinação social da saúde e elucidada, portanto, da seguinte maneira:

El hecho es que la conexión entre lo biológico y lo social, entonces, no se reduce a un vínculo externo, puesto que hay un nexo interno, esencial, dado por el movimiento de subsunción. La moderna biología establece la unidad dinámica de movimiento entre ambiente, fenotipo y genotipo, no como un proceso de adaptación de los organismos al ambiente, sino como un cambio permanente del patrón de transformaciones mutuas que se establece entre aquellos y el ambiente, pero en ese cambio incide jerárquicamente la determinación social; eso es lo que queremos decir al sostener que lo biológico se desarrolla bajo subsunción a lo social (BREILH, 2010, p.101).

O processo de subsunção permite a compreensão de que o processo saúde-doença está inscrito num movimento geral. Explica a complexidade do fenômeno e elucidada a relação entre as partes e destas com a totalidade. Nasce da perspectiva do materialismo histórico dialético e analisa o biológico e o social enquanto unidade. De tal modo, acreditamos que a determinação dialética do processo saúde doença apresenta um maior potencial explicativo sobre o fenômeno, por superar modelos lineares de construção do conhecimento que mutilam a realidade em fragmentos isolados (MOREIRA, 2013).



Logo, Breilh (2013) esclarece com precisão a não separação entre o biológico e o social e sim um entrelaçamento entre eles, numa zona de subsunção. Certamente, se faz necessário ressaltar que há uma hierarquia entre os dois que os distingue, porém presume que o social não implica em desdobramentos de processos biológicos e sim que o social é parcialmente constituído do próprio processo biológico que, por sua vez, no entanto, é regulado pelo processo social. Sobre esta questão Laurell (1983, p. 150) também tece

comentários de mesmo teor e complementa ao dizer que os estudos que visam apontar um elemento social como fator de risco de determinada doença terminam por “desprezar a importância do social na etiologia da doença e se interdita seu caráter social”. De acordo com Breilh (2010) pensar a determinação social da saúde, a partir de uma perspectiva dialética, exige o cuidado de não sucumbir à um determinismo biológico nem render-se à um determinismo histórico, tendo portanto o compromisso de trabalhar as relações social-biológico e sociedade-natureza com a ponderação necessária para não invisibilizar nenhuma das partes na determinação social do processo saúde doença.

La determinacion social va y viene dialeticamente entre las dimensiones general, particular y singular⁶: se reproduce de lo general a lo particular, y se genera de lo particular a lo general. En el proceso se dan formas de subsunción en las cuales los procesos de la dimensión más simple se desanrollan bajo subsunción respecto social-natural, o social biológico ocurre como un movimiento entre las partes de un todo concatenado que es la naturaleza. Claro que las partes implican niveles de complejidad variables, sujetos e ciertas condiciones dinámicas que tiene una estabilidad apenas relativa (BREILH, 2013, p. 20).

Assim, identifica-se a necessidade de introduzir maior grau de clareza para a compreensão da natureza dinâmica desta ordem hierárquica, na qual se (re)produz saúde e doença. Para tanto, não podemos deixar de destacar a relevância da contribuição da tese de Samaja (2000) para este entendimento, que desenvolve o conceito de operação de *supressão, conservação e superação* entre as dimensões hierarquizadas. Organizadas, gradativamente, a partir de suas naturezas que variam de níveis individuais à níveis coletivos. Segundo o autor:

Esta operação rege a ordem constitutiva nas hierarquias estruturais e funcionais, de maneira que as estruturas anteriores ficam suprimidas, mas conservadas e superadas nas estruturas e funções posteriores.[...] Segundo esta concepção, os fatos passados não ficam meramente eliminados com o passar do tempo, mas foram suprimidos e se conservam operantes no interior das estruturas atuais. Passam a formar parte da “ordem constitutiva” da realidade atual, mas sob o controle ou regulação desta última, a qual traça suas novas condições de fronteira (SAMAJA, 2000, p. 53-54).

⁶ “Desde la perspectiva epidemiológica, el dominio de lo general (G) corresponde a la determinación del sistema de acumulación, la lógica matriz del sistema de producción, las políticas y expresiones del Estado y los procesos generales de la cultura y condicionantes epistémicos. El dominio de lo particular (P) es el que corresponde a las condiciones estructuradas de los modos de vida de los grupos constitutivos, con sus patrones típicos de exposición a procesos nocivos para la salud colectiva y sus patrones característicos de vulnerabilidad grupal a dichos procesos nocivos. Y el dominio singular (S) expresa la determinación de los estilos de vida de las personas y de sus rasgos fenotípicos y genotípicos (en la Tesis 5 se explica la diferencia entre modos de vida - grupales - y estilos de vida - individuales). Los procesos de la dimensión general y particular tienden a reproducir y conservar sus condiciones. En cambio, los procesos más específicos y singulares tienden a generar nuevas condiciones desde los ámbitos más locales” (BREILH, 2010, p. 109).

Tal relação evidencia o “*controle hierárquico*”⁷ entre uma estrutura superior e outra inferior que a primeira *suprime*, embora *conserva-a* como um componente seu” (SAMAJA, 2000, p. 54). Neste sentido, importa frisar nesta construção teórica que a reprodução social é a categoria que media os processos gerais na dimensão particular, especificando-os. A individuação desta relação entre o macro e o micro se corporifica e se expressa nas formas de vida das pessoas (MOREIRA, 2013). A fim de pormenorizar tal conceito Breilh (2010) esclarece - sob à luz da economia política que fomenta o movimento da Reforma Sanitária e fundamenta a teoria da determinação social da saúde – que modelo econômico de acumulação de capital (domínio G), subsume os modos de vida dos distintos grupos sociais (domínio P) que, por sua vez, subsume os estilos e condições de vida individual (domínio S). No entanto, adverte que a estruturação hierárquica não é absoluta e relembra a possibilidade de um contra movimento dos domínios mais singulares para os gerais, viabilizando a produção de novos cenários.

Categoricamente, Laurell (1983) ressalta, contudo, a importância de reconhecer a natureza própria e particular do social e do biológico, assim como os níveis distintos de hierarquias entre eles para, então, entender com lucidez o entrelaçamento de ambos e a determinação dialética da saúde/doença. Portanto, a autora defende a necessidade de elaborações teóricas que preservem as características próprias do social no entendimento da saúde e da doença, sem que este seja forçadamente biologicizado para fins de validação.

O referencial da determinação social do processo saúde/doença é nutriz para a ampliação do conceito e práticas de saúde. Possível de observar desde a Carta de Ottawa, publicada em 1986, que define a promoção da saúde como:

A Promoção da Saúde é o processo que visa aumentar a capacidade dos indivíduos e das comunidades para controlarem a sua saúde, no sentido de a melhorar. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social, o indivíduo ou o grupo devem estar aptos a identificar e realizar as suas aspirações, a satisfazer as suas necessidades e a modificar ou adaptar-se ao meio. Assim, a saúde é entendida como um recurso para a vida e não como uma finalidade de vida (INTERNATIONAL CONFERENCE ON HEALTH PROMOTION, 1., 1986).

A promoção da saúde, então, refere-se ao fortalecimento do poder de indivíduos e comunidades para atuar no processo de determinação social da saúde. É a partir deste prisma que segundo Fleury-Teixeira *et al.* (2008), a autonomia é uma categoria central na promoção da saúde humana, visto que, sua atuação positiva no processo de determinação social da saúde amplia as possibilidades de fortalecimento e proteção da vida. Similarmente, Martins

⁷ “Aqueles ligaduras que tem sua origem dentro de uma coleção de elementos, mas que afetam individualmente os elementos da coleção” (PATTEE, 1976 *apud* SAMAJA, 2000, p. 54).

(2004) defende perspectiva de mesmo teor quando nos oferece a possibilidade de compreendermos a saúde como um processo de vitalização da autonomia. De acordo com o autor:

Podemos entendê-la, se quisermos, como ‘potência de vida’, ou como vitalização. A autonomia significa assim criação, auto-criação, autopoiesis: adoecemos porque uma afecção contrária à nossa vitalização baixou nossa potência de vida. Passivos, submergimos a esse pathos, à patologia. É preciso então que reencontremos nossa forma ativa – e não passiva, patológica – de ser (MARTINS, 2004, p. 28).

O lúmen deste referencial traduz a sutil ideia da liberdade no exercício ativo de si, “da livre decisão dos indivíduos sobre suas próprias ações e às possibilidades e capacidades para construir sua trajetória na vida” (FLEURY-TEXEIRA *et al.*, 2008, p. 2118). Logo, a vitalização da autonomia promove saúde através do fortalecimento das capacidades individuais e coletivas de pensar/agir sobre a multiplicidade da determinação social da vida. “A saúde é condição parcial para a realização de si dos indivíduos e meio para o desenvolvimento humano, ao mesmo tempo que este é condição para a saúde” (FLEURY-TEXEIRA *et al.*, 2008, p. 2120). Portanto, a saúde avigora-se na medida em que se ampliam as possibilidades de escolhas e decisões na construção dos trajetos de vida (CZERESNIA, 2003).

2.2 Saúde e Ambiente e o enfoque transdisciplinar

Igualmente, a reprodução da racionalidade⁸ cartesiana normatizou o pensamento e condicionou, por consequência, as práticas no campo de construção do conhecimento da saúde e ambiente durante muito tempo. Secularmente, o binarismo dicotômico cultura/natureza e biológico/social marca a estrutura interpretativa dessas relações, submetendo-as a uma condição de exterioridade e submissão entre as categorias. Visto que, “o ambiente aparece como o campo de externalidades da racionalidade econômica que se manifesta na degradação ambiental (LEFF, 2012, p. 37)

Certamente, o estudo da relação sociedade – natureza diz muito sobre o modo de reprodução da vida humana e não por acaso concentra olhares polissêmicos de diversas áreas do conhecimento, fundamentalmente, as ciências sociais. Apesar de já ressaltarmos a importância da contribuição interdisciplinar para a realização de estudos sistêmicos sobre a saúde coletiva, no cerne das discussões pulsa um questionamento sempre presente no campo de conhecimento da Saúde & Ambiente: Como a relação sociedade – natureza produz saúde e

⁸ O Conceito de *racionalidade* permite abordar o sistema de regras de pensamento e comportamento dos atores sociais que legitimam ações e conferem um sentido à organização social (LEFF, 2012, p. 42).

adoecimento? As respostas a esse questionamento são plurais e se diversificam à medida que se desenvolvem fundamentadas em origens epistêmicas distintas.

Atualmente, o que se constata é a coexistência de racionalidades que, em disputa, tentam explicar a relação estabelecida entre os elementos em questão. Apesar do movimento histórico de superação do pensamento cartesiano, a linearidade das interpretações e a arquitetura reduzida das metodologias ainda se revelam em hegemonia nos estudos em saúde e ambiente.

Até recentemente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) propôs *o marco causa efeito da saúde e ambiente* (1999) - um modelo teórico metodológico elaborado para subsidiar a construção de indicadores, capazes de analisar os riscos à saúde humana produzidos no ambiente. Aqui se evidencia, com clareza e facilidade, a separação do binômio homem – natureza que, submetido a uma relação de exterioridade, reproduz a racionalidade de causação do fenômeno saúde/doença e reduz sua explicação a natureza probabilística dos riscos (RIGOTTO, 2003). Entretanto, importa esclarecer que a superação do pensamento cartesiano não implica em desvalidar e tornar obsoleto o conhecimento construído, no entanto, é prudente afirmar que a natureza probabilística dos riscos presente nas relações de causa e efeito são adequadas e suficientes para explicar, somente, as relações de causa e efeito.

Qualquer extrapolação dos estudos cartesianos para explicar processos complexos incide em falácias, que reproduzem uma práxis insuficiente que se expressa em ações de saúde não resolutivas.

De acordo com Minayo (2002) as abordagens mais integradoras de enfoques ecológicos são recentes e datam seu surgimento no final da década 1970. Ambientalistas, sanitaristas, gestores e investigadores reconhecem a necessidade de sincretizar suas ações e abordagens de modo sistêmico em benefício da qualidade de vida⁹ de populações concretas. O desvelo em aprofundar o encontro de conceitos das áreas de saúde e ambiente é cabal, ao passo que sua decodificação na prática produz transformações reais para as populações vivas e a natureza habitada. Com mesma urgência os estudos em saúde devem dialogar com o saber ambiental que, para Leff (2012), é dinâmico, complexa e dialoga saberes de diferentes

⁹ “A qualidade de vida como possibilidade de realização e utopia. [...] Embora existam tentativas de quantificar indicadores que poderiam focalizar seu significado, na verdade, a definição de qualidade de vida aqui apresentada é eminentemente qualitativa: é como se fosse uma medida que juntasse, ao mesmo tempo o sentimento de bem estar, a visão da finitude dos meios para alcança-lo e a disposição para, solidariamente, ampliar as possibilidades presentes e futuras.[...] é como um guarda chuva onde estão ao abrigo nossos desejos de felicidade; nossos parâmetros de direitos humanos; nosso empenho em ampliar as fronteiras dos direitos sociais e das condições de ser saudável e de promover saúde” (MINAYO, 2002, p. 174).

origens. Por isso, a promoção da qualidade de vida deve ser uma construção coletiva e está alinhada com um projeto de sociedade saudável.

Sabe-se que desde sua origem, o homem comunga a existência, junto à outros seres vivos, em inerente relação com a natureza. Apesar da obviedade desta premissa, a racionalidade moderna a desconsidera de tal modo que esta realidade precisa ser lembrada enquanto verdade, pois, apesar de invisibilizado, o binômio homem - natureza possui uma relação de caráter vital e intrínseco (RIGOTTO, 2003). Para o marxismo, o potencial humano de transformar a natureza, empregando-lhe utilidade à (re)produção da própria vida humana, o faz capaz de transformar a si mesmo. Sem dúvidas, deve-se ao marxismo a perspectiva filosófica empregada à categoria *Trabalho*, que segundo Luckács (1980 *apud* RIGOTTO, 2002) além de transformar historicamente a dimensão material da vida humana, produz linguagem e sociabilidade sendo, deste modo, responsável pelo o processo de humanização do homem - transição de um ser, meramente, biológico para um ser social.

A história constata que inúmeras sociedades desenvolveram-se, a partir de organizações essencialmente rurais, cuja agricultura constituiu o principal modo de satisfação das necessidades básicas das populações.

Não havendo distinção clara entre produtor e consumidor, essas civilizações foram capazes, na maioria das vezes, de criar tecnologias harmonizadas com seu ambiente físico e humano, mesmo porque o bem estar da comunidade dependia direta e imediatamente desse equilíbrio (RIGOTTO, 2002, p. 234).

A ascensão das sociedades modernas introduz profundas rupturas nessas relações de equilíbrio e harmonia ao submeter a necessidade de produção às exigências do mercado e à lógica de acumulação de lucro. De acordo com Leff (2014) a crise ambiental emerge como problema social do modelo capitalista atual de desenvolvimento. Propõe a necessidade de normatizar um conjunto de processos que envolvem padrões rígidos de produção e consumo, que submetidos à racionalidade da economia pautada no capital e sob a lógica do mercado, exploram e degradam o ambiente e a qualidade de vida.

De acordo com Rigotto (2002), as contribuições mais recentes do campo de conhecimento da saúde & ambiente focaliza suas abordagens no modo de produção e consumo, que determina o modelo de desenvolvimento em cada sociedade, como núcleo chave para articulação das categorias de trabalho, ambiente e saúde. Em conformidade, Berlinguer (1983) alguns anos antes já defendia a ideia de que os perfis de adoecimento e morte são resultados da relação sociedade-natureza, sendo o surgimento de enfermidades uma sinalização do desequilíbrio homem-ambiente, produzidos por transformações produtivas, territoriais, demográficas e culturais. Neste sentido, Laurell (1982, p. 10) define:

generales el proceso salud enfermedad está determinado por el modo como el hombre se apropia de la naturaleza en un momento dado; apropiación que se realiza por medio del proceso de trabajo basado en determinado desarrollo de las fuerzas productivas y relaciones sociales de producción.

Sobre este aspecto, Rigotto (2002) comenta que a epidemiologia social contribui para o encontro das categorias de saúde, ambiente e trabalho. Articula-lhes numa perspectiva sistêmica da relação sociedade-natureza e reconhece o modo de produção como o ponto de interseção onde essas se encontram e desenham o processo saúde doença. Segundo Minayo (2002) é urgente e inadiável a necessidade de assumir o desafio de oferecer respostas para a seguinte indagação: “Como fazer a reviravolta do paradigma antropocêntrico e de dominação que, a partir do uso predador dos espaços ambientais, tem provocado a própria destruição dos projetos humanos de vida saudável?” (MINAYO, 2002, p. 173). A autora ratifica que é axiomática a necessidade de criar estratégias e práticas transdisciplinares que viabilizem uma compreensão mais holística acerca das repercussões da atividade humana sobre o ambiente e a saúde. Pois, conforme aponta Porto *et al.* (2014) :

Os problemas de saúde e sua determinação socioambiental são complexos e multidimensionais, pois envolvem simultaneamente questões sociopolíticas, econômicas, culturais e biológicas, dentre outras, o que implica aceitar uma pluralidade de perspectivas teóricas e metodológicas legítimas (PORTO *et al.*, 2014, p. 4075).

Para tanto, requer projetos interdisciplinares e a criação de novas metodologias de caráter participativo, de modo a mobilizar uma amplitude de atores dos diversos setores sociais. Entretanto, Leff (2012) ressalta:

A interdisciplinaridade ambiental não se refere, portanto, à articulação das ciências existentes, à colaboração de especialistas portadores de diferentes disciplinas e à integração de recortes selecionados da realidade, para os estudos dos sistemas socioambientais complexos. A articulação das ciências não leva a incorporar uma “dimensão ambiental” dentro de um sistema de paradigmas estruturados, mas a um processo de reconstrução social mediante uma transformação ambiental do conhecimento e uma revalorização dos saberes “não científicos” (LEFF, 2012, p. 36-37).

Segundo Uchôa (2002) a proposta de abordagens com princípios transdisciplinares e participativos, por si só, já justificaria a relevância de estudos referenciados nesta proposta de interpretação da relação Saúde e Ambiente. No entanto, parece menos óbvio os caminhos de legitimação e incorporação destas abordagens, pelos gestores e sociedade civil, nas investigações sobre o campo. Apesar dos desafios, naturalmente presentes, na operacionalização de abordagens sistêmicas que se dedicam a desnudar a complexidade nas estruturas das relações investigadas, a superação dos reducionismos e antagonismos é

premente para vencer a crise atual de resolutividade da saúde pública (UCHÔA, 2002). Visto que a resolução de problemas complexos requer o exercício do pensamento complexo que constela saberes e analisa os processos relacionais entre os elementos de um sistema integrado.

Porto (2005, p.833-834), ao defender a importância das abordagens ecossociais¹⁰ em saúde, cita Krieger (2001) que afirma ser o objetivo dessa perspectiva a construção de “um conjunto de princípios integrais e, na medida do possível, empiricamente verificáveis, que orientem a investigação e as ações práticas, inclusive no reconhecimento de suas incertezas e limitações”. Porto (2005) ainda destaca que uma grande proporção dos problemas socioambientais atuais são configurados em estruturas complexas e alto grau de incertezas, condição que expõe os limites da ciência cartesiana. Parece urgente a necessidade de repensar o escopo de alternativas políticas, sob à luz do debate socioambiental, no qual se desenvolve a práxis da Saúde Coletiva. Conforme defende Leff (2012):

O véu ecológico com o qual se cobre o corpo fragmentado do conhecimento ofusca o fato de que a crise ambiental é, no fundo, uma crise do conhecimento e que, com essa crise, se abre uma nova perspectiva para investigação epistemológica (LEFF, 2012, p. 28).

Portanto, o movimento da Reforma Sanitária Brasileira reconhece a carência de referenciais teóricos e práticos que se aproximem da realidade sistêmica do processo saúde doença. Redesenha seu escopo de possibilidades, pautados em bases conceituais ampliadas e transdisciplinares, ao assumir a natureza sistêmica e complexa da relação entre saúde e ambiente, que concentra sua essência na histórica relação entre homem e natureza.

2.3 A ecologia política e a geografia crítica no contexto da globalização das injustiças ambientais

O campo de construção do conhecimento da Saúde & Ambiente contempla o desafio de agenciar encontros potentes entre a saúde, a ecologia política e a geografia crítica. A tessitura dos saberes e práticas dessas três grandes áreas fomenta a construção de uma compreensão ampliada que favorece ações integrais - dedicadas à resolução de questões

¹⁰ “Um dos pilares para uma visão ecossocial dos problemas de saúde encontra-se no desenvolvimento da chamada abordagem ecossistêmica em saúde. [...]Compreender problemas de saúde a partir de um enfoque ecossocial é fundamental para que propostas de desenvolvimento econômico e tecnológico possam resultar em balanços mais positivos entre os benefícios e os prejuízos dele decorrentes. Especialmente para o campo da saúde pública tal desafio é estratégico para desenvolver e implementar ações de promoção da saúde .” (PORTO, 2005, p. 833). Vale ressaltar, que o enfoque ecossocial adota como “referência movimentos e correntes intelectuais como a saúde de ecossistemas, a justiça ambiental, a determinação social e a saúde para todos” (PORTO; MARTINEZ-ALIER, 2007, p. 504).

relacionadas à crise ambiental e às consequências socioambientais dos modelos de desenvolvimento das sociedades capitalistas sobre a saúde dos ecossistemas e das pessoas que nele residem.

Lamentavelmente, o panorama atual de desenvolvimento das sociedades modernas se encontra subordinado, a racionalidade econômica neoclássica, sob o imperativo do “crescimento a qualquer custo” (CAVALCANTI, 2008). Certamente, as consequências deste modelo de desenvolvimento são imponderáveis, visto que a desigualdade é produto e condicionante de injustiças. De acordo com Porto e Martinez-Alier (2007) a produção de desigualdades decorre da natureza imperfeita do mercado, constatada pelos seguintes aspectos: a existência de monopólios ou monopsonios¹¹; quando o custo de produção não incorpora os custos socioambientais e o menosprezo e as ignorâncias sobre futuro determinam seu padrão de insustentabilidade.

A natureza qualitativa da pobreza foi, estrategicamente, ofuscada e reduzida a dados numéricos que estabelece distâncias entre países ricos e pobres. Por consequência infere-se a estes últimos uma necessidade mimética que incute relações de dependência, amplamente difundida como possibilidade de superação econômica e social (SANTOS, 2007, p. 15-16). Atualmente, o processo de globalização em curso e a divisão internacional do trabalho determina a posição subordinada dos países latino-americanos ao mercado internacional. Tonificam o modelo econômico vigente e reforçam seus papéis de exportadores de mercadorias baseadas em recursos naturais (matéria-prima). O Brasil, por exemplo, ocupa o papel de fornecedor global de *commodities* agrárias, minerais e siderúrgicas (PORTO; MARTINEZ-ALIER, 2007).

O modelo de desenvolvimento baseado na exportação de *commodities* produz um conjunto de injustiças no local de origem, provenientes deste modo de produção e consumo, que extrai recursos naturais, degrada o ambiente e explora trabalhadores. Através da divisão internacional do trabalho e da produção subordinada às regras do mercado global, reserva-se aos países (consumidores) que importam *commodities* somente o gozo sobre as vantagens do produto final. Formam-se, deste modo, “hierarquias centralizadas de poder que se sustentam a partir de recursos não-locais, distanciados dos territórios onde vivem a maioria das comunidades e os ecossistemas que sofrem com os principais problemas decorrentes desta divisão” (PORTO, 2005, p. 834-835).

¹¹ O conceito de monopólio diz respeito “a existência de um único fornecedor e vários compradores”, já monopsonio refere-se à “existência de vários fornecedores e apenas um comprador” (PORTO; MARTINEZ-ALIER, 2007, p. 506).

Conforme aponta Porto e Martinez-Alier (2007) a ecologia política, portanto, é um campo que oferece uma matriz teórica que fundamenta as ações políticas dos movimentos por justiça ambiental, dedicados ao enfrentamento dos conflitos socioambientais¹², decorrentes do modelo de desenvolvimento global. Seu manancial teórico nasce da economia política de tradição marxista e realiza a crítica sobre as estruturas de poder das sociedades modernas, avançando ao passo que incorpora questões ecológicas à análise de suas dimensões sociais e econômicas.

A ecologia política muito dialoga com o movimento pela justiça ambiental que se define como um conjunto de princípios e práticas que assegurem que nenhum grupo social receba uma sobrecarga desproporcional de consequências negativas, provenientes de escolhas políticas e atividades econômicas discriminatórias (ALSCERALD, 2009). Entretanto, a (re)produção de injustiças ambientais¹³ perpassa, exatamente, por um conjunto de valores e práticas políticas opostas, sucumbidas e cativas à uma racionalidade econômica excludente, violenta e arbitrária. De acordo com Porto (2005):

A contradição central do desenvolvimento econômico e tecnológico reside no fato de que o “progresso” técnico e econômico pode não significar progresso humano. A riqueza de um pode significar a doença e a morte do outro, o progresso do agora pode representar o constrangimento do futuro, a expansão urbana e industrial pode implicar a degradação de ecossistemas, extinção de espécies, o fim de recursos naturais e a contaminação do ar, água e alimentos (PORTO, 2005, p. 835).

Diante disso, “a Ecologia Política fornece importantes elementos conceituais para a discussão sobre quem, quando e como se ganha ou se perde saúde em decorrência de certos investimentos realizados nos territórios” (PORTO, 2005, p. 835). O autor ainda defende que os problemas de saúde e ambiente exigem uma contínua renovação das necessidades e possibilidades de transformação social, “seja pelo enfrentamento das ameaças à vida e à saúde, seja pela reafirmação das alternativas de sua promoção” (PORTO, 2014, p. 4076). Podemos admitir, portanto, que a ecologia política contribui na elucidação do contexto que circunscreve o processo de determinação social da saúde das populações expostas às circunstâncias injustas. Segundo Breilh (2010):

¹² “(...)Aqueles que envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo como origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos” (ASCELRAD, 2004, p. 26).

¹³ “O mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis” (ACSELRAD *et al.*, 2009, p.41).

El modelo de acumulación acelerada acrecentó la imposición a la humanidad de una economía de la muerte, que administra las necesidades para generar más capital, es decir más trabajo muerto, que aplica el capital para extraer trabajo vivo del trabajador, planifica la muerte de los objetos para que nos veamos obligados a acortar los ciclos de compra/consumo (obsolescencia planificada), acelera la imposición de una cultura productivista extrema, y asume los bienes de la madre naturaleza como valores de cambio; un modelo de sociedad, en definitiva, que no resuelve el problema de la escasez, sino que la agudiza, e incrementa los abismos entre clases sociales y entre la sociedad y la naturaleza (BREILH, 2010, p. 95).

Contudo, a ecologia política fortalece as possibilidades de compreensão dos processos de determinação social da saúde, inscritos neste cenário de crise ambiental global sob uma perspectiva local territorialista. Nesta direção, Monken *et al.*, (2008 p. 38) afirma ser “evidente a emergência do interesse pela categoria de território como nova variante da aproximação histórica entre geografia e saúde (em particular no Brasil)”, sendo este considerado pelo mesmo autor como “o território da conformação dos contextos que explicam a produção dos problemas de saúde e bem estar”.

2.3.1 Contribuições das categorias de território e territorialidade para a Ecologia Política da Saúde

O esteio filosófico da geografia crítica, intensamente amadurecida na década de 1970, é o materialismo histórico dialético de origem marxista. Engendrada no contexto hegemônico neopositivista, irrompe na finalidade de aprofundar a compreensão relativa aos processos socioeconômicos e ideológicos subjacentes aos padrões espaciais. O mais relevante subsidio desta perspectiva “diz respeito à tentativa de integração dialética entre a análise das estruturas e processos espaciais aos processos e relações sociais, alimentada pela perspectiva da transformação social radical” (CHRISTOFOLETTI, 1982 *apud* TONUCCI FILHO, 2013, p. 41).

A *polissemia* dos significados atribuídos às categorias de território e territorialidade enseja debates profícuos em diversas áreas do conhecimento. Tradicionalmente, as ciências geográficas muito se dedica a um constante trabalho de (re)visitação e atualização dessas categorias, de modo a estimar a multiplicidade de aspectos definidores na análise dos fenômenos geográficos modernos. Apesar da tradição de estudos geográficos que trabalham com a categoria território, sua origem provém das ciências biológicas que, em sua raiz, contempla apenas seus aspectos físicos e naturais. Mesmo no seio das ciências geográficas tais categorias foram, durante muito tempo, significadas e utilizadas na manutenção do

contexto imperialista e expansionista ocidental. Pode-se dizer que, secularmente, o território ora fora interpretado pelos seus aspectos biofísicos, ora compreendido na perspectiva de Estado-Nação. Ambos os sentidos invisibilizam os aspectos socioeconômicos e culturais, constituintes do território (FERREIRA, 2014).

Somente com o nascimento da geografia crítica renova-se o pensamento geográfico e o conceito de território esmera-se, “contemplando a noção de dinamismo, contradições, relações de poder, identidades, redes de circulação e comunicação, etc.” (FERREIRA, 2014, p. 112). Segundo Raffestin (1993), precursor da multiplicidade de perspectivas sobre o conceito de território, o espaço antecede o território. Sendo este último, portanto, histórico e social. Os indivíduos e grupos sociais se apropriam do espaço, concreta ou simbolicamente, territorializando-o. O processo de apropriação ocorre pelas relações de poder, que para Raffestin (1993) é de natureza *relacional*, pois está presente em toda e qualquer relação social. Entretanto, Saquet (2010) desconstrói a ideia de passividade da categoria de espaço, subentendida nas interpretações clássicas e afirma: “o espaço não é apenas palco, receptor de ações, substrato [...] ele tem um valor de uso e um valor de troca, distintos significados e é elemento constituinte do território, pois eles são indissociáveis” (SAQUET, 2010, p. 77).

Sobre esta distinção, Haesbaert e Limonad (2007) entende o território como um constructo histórico e originário das relações de poder (concretas e abstratas) estabelecidas entre sociedade e espaço geográfico (natureza), defendendo, portanto, a indissociabilidade entre espaço e território. O autor, em trabalho mais recente, reúne variadas concepções sobre território, entre elas a de Maurice Godelier que aborda desde sua dimensão material – “a compreensão de que o território é o espaço reivindicado por uma sociedade que assegura o acesso, o controle e o uso de seus recursos” – até sua dimensão simbólica – “que envolve o acesso, o controle e o uso dos poderes invisíveis que compõe o território e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens [e mulheres]” (HAESBAERT, 2011, p. 49).

De acordo com Haesbaert (2007) existe uma distinção relevante a ser feita entre o que ele admite como *território unifuncional* e *território espaço-tempo-vivido*. O primeiro refere-se à hegemônica racionalidade capitalista, defensora de uma lógica territorial padronizada que não outorga múltiplas territorialidades. Já o segundo é fruto de processos complexos originários das teias materiais e imateriais da vida cotidiana. Há semelhanças próximas com as afirmações de Lefebvre (1968) quando ratifica a distinção entre dominação e apropriação territorial, sendo o termo primeiro vinculado ao valor de troca e o segundo atribuído as relações fundamentadas no valor de uso do território.

A natureza material e simbólica também é abordada por Boligian e Almeida (2003) quando admitem duas dimensões do território: a política – econômica, que diz respeito às relações sociais e de produção (caráter mais funcional) e dimensão simbólico afetiva, que se refere aos sentimentos e representações vinculadas aos lugares, inerentes a construção de uma identidade cultural. É consensual que toda identidade é socialmente construída. A partir dessa premissa, é possível analisar como diferentes grupos sociais criaram significados e construíram identidades, ao longo do tempo, estando essas vinculadas às dimensões culturais, religiosas, étnicas, territoriais, dentre outras (CHELOTTI, 2010).

Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos e de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados e sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço (CASTELL, 1999, p. 23).

Outro conceito de igual relevância e correlato ao de território é o de territorialidade, sendo este definido, segundo Sposito (2009, p. 11), como “a qualidade que o território ganha de acordo com sua utilização ou apreensão pelo ser humano”. De acordo com Raffestin (1993) a territorialidade reflete o “vivido” territorial, experiência que contempla as relações de natureza existencial e de produção que (re)criam o território. Sobre esta perspectiva Ferreira (2014) comenta:

O próprio território ganha uma identidade, não em si mesma, mas na coletividade que nele vive e o produz, sempre em processo dinâmico, flexível e contraditório (por isso dialético) recheado de possibilidades que só se realizam quando impressas e espacializadas no território (FERREIRA, 2014, p. 129).

Segundo Saquet (2010) a territorialidade transpassa as relações pessoais, sociais e cotidianas, por isso é multidimensional. Manifesta-se nas relações inscritas no trabalho, na família, na vizinhança, nas escolas, entre outras dimensões subjetivas presentes na vida diária. O autor ainda comenta:

A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana (SAQUET, 2009, p. 8).

As territorialidades são expressões que revelam as formas de uso dos territórios (FERNANDES, 2009). Essa interpretação muito se aproxima do conceito de território usado

desenvolvido por Santos (1999, p. 8) que define: “O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”.

De acordo com Monken (2008, p. 23), “intenção, apropriação, poder, delimitação e identidade são alguns elementos chaves para compreendermos o território e suas relações com a saúde”. Visto que, o território constitui-se na base de conformação dos contextos de vida, por isso, fulcral para a compreensão do processo de determinação social da saúde. Acredita-se ser necessário à ampliação do conceito de saúde contemplar a materialidade do espaço geográfico, como substrato onde a vida se desenvolve e abraçar a dimensão simbólica do território onde a vida se significa. Para tanto, os estudos em saúde coletiva precisam transcender os limites de suas particularidades e estabelecer um diálogo preciso com o território estudado e as estruturas macroeconômicas e políticas que os determinam.

É comum observar, em contextos de injustiça ambiental, memórias e identidades de territórios e populações tradicionais devastadas pela violência da reprodução do capital. Seguramente, é essencial refletir sobre os problemas socioambientais e em saúde a partir de referências que abracem as relações de produção de vida nos territórios. Para a geografia crítica, por exemplo, a teoria de lugares centrais concebe uma profunda utilidade para a explicação da existência de grandes concentrações na (re)produção do espaço ao serviço do capital (SANTOS, 2007). Similarmente, para a ecologia política, a dialética centro/periferia é interpretada como resultado da concentração de poder político e econômico, que submete a conformação dos espaços à disparidade entre os beneficiados pelas escolhas políticas e atividades econômicas instauradas nos territórios e os que padecem das consequências negativas do desenvolvimento econômico que sobrecarrega populações que neles residem (PORTO, 2005). Segundo o autor:

O fenômeno da globalização e o crescimento do neoextrativismo na periferia global intensificam a demanda por novos territórios e recursos naturais à economia, resultando em significativos impactos sobre os ecossistemas e a vida das populações vulnerabilizadas (PORTO, 2014, p. 4071).

Por esta razão, o autor afirma em artigo mais recente: “a essência da ecologia política permite desvelar a produção de cenários onde prevalece o incremento de processos de vulnerabilização de territórios e populações” (HENRIQUE; PORTO, 2012, p. 39). Estes territórios transformam-se em “áreas de sacrifício” – “onde as suas populações são forçadas a pagar pesados tributos, que tomam forma na redução e/ou restrição das áreas de produção tradicional e na diminuição da qualidade de vida e da saúde” (ACSELRAD, 2004 *apud*

HENRIQUE; PORTO, 2012, p. 39). O resultado é o rebento de conflitos territoriais, provenientes das normativas capitalistas, sejam nas florestas ou nas cidades (PORTO, 2014).

Os lucros e benefícios são concentrados nas mãos de poucos, enquanto as cargas do desenvolvimento são distribuídas aos trabalhadores, às populações pobres e discriminadas, como pobres, negros, índios e mulheres. Num modelo de desenvolvimento injusto são estes grupos vulneráveis, frequentemente invisíveis nas discussões públicas e sem voz nas decisões que lhes dizem respeito, os que mais recebem os efeitos da poluição, da concentração urbana e da falta de investimentos em políticas públicas, como educação, saneamento, saúde e meio ambiente (PORTO, 2005, p. 834).

Diante do panorama globalizado da atualidade que reorganiza o espaço e incute desafios para as resistências locais das singularidades e territórios diversos, Haesbaert (2011, p. 56) recentemente indagou: “Por que o território estaria desaparecendo; ou melhor, em termos mais adequados, que tipo de território, especificamente, estaria desaparecendo?” O autor em seu artigo tenta se aproximar de uma resposta, revelando uma perspectiva dicotômica entre o mundo enraizado dos territórios mais estáveis e o mundo das redes, instável, fluido e virtual (ciberespaço) que nasce a partir da globalização e do incremento tecnológico. Explica o processo de desterritorialização através do confronto de duas concepções: a desterritorialização das classes dominantes e a dos grupos subalternos.

Desterritorialização, para os ricos, pode ser confundida com uma multiterritorialidade segura, mergulhada na flexibilidade e em experiências múltiplas de uma mobilidade “opcional”. Enquanto isso, para os mais pobres, a desterritorialização é uma multi ou, no limite, aterritorialidade insegura, onde a mobilidade é compulsória, resultado da falta de opção, de alternativas, de “flexibilidade”, em “experiências múltiplas” imprevisíveis em busca da simples sobrevivência cotidiana (HASBAERT, 2001, p. 1775).

O autor em artigo mais recente comenta:

A precarização (para alguns “exclusão”) social que lança de forma crescente milhões de pessoas na miséria faz com que eles revalorizem seus vínculos básicos com o “território”, mesmo no seu sentido mais elementar – como “terra”, “terreno”, base primeira da reprodução social, como abrigo e fonte de sobrevivência. [...] No entanto, o território envolve sempre, em diferentes níveis, uma dimensão simbólica – indenitária (HAESBAERT, 2011, p. 66).

Além disso, o autor complementa:

Economias locais são violentamente desorganizadas, inclusive com assassinatos, para que esses territórios se integrem à economia capitalista globalizada, que desterritorializa as relações socioeconômicas locais e as reterritorializa a partir de novos códigos e signos (PORTO, 2014, p. 4074).

Portanto, o processo de determinação social da saúde e da doença salvaguarda estreita relação com a ecologia política e a geografia crítica, oferecendo forte arcabouço teórico e político para o fortalecimento do saber/fazer do campo da Saúde e Ambiente.

Uma lacuna importante para a compreensão sobre a determinação social da saúde é o fosso existente entre o plano macroestrutural e coletivo, e as condições e potencialidades dos sujeitos em planos mais pessoais e comunitários vinculados ao cotidiano e ao lugar. [...] Contudo, a ampliação do escopo da determinação social da saúde será incompleto se não superarmos uma visão estrita da dimensão ecológica que desconsidera as relações sociais. Para isso são fundamentais enfoques que integrem questões de saúde e ambiente aos direitos humanos, territoriais e sociais (PORTO, 2014, p. 4073-4074).

Seguramente, o reposicionamento político das análises da saúde coletiva sobre os problemas socioambientais, de modo a assegurar as discussões e o aprofundamento crítico sobre os processos e mecanismos produtores de injustiças, potencializa a luta coletiva pela superação desigualdades. Oferece elementos preciosos para a transformação radical de uma civilização adoecida para uma sociedade promotora de saúde. Desestabiliza convenções seculares, desconstrói reducionismos absolutos e amplia o horizonte de possibilidades para ação. A busca por integralidade, reconhece a complexidade e afirma o sujeito político e sua potência transformadora.

2.3.2 O território camponês no contexto das injustiças ambientais

A produção de um território é processual e acontece por apropriação simbólica e material do espaço geográfico. Como visto, o território é um constructo sócio histórico, resultante direta da ação humana sobre a matéria preexistente do espaço. O território é construído consonante às intenções de uso atribuídas ao espaço e geralmente organizado a partir de seus modos de produção. De acordo com Fernandes (2012) o território camponês concerne-se no espaço de vida do camponês que, organizado pelo trabalho familiar, constitui-se em uma unidade de produção e local de residência. Apresenta um conjunto de características particulares que variam de acordo com a diversidade de culturas camponesas que o diferencia do território capitalista.

Pode-se dizer, então, que o território camponês é uma unidade espacial, mas também é o desdobramento dessa unidade, caracterizada pelo modo de uso desse espaço que chamamos de território, por causa de uma questão essencial que é a razão de sua existência. A unidade espacial se transforma em território camponês quando compreendemos que a relação social que constrói esse espaço é o trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo, para o qual a reprodução da família e da comunidade é fundamental (FERNANDES, 2012, p. 747).

O território camponês pode ser visto, segundo Chayanov (1974) como uma unidade econômica estruturada a partir da força de trabalho familiar. Conforme o autor a unidade

econômica camponesa é, por sua vez, uma unidade de produção e consumo familiar, cujo seu excedente pode ser destinado para comercialização. Entretanto, a mercantilização da produção excedente não obedece ao cálculo da taxa de lucro, fato que distingue, claramente, a economia de base camponesa da economia capitalista. Serve, portanto, para complementar a satisfação das necessidades familiares e a reprodução do modo de vida camponês.

Em contraponto, Klass (1990) amplia a discussão sobre a relação do camponês com a terra ao considerar a natureza ética profunda que a envolve. Manifesta em uma moralidade camponesa, a relação do camponês com a terra transcende os véus da perspectiva econômica que organiza os modos de produção: “Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor” (KLASS, 1990, p.12). Para o autor, ordem moral refere-se contudo a forma como se percebe a relação dos humanos entre si e com as coisas, no caso do camponês notadamente sua relação com a terra.

O atual contexto de globalização, baseado na divisão internacional social do trabalho, submete os países periféricos à produção de *commodities* para exportação no mercado global. Percebe-se neste cenário a intensa e progressiva organização do agronegócio que, conforme aponta Fernandes (2012 p. 748), “está se territorializando sobre os latifúndios, desterritorializando o campesinato”. Conforme o autor:

Ao perder a propriedade, seu espaço de vida, seu sítio, sua terra e território, a família camponesa é desterritorializada. Como reação a esse processo, ocorrem a luta pela terra e as ocupações, na tentativa de criação e recriação da condição camponesa: campesinato e território são indissociáveis, e a separação entre eles pode significar a destruição de ambos (FERNANDES, 2012, p. 747).

A produção de graves injustiças sociais acontece mediatizada pelo modelo de economia capitalista que explora o ambiente e a sociedade. A reprodução dos padrões de produção oprime outras formas de organização e (re)produção da vida em sociedade. Certamente, julga-se essencial enfatizar a brava e potente capacidade dos camponeses em resistir e (re)inventar possibilidades de vida e enfrentamento diante das injustiças e desigualdades. Pois, é a capacidade de resistir que parece abrigar o bálsamo da história campesina. Ploeg (2009, p. 18) afirma: “A condição camponesa consiste na luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação”.

A luta por autonomia, conforme assinala Ploeg (2009, p. 19), aspira “o desenvolvimento de uma base de recursos autogerida que contemple a dimensão social e natural dos recursos”. Toledo (1992) ao analisar o significado das lutas camponesas afirma com muita precisão:

No ha habido prácticamente ningún defensor de la lucha campesina que no haya planteado la autogestión como objetivo central de la lucha política a través del control del proceso productivo agrario por parte de los productores campesinos (TOLEDÓ, 1992, p. 80).

A busca por autonomia das famílias camponesas sobre o próprio processo produtivo e a capacidade de intervir com liberdade sobre a organização do seu próprio trabalho e produção é o que podemos dizer ser a atual estratégia de resistência da população camponesa (PLOEG, 2009). De acordo com Fernandes (2012, p.748): “O grande desafio do campesinato é manter sua soberania desenvolvendo seu território por meio de sua autonomia relativa e do enfrentamento à hegemonia do capital”.

As diferenças entre o agronegócio ou a agricultura capitalista e a agricultura camponesa também revelam diferentes formas de uso dos territórios: enquanto para o campesinato a terra é lugar de produção, de moradia e de construção de sua cultura, para o agronegócio a terra é somente um lugar de produção de mercadorias, do negócio. E essas são características essenciais para conceber o campesinato e o agronegócio como diferentes modelos de desenvolvimento territorial, os quais, por isso, criam territórios distintos (FERNANDES, 2012, p. 749).

Dessa forma, a produção territorial é uníssona a produção de vida e saúde e precisam serem vistas como um processo histórico. Como tal, a promoção da saúde se enraíza no fortalecimento individual e coletivo para ampliar a capacidade das pessoas, grupo e comunidades para ação, para atuarem sobre o processo de determinação social do adoecimento (BATISTA, 2014).

2.4 As fronteiras epistemológicas entre os conceitos de vulnerabilidade e vulnerabilização: da potência ao ato

A primeira distinção que se faz necessária para introduzir esta discussão é a de natureza etimológica entre os termos vulnerabilidade e vulnerabilização. Para tanto, começamos por resgatar o sentido da palavra *Vulnus* que, no latim, significa ferida.

Entretanto, é válido lembrar que o termo *vulnerabilidade* é amplamente utilizado em diversas áreas do conhecimento e atravessa quase a totalidade das ciências humanas, sendo também empregado nas chamadas ciências da vida e da saúde. Entretanto, possui significados

polissêmicos que variam de acordo com os referenciais assumidos. O sufixo empregado no termo vulnerabilidade remete à uma ideia de probabilidade (potência), já o sufixo presente no termo vulnerabilização incute um significado de ação (ato). Essa distinção aristotélica entre ato e potência se faz presente nos estudos sobre a bioética da proteção do bioeticista e epistemólogo Schramm (2012), que define:

Vulnerabilidade se refere à condição de quem *pode ser* ferido (ou traumatizado), ao passo que vulneração se refere especificamente à condição de quem *já está* ferido (ou traumatizado). Dito de forma mais geral, no primeiro caso estamos em presença de uma potencialidade compartilhada pelo universo de todos os seres vivos. No segundo, de algo em ato em determinados seres vivos específicos e que é necessariamente universalizável, pois todos os seres vivos são por essência vulneráveis devido à condição de finitude e mortalidade que os caracteriza, ao passo que somente alguns são de fato afetados ou vulnerados (SCHRAMM, 2012, p. 38).

A vulneração é pautada na bioética da proteção como a nuance que permite dar luz e precisão ao reconhecimento de sujeitos, comunidades e povos que encontram-se em processo ativo de discriminação e que foram “descapacitados” no que se refere ao desenvolvimento de seu poder autônomo e criativo de defesa. A tarefa protetora defendida pela bioética da proteção resgata o princípio de responsabilidade, que sustenta e legitima a existência de um Estado de proteção social, esse deve por função proteger e assegurar o acesso às necessidades básicas e essenciais à vida da população a qual representa, estando essas circunstanciadas em seus contextos reais de vida diária (PONTES, 2004).

Também se percebe a presença da discussão epistemológica sobre o conceito de vulnerabilidade na Saúde e Ambiente. Reconhecida por sua forte relevância no que diz respeito aos contextos de injustiça ambiental, que impõe condições vulnerabilizantes a populações que se encontram em cenários assimétrico de poder e disputas territoriais. Porto (2011) reconhece a relevância da discussão por compreender que a dimensão central da vulnerabilidade se relaciona com as iniquidades sociais que ganham proporções extraordinárias frente à violência de atividades econômicas discriminatórias e a fragilidade de políticas públicas que ofertem cuidado às populações mais impactadas.

Entretanto, Porto (2011) revela três lacunas invisibilizadas no uso do conceito de vulnerabilidade nos estudos em saúde – bastante aplicado nas análises de exposição aos riscos – são elas: as origens históricas que propiciam a transformação de certo grupo social em vulnerável; a ausência de explicitação dos conflitos socioambientais que demarcam os contextos de vulnerabilidade e por fim o ocultamento das populações feridas enquanto sujeitos políticos e coletivos, portadores de direitos. Nesta perspectiva, se reconhece:

A condição de vulnerabilizadas, mais que a de vulneráveis, das populações e comunidades é importante para que possamos resgatar a historicidade dos processos que dessa forma afetam grupos sociais e lugares, como também para atribuir aos grupos sociais a condição de portadores de direitos que foram ou se encontram destituídos (ASCERALD, 2010 *apud* PORTO, 2011, p. 46).

Certamente, discussões etimológicas são relevantes ao passo que contribuem para o aprofundamento dos campos epistêmicos. Assim como, a clareza teórica favorece a transparência referente ao posicionamento dos estudos em saúde & ambiente que, indubitavelmente, necessitam ser desenvolvidos no espectro transdisciplinar e polissêmico do saber ambiental. Portanto, essa discussão ganha relevância ao passo que admite a complexidade que contextualizam o uso e a aplicabilidade dos termos aqui em questão. Convida-nos à um amadurecimento crítico e emancipatório, (re)direciona à práxis em saúde, focando-se na construção histórica e social da condição de vulnerados/vulnerabilizados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“Organizar conhecimentos de modo que estes possam dialogar entre si e fazer parte da vida humana, como se formasse uma colcha de retalhos costurados com harmonia e perfeita combinação de cores” (MORIN, 2000, p. 3).

A fim de desvelar o caminho percorrido pela construção do conhecimento neste processo dissertativo, este capítulo é dedicado a tornar explícita as bases sistêmicas que fundamentaram a sistematização das informações levantadas em visitas à área de estudo e sua posterior análise crítica. Igualmente, julgo necessário reconhecer minha condição de sujeito *não neutro*, que abandona as vestes da imparcialidade, secularmente impostas pelos postulados científicos, e assume sua ação política e ideológica. Condição que não ignora a necessidade de um método que fundamente, em bases sistêmicas, o caminho percorrido para o alcance de seus achados, nem tampouco invalida a etapa analítica da presente pesquisa. Importa ainda esclarecer que este estudo é um recorte da pesquisa intitulada “Estudo ecossistêmico dos territórios e populações vulnerabilizadas na área de abrangência do Projeto de Integração do Rio São Francisco”. Financiada pelo CNPq por via da Chamada Universal: Edital MCT/CNPq Nº 14/2013 e realizada pelo Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho (LASAT) do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães (CPqAM).

3.1 Desenho do estudo

A presente pesquisa se configura em um estudo de caso exploratório de abordagem qualitativa. Segundo Yin (1984) um estudo de caso pode contribuir com etapas exploratórias de pesquisas quando se refere à um fenômeno pouco estudado - carente de uma investigação aprofundada que possibilite a identificação de categorias de análise ou pressupostos para estudos posteriores. Sobre a definição de um estudo de caso o autor afirma ser:

[...] uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em seu contexto natural, em situações em que as fronteiras entre o contexto e o fenômeno não são claramente evidentes, utilizando múltiplas fontes de evidência (YIN, 1984, p. 23, tradução nossa).

Estudos deste tipo, usualmente, são utilizados quando o interesse se refere a investigação de como ou porquê um dado fenômeno acontece. De acordo com Stake (2000 *apud* ALVES-MAZZOTTI, 2006) um caso é um sistema delimitado por características próprias que se apresentam no limiar da fronteira contextual. Embora específico, é também relacional e, portanto, contextualizado. Distingue-se o que há de particular e comum em cada

caso, revelando a originalidade dos resultados, capazes de contribuir com pressupostos teóricos aplicáveis à outros contextos (YIN, 1984).

Certamente, um estudo de caso pode ser conduzido de modo a incorrer em erros bastante comuns, como por exemplo, a generalização falaciosa de seus resultados ou sua redução a uma mera unidade de coletas de dados. Segundo Alves-Mazzotti (2006) a cautela necessária para evitar escorregar em armadilhas tão previsíveis deslinda-se no ressaltado de particularidades que justifiquem a escolha do caso e o diferencie de outros qualquer.

3.2 Área e sujeitos do estudo

Inserido no semiárido pernambucano, o sertão do São Francisco constitui 14,89% do total da extensão territorial do estado. A região tem como vias de acesso principal as BR 428, BR 122 e BR 407 e é composta por sete municípios, são eles: Afrânio, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista (BRASIL, 2011). Concentra uma população de 434.835 habitantes, sendo que 280.827 habitam áreas urbanas e 154.008 vivem em áreas rurais, o que corresponde à 35,42% da população total do território em questão. Dentre os sete municípios que configuram o sertão do São Francisco, Petrolina apresenta a maior taxa de urbanização (76,09%), seguido de Cabrobó (56%) e Lagoa Grande (45,16%) (IBGE, 2010). Apesar da crescente urbanização da região, a zona rural do território é ocupada, tradicionalmente, por famílias camponesas.

FIGURA 6 - Localização espacial do sertão do São Francisco no Estado de Pernambuco

Fonte: Brasil (2011)

A presente pesquisa se desenvolveu na zona rural do município de Cabrobó, município que apresenta uma extensão territorial total de 1.557,705 Km². Limita-se ao norte em fronteira com os Municípios pernambucanos de Terra Nova, Salgueiro e Parnamirim e ao sul com o Estado da Bahia. De acordo com o Censo Demográfico de 2010 a população municipal contemplava o total de 30.873 habitantes, com estimativas de alcançar a 33.247 no ano de 2015. Logo, em 2010, a população residente em áreas urbanas atingiu um total de 19.798 habitantes, sendo as áreas rurais de Cabrobó ocupadas por 11.075 pessoas até o referido ano (IBGE, 2010).

O município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,623 (BRASIL, 2013) e revela um cenário marcado por desigualdades sociais e históricas. Conhecido popularmente como a “Terra da Cebola”, Cabrobó possui uma longa história de culturas de vazante e produção agrícola irrigada nas terras que margeiam o Rio São Francisco. Notabilizada por Andrade (2011) como o maior centro “ceboleiro” do Nordeste, Cabrobó, historicamente, produz cebola e comercializa no Sul do País para onde seguem transportadas em caminhões. A cultura da cebola se estruturou, secularmente, através do trabalho dos meeiros e assalariados que cultivavam nas terras de terceiros (proprietários) e dela colhiam sua principal fonte de renda. Associada as culturas de cebola encontram-se o arroz, o feijão, a

mandioca e o algodão, tradicionalmente cultivados pelas terras que desenhavam o curso das águas do São Francisco. Muitas famílias, historicamente, vivem e resistem pelo modo de produção agrícola de subsistência, comercializando os excedentes e reproduzindo o modo de vida camponês.

O município é banhado pelo Rio São Francisco e por riachos intermitentes, com destaque para o Riacho Terra Nova, devido à proximidade entre os municípios. Atualmente, Cabrobó é o ponto de partida do Eixo Norte da Transposição do Rio São Francisco. Concentra obras hidráulicas de grande porte, a exemplo de estações de bombeamento, barragens e o grande canal (402 km ao norte) que corta ao meio as terras semiáridas e visa transpor a água captada, diretamente do rio São Francisco, para municípios e territórios circunvizinhos.

3.2.1 Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes (Junco)

O campo de pesquisa se refere à Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes (Junco), localizada na zona rural do município de Cabrobó no sertão do São Francisco do Estado de Pernambuco. Trata-se de um núcleo habitacional, construído com a finalidade de reassentar as famílias camponesas desapropriadas das áreas de baixio e de junco na zona rural de Cabrobó/PE, devido à construção da barragem Terra Nova e do Canal que viabilizará a transposição do Rio São Francisco no Eixo Norte do megaprojeto hidráulico.

De acordo com o Projeto Básico Ambiental (PBA) nº 8¹⁴, as Vilas Produtivas Rurais (VPRs) foram construídas e ofertadas como “solução” de reassentamento para uma parcela das populações desapropriadas, que residia ao longo das áreas diretamente afetadas, ou seja, nos territórios onde foi instalado o conjunto de obras do Canal da Transposição. Para tanto, o PBA nº8 prevê o zoneamento de 2,5 km nas áreas marginais aos canais construídos com a finalidade de identificar os locais adequados para os reassentamentos rurais. Logo, considera-se adequadas as áreas mapeadas e quantificadas com potencialidade para atividades de agricultura e criação de animais (BRASIL, 2005b).

As propostas de reassentamento diversificam-se em algumas modalidades, entre as quais se encontram as VPRs como uma das possibilidades. A opção pelo reassentamento rural

¹⁴ “O Projeto Básico Ambiental (PBA) foi elaborado a partir das recomendações das medidas mitigadoras, compensatórias, de monitoramento e controle ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, apresentadas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento, sendo assim, subdividido em Programas específicos. O Programa de Reassentamento das Populações apresentado pelo Ministério de Integração Nacional – MI ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, com vistas à emissão da Licença de Instalação do empreendimento” (BRASIL, 2005b, p. 1).

coletivo foi prescrita para famílias proprietárias de terras e/ou benfeitorias e de não proprietárias com benfeitorias, que atendam os critérios de elegibilidade, não claramente explicitados no referido PBA. De acordo com o documento oficial: os que optarem por essa modalidade farão a permuta do valor indenizatório da casa em que residem pelo reassentamento.

FIGURA 7 - Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes Junco, em Cabrobó/PE



Fonte: Autora

Cada família reassentada nas VPRs possui o direito a uma extensão territorial que, em média, totaliza cinco hectares de terra distribuídos da seguinte forma: um setor residencial com 1000m² de superfície, onde se encontra uma casa de alvenaria de 60m²; Um lote irrigado de 1500 m², destinado à produção agrícola e outro de 2500 m² para atividade de sequeiro- contam com infraestrutura coletiva de abastecimento de água para consumo domiciliar e dessedentação animal, sistema sanitário e eletricidade (BRASIL, 2005b). O referido programa de medidas mitigatórias deve assegurar o acesso das famílias reassentadas aos serviços primários de educação e saúde, assim como assistência técnica rural “tendo em vista a necessidade de melhoria do nível tecnológico aplicado na condução das culturas atualmente exploradas e do manejo das áreas irrigadas que serão implantadas no entorno das vilas” (BRASIL, 2005b, p. 32).

FIGURA 8 - Casa de alvenaria na Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes (Junco)

Fonte: Autora

Particularmente, a Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes Junco encontra-se localizada na zona rural e fica à 40 km do centro urbano de Cabrobó, quando percorrido o trajeto da estrada de terra PE 483 que liga Cabrobó ao Município de Terra Nova – ambos os municípios, também articulados através da BR 116 (110km). A VPR Junco, portanto, situa-se na PE 483, o que revela uma proximidade geográfica maior com o Município de Terra Nova, mesmo pertencendo a um Distrito de Cabrobó. A comunidade que sempre desenvolveu atividades de produção de subsistência agrícola em terras de baixio e de junco em seu lugar de origem, hoje, reside há 6 (seis) anos na VPR Baixio dos Grandes (Junco). Construída, inicialmente, para reassentar cerca de 55 famílias, número que cresceu ao longo dos anos e atualmente alcança por volta de 80 famílias camponesas (com ligação de parentesco entre si) desterritorializadas do Sítio Baixio dos Grandes e áreas circunvizinhas de Junco, devido à construção da barragem Terra Nova que integrará o megaprojeto da transposição do rio São Francisco.

3.2.2 Sujeitos do estudo

Os sujeitos centrais da pesquisa são as famílias camponesas desterritorializadas e compulsoriamente reassentadas na VPR Baixio dos Grandes Junco. A quantidade de atores

entrevistados foi determinada pelo método de saturação do discurso e sua qualidade obedeceu aos seguintes critérios de inclusão: ter vivido o processo de desterritorialização e reassentamento na VPR referida; receber a verba de transição temporária¹⁵; ser maior de 18 anos. Foram excluídos todos os que não correspondiam aos critérios acima descritos, portanto, foram entrevistados um total de 7 (sete) mulheres e 3 (três) homens. A população do estudo foi selecionada segundo o método da bola de neve, no qual cada entrevistado indica outro possível, de acordo com os critérios estabelecidos.

3.3 Período do estudo

O período do estudo circunscreve-se entre os anos de 2014 à 2015. Inicialmente, foram realizadas visitas exploratórias vivenciadas em incursões, no sertão pernambucano, ocorridas nos meses de setembro e novembro de 2014, durante um período de cinco dias cada. As primeiras incursões científicas corresponderam ao objetivo de aproximar a pesquisadora ao campo de pesquisa e seu contexto. Posteriormente, outras 4 (quatro) incursões foram realizadas para fins de coleta de dados, especificamente na VPR Baixio dos Grandes Junco, compreendidas em um período de cinco dias cada, nos meses de Janeiro, Julho e Agosto e Setembro de 2015. Neste último, a etapa de coleta de dados foi finalizada, acompanhada de uma devolutiva parcial dos resultados.

3.4 Incursões no campo de pesquisa, coleta de dados e categorias de análise

O campo de pesquisa, em seu âmago, é o lugar onde os fatos e os fenômenos acontecem na realidade. Certamente, qualquer estudo que objetive analisá-los qualitativamente exige do/a pesquisador(a) seu deslocamento ao campo que o/a coloca em contato direto com a realidade a ser analisada. Os (re)encontros com a realidade estudada viabiliza o exercício da pesquisa e possibilita uma construção de vínculo intersubjetivo entre o sujeito que observa, o lugar e as pessoas observadas.

Concentrada no horizonte empírico de uma pesquisa qualitativa adentrei no sertão pernambucano, através de incursões periódicas, durante aproximadamente um ano. Realizei as primeiras incursões científicas, em meados de Setembro e Novembro de 2014, com visitas

¹⁵ Trata-se de uma verba de auxílio mensal com valor referente à um salário e meio, ofertada pelo Programa de Transferência Temporária, que subsidiará as famílias até a retomada de seus meios de produção e consequente comercialização de seus produtos.

às comunidades diretamente afetadas pelo megaprojeto hidráulico, situadas no Eixo Leste das obras transposição. A inserção em campo empírico contemplou, inicialmente, os Municípios pernambucanos de Floresta, Betânia e Sertânia. Apesar de não corresponderem a área deste estudo, os territórios visitados muito contribuíram para a ampliação do horizonte contextual, ao passo que nos foi revelada, em cenários lamentavelmente repetidos, a magnitude das injustiças reproduzidas numa pluralidade de territórios e grupos sociais, a exemplo de: agricultores familiares, etnias indígenas e remanescentes de quilombos.

A vil realidade constatada segue relegada pelo poder público e à deriva de manobras políticas que servem à manutenção do poder sobre o território confiscado pelo megaprojeto da transposição. Apesar de reconhecer as contribuições dos trabalhos acadêmicos na luta contra as desigualdades e em defesa da vida, sabe-se que as vias de acesso a este tipo de conhecimento ainda é limitado e se restringe a uma parcela específica da população. A necessidade de denúncia imediata e mobilização popular na perspectiva de um enfrentamento organizado instigaram reflexões sobre quais as formas de linguagens potentes para uma ampla socialização crítica dos resultados da pesquisa.

Chegou-se, portanto, a um consenso: a linguagem audiovisual do cinema é uma potente ferramenta política, na medida em que ao referenciar a realidade conduz o homem a autognose. A partir dessa premissa, a equipe de pesquisa do LASAT, após sua primeira incursão, decidiu realizar uma produção audiovisual que, a partir de uma narrativa concreta e sensível, denunciasse massivamente a violação de direitos sofrida por diversos grupos sociais invisibilizados. O documentário foi produzido em formato de média metragem (filme com duração de 50 min) em paralelo à produção de relatórios, artigos e outros trabalhos de natureza acadêmica. Todos os relatos foram concedidos pelos sujeitos que, livre e esclarecidamente, assinaram o termo de uso da imagem e som.

Dirigi-me ao Eixo Norte do megaprojeto e visitei comunidades atingidas que atravessam Municípios como Salgueiro e Terra Nova, finalmente chegando a Cabrobó, em Janeiro de 2015. A primeira visita a Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes (Junco) (área deste estudo) foi realizada sob o intento de me aproximar do território e estabelecer as primeiras trocas subjetivas com os sujeitos que, posteriormente, compartilhariam suas histórias de vida comigo. Neste sentido, a pesquisa foi apresentada de modo a esclarecer os reais objetivos e compromissos de minha presença entre eles. A este momento de aproximação inicial, portanto, escolho chamá-lo de *territorialização da pesquisa*.

Tive a sorte de contar com o acolhimento e motivação de algumas crianças que se dispuseram a me ajudar na identificação dos primeiros atores a serem entrevistados.

Protegidas pela sombra dos guarda sóis, seguimos juntas em longas caminhadas pelas ruas da VPR: visitamos casas, conversamos com as famílias que ali moravam, fui apresentada a escola, a associação de moradores, a igreja em construção, os terreiros e os animais. Com o auxílio de uma máquina fotográfica, realizei registros de imagem do território que, somente para mim, era um universo desconhecido. Nenhuma entrevista formal foi realizada ou gravada nesta etapa que, fundamentalmente, aspirou uma aproximação sensível e informal com as pessoas e o lugar do estudo.

FIGURA 9 - Escola Municipal José Ribeiro da Silva (Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes - Junco)



Fonte: Autora

Os retornos seguintes ao campo de pesquisa, após intenso engendramento teórico, delinearão a etapa operacional e sistematizada de coleta de dados, designada, por mim, de sementeira da pesquisa. Visto que as histórias compartilhadas são as sementes que, germinadas pela análise crítica, frutificaram os principais resultados deste estudo. Em julho de 2015, portanto, realizei mais uma experiência de incursão na VPR Baixio dos Grandes (Junco). Desta vez, fui acolhida por uma das famílias entrevistadas, que me hospedou em sua residência durante três dos seis dias que estive por lá no referido mês. Oportunidade que não só permitiu presenciar momentos coletivos importantes, como fortaleceu a confiança e me auxiliou a mergulhar, mais profundamente, na experiência concreta do trabalho de campo empírico. Através da observação participante e entrevistas individuais semiestruturadas reunir os dados necessário para este estudo. As pessoas compartilharam parte de suas histórias de vida, memórias, sentimentos e pensamentos sobre os temas que eu as questionava. Fiz uso de um gravador eletrônico, que permitiu o registro em áudio de todas elas que assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

Sob o fito de oportunizar uma devolução parcial dos resultados da pesquisa realizei minha última incursão em campo de pesquisa em setembro de 2015. Apesar de ainda não finalizado, o documentário foi exibido pela primeira vez ao público na VPR Baixo dos Grandes (Junco). Projetado na parede da associação de moradores, o documentário foi exibido ao ar livre em noite de lua cheia e contou com a presença de mulheres, crianças, homens e idosos.

3.5 Análise de dados

A análise do discurso (AD) é o referencial teórico – analítico adotado na presente pesquisa para o processamento crítico dos dados e sua consequente produção de resultados e discussão. Segundo Caregnato e Mutti (2006) a AD busca apreender o sentido inscrito no discurso manifesto, produzido pela comunhão das dimensões histórica, ideológica e de linguagem, que revelam a posição discursiva do sujeito. Os autores alertam para incompletude do sentido que, inexato, se configura como um elemento simbólico a ser interpretado. “O sentido não se encontra “colado” na palavra [...] devendo o analista buscar os efeitos dos sentidos e, para isso, precisa sair do enunciado e chegar ao enunciável” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p.681). O analista, na condição de intérprete, também é um sujeito político atravessado por afetos, crenças e vivências, portanto, igualmente produtor de sentido – condição que inviabiliza qualquer interpretação de natureza absoluta.

A análise de discurso dispõe de um acervo teórico- analítico plural e heterogêneo capaz de instrumentalizar o analista na compreensão dos sentidos produzidos manifestos no discurso dos sujeitos entrevistados. Logo, o analista precisa conhecê-lo para, então, escolher o referencial mais adequado a ser aplicado na etapa de sistematização dos dados de seu estudo.

Seguramente, a presente pesquisa engendrou sua análise nas tramas do modelo de condensação de significados, elaborado por Kvale (1996). O autor sugere a construção de um instrumento organizador das questões de pesquisa (Quadro 2) para fins de sistematização e análise. O modelo proposto agrega, na coluna da esquerda, as unidades naturais dos significados - expressões discursivas dos sujeitos entrevistados. Sintetiza, na coluna da direita, os temas centrais correspondentes as unidades naturais de significados. Descreve, abaixo de ambas as colunas, um texto descritivo que revela, em essência, articulação destas com o objetivo do estudo.

QUADRO 2 - Condensação de significados, adaptado de Kvale, 1996.

| Questões de Pesquisa | |
|--|---|
| Unidades Naturais de Análise | Temas centrais |
| Trechos da entrevista relacionados à pergunta da pesquisa | Apresentação do tema que domina a unidade natural, conforme a compreensão do pesquisador, e da forma mais simples possível. |
| Descrição Essencial da questão de pesquisa | |
| Descrição de todos os temas abordados na entrevista conforme a interpretação do pesquisador acerca da questão comentada pelo entrevistado. | |

Fonte: Gurgel (2007).

Para tanto, foram realizadas leituras atentas, cautelosas, e repetitivas sobre cada entrevista fielmente transcrita, de modo a zelar pela compreensão dessas em sua totalidade. Em seguida, os dados brutos foram sistematizados através do instrumento acima descrito (Quadro 1). Após o processamento dos dados, os resultados foram organizados de acordo com os temas centrais, correspondentes as seguintes categorias de análise: (D)estabilização do poder territorial; (Des)construção do modo de produção familiar; (Des)caracterização da identidade camponesa; (Des)vitalização da autonomia. Tais resultados, germinados pela análise crítica, compõe a discussão dos principais achados sobre o processo de vulnerabilização das famílias camponesas, sujeitos centrais deste estudo.

Em respeito aos preceitos éticos e a confiança que me foi ofertada generosamente, pelos sujeitos deste estudo, foi preservado o sigilo de suas identidades. Logo, o anonimato segue mantido através da adoção de códigos específicos a cada tipo de ator. Portanto, os camponeses, sujeitos centrais do estudo, são identificados através da inicial C seguida de um número (C1, C2, C3...).

3.6 Considerações éticas

Este estudo encontra-se devidamente aprovado pelo comitê de ética do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, sede da Fundação Oswaldo Cruz em Pernambuco. A partir da concessão do CAAE nº 13474513.4.0000.5190 pelo referido comitê, a pesquisa foi operacionalizada entre os anos de 2014 e 2015. Obteve o consentimento livre e esclarecido de todos os sujeitos entrevistados e foi respeitado o sigilo de suas identificações pessoais, de acordo com a lei 466/2012 aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde e regulamenta a ética em pesquisa com seres humanos no Brasil.

4 A VULNERABILIZAÇÃO CAMPONESA: O (des)caso da Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes (Junco)

Este capítulo dedica-se a análise e discussão dos dados coletados em campo empírico de pesquisa. Encontra-se organizado de modo a permitir um panorama sobre o processo de vulnerabilização das famílias camponesas desterritorializadas dos antigos territórios Baixio dos Grandes e Junco, localizados na zona rural do Município de Cabrobó no sertão do São Francisco pernambucano. Orientada pelos discursos das famílias entrevistadas, a análise se inicia versando sobre o caráter vertical dos arranjos decisórios na etapa de implantação das obras de transposição do rio São Francisco nos territórios referidos. Em seguida, a análise se aprofunda na condensação de significado dos discursos relativos ao processo de desterritorialização compulsória e suas repercussões materiais e simbólicas sobre o território e a territorialidade camponesa. Para tanto, as narrativas foram condensadas em três categorias que visam sistematizar as principais sobrecargas negativas sobre os territórios e populações atingidas, são elas: a desestabilização do poder territorial; a desconstrução dos modos de produção familiar e a descaracterização da identidade camponesa. O desenlace final deste capítulo pretende, contudo, discutir o processo de vulnerabilização camponesa mediatizada pela última categoria de análise: a desvitalização da autonomia. Como já visto, a autonomia aqui é reconhecida como potência de vida, capaz de fortalecer a atuação individual e coletiva na transformação dos contextos de vida e adoecimento.

4.1 A verticalidade dos arranjos decisórios

A construção histórica e política do projeto de transpor as águas do rio São Francisco para prover a demanda hídrica do semiárido brasileiro, não somente, apresenta afinidades com o paradigma de combate à seca, como revela aspectos e arranjos centralizados, prescritivos e excludentes. O cenário apresenta significativas semelhanças e aproximações, quando comparados aos resultados discutidos no estudo de Barros (2014) e aos achados empíricos da pesquisa de Scott (2009), apesar desta última se referir à outro contexto e tempo histórico distinto. A análise das narrativas sobre o processo de desterritorialização compulsória das famílias camponesas, hoje reassentadas na VPR Baixio dos Grandes (Junco), revela a natureza impositiva e opressora desta grande obra, perceptível no discurso dos atores a seguir:

Primeira vez que eles chegaram lá, ainda hoje eu me lembro, eles entraram lá na roça de cebola, fazendo o trio, medindo e passando por dentro da roça.

Passaram por cima da roça de cebola, pisando tudo. Nós com a roça de cebola com pouco dia de mudada, eles passaram lá pisando tudo (C.1).

Aí eles chegaram olhando, medindo, mas não informaram nada. Aí depois foi que eles se aproximaram da casa, com uns papeis lá e pediram pra mim assinar e eu comecei a perguntar. Aí eles começaram falando, falando... como seria... que seria a transposição do rio São Francisco (C.7).

As narrativas remetem uma experiência vivida no passado que foi significada negativamente - capaz de ser lembrada, no presente, em suas dimensões concretas e simbólicas da vida. Torna evidente a natureza centralizada das escolhas políticas que, reduzidas aos gabinetes de gestão, apresentam-se túrgidas de argumentos e ferramentas técnicas - em considerável medida controversas - manipuladas para neutralizar os dissensos sobre as possibilidades de gestão do semiárido. Ademais, descreve a chegada intempestiva de representantes do megaprojeto no território camponês e suas primeiras abordagens dirigidas às famílias entrevistadas. Outros sujeitos narram experiências similares:

Passou uns homem colocando maquina dentro da roça. chegaram, vieram nas casas fazendo perguntas. Como eram as casas, como era que a gente vivia, quantas tinham, com era feito, ai pronto, deram inicio. Ai desde esse dia pra cá ficaram vindo e fazendo reunião, até que chegou o dia (C.8).

Aí depois, eles marcaram a primeira reunião com a comunidade todinha, para todo mundo no geral. Falaram que a comunidade passaria pra outro local por que lá seria uma das bacias hidrográficas, mais aqui a frente teria uma estação de bombeamento e que aquela parte todinha seria alagada (C.7).

A verdadeira consulta popular esteve afastada dos principais processos decisórios e, estrategicamente, transformada em etapas burocráticas capazes de maquiagem e invisibilizar a natureza vertical dos espaços de decisão, supostamente democráticos e participativos. Os discursos evidenciam o *modus operandi* dos representantes do Ministério da Integração Nacional nos territórios atingidos pelo megaprojeto. A priori, as famílias foram abordadas individualmente e comunicadas sobre a necessidade de desapropriação compulsória, devido à implantação das obras em suas terras. A conduta parece sugerir o intento de fragmentar e fragilizar qualquer forma de resistência coletiva que pudesse representar impasses capazes de atrasar o alcance das metas prescritas pela gestão. Logo, as reuniões comunitárias, convertidas em espaços de negociação burocratizados, serviram de ferramentas manipuláveis a favor da legitimação coletiva de decisões centralizadas. Apesar de forjadas pela demagogia democrática, as reuniões constituíram-se em espaços de claras disputas, como podemos perceber na narrativa a seguir:

Foi nas reuniões que começou a confusão com o pessoal por causa da indenização das pessoas. Achavam, achavam não, tinham certeza: o valor

que eles tavam determinando não era suficiente, eram valores baixos. Aí começou a confusão, aí reuniões! Era quase todo mês que tinha reunião lá (C.7).

Os conflitos, teoricamente previstos pelo Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2004), tornaram-se concretos, evidentes e naturalmente complexos. As negociações, entretanto, obedeceram às prerrogativas da gestão e foram, timidamente, reajustadas conforme as reivindicações da população, duramente constrangidas pela escassez de alternativas. De acordo com Scott (2009), os grandes projetos de “desenvolvimento” reproduzem, há muito tempo, um modelo padrão operativo e homogeneizador que, fortalecido em uma falsa retórica, manipulam a opinião pública a seu favor. As promessas de redenção e melhoria futura são profetizadas e estrategicamente utilizadas com caráter de barganha, compondo o cenário da retórica otimista-desenvolvimentista que opera um processo de violência administrada.

Segundo o autor, o slogan de batismo “Mudança para Melhor”, massivamente propagandeado pelo Governo Federal, muito contribuiu para a legitimação social da implantação da barragem de Itaparica em Pernambuco, na década de 1980 (SCOTT, 2009). Similarmente, o atual projeto da transposição do rio São Francisco sustenta sua legitimidade na crença salvacionista de que o megaprojeto é a única solução para sanar as mazelas da seca. A ardilosa justificativa veiculada, exaustivamente, através do slogan institucional “Água pra quem tem sede” é rapidamente desconstruída quando submetida às análises críticas que desvelam o intento de subverter a região semiárida ao contexto econômico nacional e internacional do agro(hidro)negócio. De acordo com Barros (2014), a implantação do megaprojeto legitimou-se através de manobras midiáticas que acionaram interesses materiais e imateriais, vinculados a situação de miséria e desemprego, como também inflamaram as representações simbólicas sobre a seca.

[...] de um lado, a memória da tragédia das secas que torna o fundamento da água como um ponto sensível para adesão a qualquer programa/projeto que garanta oferta hídrica; de outro, a memória desconfiada das intervenções estatais anteriores baseada nos grandes projetos e no discurso do desenvolvimento econômico[...] A ordem discursiva “mais humanitária e redentora” era realizada, sobretudo, junto a famílias camponesas e urbanas não vinculadas a movimentos sociais organizados. Quanto a esses últimos, o ímpeto de desmobilização da crítica passou menos pela tentativa de convencimento, vez que guardavam posições consolidadas a respeito dos impactos indesejáveis do projeto de transposição (BARROS, 2014, p. 95-96).

A distância estabelecida entre quem pensa o projeto político e econômico para o semiárido e quem o experimenta no cotidiano vivido da região é secularmente reforçada pela perspectiva salvacionista que naturaliza a verticalidade das ações, etiquetadas com rótulos

miraculosos. De acordo com Barros (2014), a proposta de transpor as águas do São Francisco tropeçou em contraversões históricas, alçando-se na “condição de mito, abstração, algo da ordem do não concretizável” (BARROS, 2014, p. 24). Condição semelhante observada nos discursos dos sujeitos a seguir: “Sabia lá, era uma história de uma transposição, diziam: um dia vai passar água do São Francisco aqui. Eu era nova e eu disse: “eu mesmo não acredito” (C.8). Igualmente referida na seguinte narrativa: “De imediato, houve descrença, ninguém acreditou. Dizia assim: “Aaah, isso aí é pros meus netos. Aaah, isso é aí é pra quando a galinha criar dente. Ninguém acreditava” (C.7).

A incredulidade na concretização da proposta acompanha o trajeto histórico do empreendimento e se atualiza, cotidianamente, através dos atrasos das obras que desacredita melhorias futuras. Afirmativa evidente na declaração do discurso a seguir: “Às vezes eu acredito que vai, às vezes eu acredito que esse projeto vai parar e não vai nem finalizar. São muitas coisas, né, que passam pela cabeça de uma vez só. Ninguém sabe que vai acontecer, Mas, é pra acontecer” (C.9). Reforçada no comentário do seguinte discurso: “Rapaz, eu acho meio difícil essas águas chegarem por aqui. Isso eu não sei pra quando é não. Lá pra 2030, se vim” (C.4.). A morosidade da conclusão do projeto (que se encontra em fase de implantação desde 2007), as estagnações periódicas das obras e o atraso da disponibilidade hídrica nutrem o descrédito e alimentam as incertezas diante do cenário de inseguranças produzido.

Outro aspecto de igual importância refere-se ao desencanto das promessas sedutoras sobre a “nova vida”, profetizadas durante as negociações e, posteriormente, não realizadas. A mácula do desengano concretizou-se em acordos não cumpridos e desrespeitados que revelam as contradições camufladas do megaprojeto.

Tinha reunião, frequente mesmo, pra poder dizer como ia ser e acontecer. Se realmente tivesse acontecido do jeito do papel aqui era o paraíso [...] na verdade, no papel a planta desse território aqui era diferente, era muito bonito, muito (C.9).

A não compatibilidade entre as promessas anunciadas pelo megaprojeto e a realidade ofertada às populações locais evidencia o desrespeito aos acordos básicos firmados em coletivo.

A verdade tem que ser dita, eles não se preocupam com nada, mente demais, omite as coisas, fala uma coisa pra você e depois diz: tá escrito outra coisa? [...] Então, tá entendendo?! É uma humilhação que faz a pessoa[...] Assim... eu tenho muita magoa por essa transposição, eu fiquei muito magoado (C.10).

Genericamente, pode-se que o discurso oficial do Governo Federal sobre a necessidade do megaprojeto e suas bonanças para a população sertaneja inflamou as expectativas em torno

de uma vida melhor – apresentando-lhes projeções ludibrias de um futuro próspero - para, em posterior, frustrar lhes com condições de vida discrepantes aos antecedentes, hoje, estanques pela morosidade de finalização das obras. Diante da arquitetura centralizada e vertical das intervenções do projeto nos territórios locais, frisa-se a necessidade de aprofundar o entendimento sobre o desenovelar das escolhas políticas nos territórios atingidos e suas repercussões na vida das famílias camponesas desterritorializadas compulsoriamente.

4.2 A desterritorialização compulsória e a transferência para a Vila Produtiva Rural (VPR): um evento vulnerabilizante

O espaço é base primeira de reprodução social, portanto, substrato de vida - sua transformação intrínseca movimenta-se, em compassos ritmados, com os modos de produção e organização da vida humana em sociedade. Logo, todo território humano é uma construção social e histórico de natureza simbólica e concreta onde a vida acontece e se significa. Para Rafestin (1991, p. 2) o espaço antecede a qualquer ação, sendo, portanto: ““local” de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar”.

Atualmente, segundo Klaas (1990), duas representações sociais antagônicas de relação com a terra coexistem em disputa: “uma relação de troca [valor de uso], na qual o homem ajusta suas necessidades à natureza da terra e uma relação utilitarista [valor de troca], onde a terra é percebida como objeto-mercadoria, e onde a natureza deve ser transformada - "corrigida" - para tornar-se instrumento de lucro” (KLASS, 1990, p. 20). A racionalidade econômica do capital globalizado goza de crescente liberdade locacional de investimentos, impondo-se sobre interesses locais. A desterritorialização compulsória, produtora de injustiça e violência, consolidou-se enquanto prática vulgar da (re)produção do espaço colocada a disposição do capital.

Não é absurdo, portanto, perceber a reprodução deste mecanismo nos territórios atingidos pelas obras da transposição do São Francisco. A conjuntura de injustiças que marcaram as obras de Sobradinho/BA, Itaparica/PE (SCOTT, 2009) e tantas outras, lamentavelmente, se repete ao longo dos 700km de canal, em construção, que atravessa o semiárido brasileiro. Conforme aponta, o seguinte sujeito, ao narrar sua percepção sobre o território estudado:

No começo, com a chegada da obra, a gente acreditava que seria uma coisa muito boa. Como eu ainda acredito que possa ser. Agora, eu não imagina era o impacto da obra....mas quando veio a parte do Ministério, a parte da indenização, a parte da desapropriação, foi que a gente caiu um pouco mais na realidade e sentimos que não tinha justiça. (C.10)

Importa realizar uma distinção estrutural entre o que considero desterritorialização compulsória e o que escolho chamar de migração intencional: a primeira vincula-se a uma condição externa e obrigatória de ser desapropriado e (re)territorializar-se em outro local. Já a segunda compreensão refere-se ao deslocamento voluntário motivado por intenções próprias. Segundo Cardel (2006) as migrações são experiências históricas naturalizadas no vivido sertanejo: Migrar é uma estratégia fulcral na reprodução do grupo. Perspectiva reforçada por Oliveira (2007) quando o mesmo afirma ser a (e)migração uma experiência presente na história de resistência do campesinato.

Quando questionados sobre experiências de migrações voluntárias, os sujeitos entrevistados responderam: “Teve um tempo que o rapaz precisou ir pra Petrolina. Aqui teve um tempo que foi ruim, em 83, era uma seca que não tinha trabalho em nenhum canto do mundo”(C.9). Outros sujeitos tecem comentários de mesmo teor e narram: “Eu me casei, aí meu marido era esse tipo de gente que não parava num canto e nem noutro, aí lá ele foi pra Petrolina trabalhar de roça e fui mais ele junto com meus menino. Fui trabalhar de roça também”(C.1). Igualmente, observado no discurso a seguir: “Eu fui na década de 93, aqui não tinha água e eu fui trabalhar em Parnamirim, eu fui pra trabalhar na roça”(C.10). As narrativas confirmam as experiências migratórias como estratégia de reprodução social dos grupos familiares que se deslocavam pela intenção de buscar possibilidades de trabalho e produção. Os fortes períodos de seca e privação de água, que impossibilitam o trabalho camponês, são aludidos como mola propulsora para a migração.

Diferente das circunstâncias passadas, a atual condição de reassentados na VPR Baixio dos Grandes (Junco) desvela um processo de desterritorialização e transferência compulsória. Evidenciado no discurso a seguir: “de todo jeito era obrigado a vir, que eu não ia ficar lá sozinha com as máquinas passando por cima d’eu. Por que aonde a gente morava lá, é onde vai ser a bacia”(C.3).

A intervenção compulsória, sofrida por essas famílias, impõe mudanças radicais nas formas de organização material e imaterial da vida. Afeta a territorialidade que, segundo Sack (1986, p.3) é compreendida “como uma estratégia espacial para afetar, influenciar, ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área; e, como territorialidade pode ser ativada e desativada”. Logo, o processo de vulnerabilização da VPR Baixio dos Grandes

(Junco) relaciona-se com a intervenção compulsória que afeta o território e a territorialidade camponesa e muito nos revela sobre o processo de determinação social da saúde das famílias atingidas. Contudo, optamos desenvolver a análise dessa conjuntura vulnerabilizante a partir das seguintes categorias centrais: Desestabilização do poder territorial; Desconstrução do modo de produção familiar; Descaracterização da identidade camponesa; Desvitalização da autonomia - sendo esta última a principal responsável por explicar como as sobrecargas negativas do projeto de transposição do rio São Francisco atuam no processo de determinação social da saúde das populações dos territórios atingidos.

4.2.1 Desestabilização do poder territorial

Apesar da polissemia instaurada em torno do conceito de território, a premissa do poder enquanto categoria central parece resguardar um elo de consenso entre as distintas perspectivas. O poder é manifesto na base de todas as relações constituintes de um território. Para Raffestin (1993, p.2.), “qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações”. As representações produzem realidades cênicas correspondentes à premissa de utilidade social, “tendo a organização como o espetáculo da tomada original do poder” (RAFFESTIN, 1993, p.3.). A produção e organização do território é a concretude de projeções de utilidade social, expressas através dos modos de produção: infraestrutura, forças de trabalho e relações de produção (RAFFESTIN, 1993). Apoderar-se de um espaço, é territorializar-se nele, empregando-lhe valor de uso e valor simbólico. A condensação de significados dos discursos relativos à categoria de poder territorial fez emergir dois temas centrais: a posse de terra e o acesso à água – núcleos temáticos dominantes na estrutura dos discursos analisados sobre a categoria referida.

O território de Baixio dos Grandes abriga, em seu próprio nome, uma história de ocupação territorial marcada pela concentração de terras nas mãos das oligarquias regionais. O latifúndio dos Irmãos Grandes, conhecido pela fertilidade de suas terras de baixio, foi historicamente ocupado por famílias camponesas que, afugentadas pela penúria das caatingas secas, encontraram neste lugar os meios de produção – terra e água - necessários para (re)produção da vida. Por ser uma vazante do Riacho dos Grandes (Rio Terra Nova), sua ocupação esteve associada às características físicas e naturais do lugar que, inscritas em um valor de uso, propiciam o trabalho camponês. De modo similar, a história de ocupação do também atingido território de Junco ocorreu sincronizada à natureza física do lugar - seu nome

faz alusão a uma planta típica de regiões alagadiças e úmidas e revela a potência fértil de suas terras na região semiárida, ocupadas principalmente por atividades agrícolas.

Os discursos dos sujeitos a seguir narram a história de apropriação e organização de ambos os territórios e apontam para a agricultura e a criação de animais como atividades centrais na matriz das relações sociais e de produção:

Nasci lá, me criei lá. Era de meu pai, era terreno de morada e terreno de produção. Era uma casinha de taipa mesmo, criava meus bicho (C.3).

Nós morava lá como “arrendeiro”, lá nesse terreno que era do finado Gumercindo. A gente já vivia a tanto tempo que já considerava terreno de nós, não tinha como a família dele colocar nós pra fora. Nós tinha uma casa de taipa (C.1).

Minha mãe tinha o terreno que a gente morava e o terreno de produção, aí com a chegada da transposição atingiu mesmo o terreno que a gente trabalhava, foi nem tanto por causa da moradia, foi só o terreno que a gente trabalhava mesmo (C.6).

Os trechos das falas acima expõem a condição de famílias camponesas proprietárias e não proprietárias de terras de moradia e produção, localizadas nos antigos territórios de Baixio dos Grandes e do Junco. Os discursos evidenciam a posse da terra como elemento determinante sobre as relações de poder, inscritas nas relações de produção dependentes ou não, estabelecidas entre o trabalhador que cultivava a terra (arrendeiros) e os donos de terrenos e bombas d’água – situação semelhante à encontrada na região de Itaparica/PE em estudo empírico de Scott (2009). Algumas famílias pagavam as terras arrendadas com parcelas da produção, condição evidente no discurso seguinte: “Eles tentava botar nós pra fora, mas num tinha como, nós tava lá já fazia muito tempo. Apois ele vinha, trazia os sacos e levava cheio e ainda ameaçava que ia botar nós pra fora” (C.1). As negociações e os conflitos de interesse no território eram relações locais exercidas de forma direta entre os atores envolvidos, constituindo-se em expressões relevantes de poder.

O segundo tema central emergido da análise sobre a categoria de poder territorial versa sobre o acesso à água. Secularmente, a ocupação do território semiárido brasileiro acontece em conformidade com a distribuição e disposição natural de recursos hídricos, capazes de suprir a demanda para o consumo humano e produção (ANDRADE, 2011). De modo similar, os núcleos familiares ocuparam as terras do Baixio dos Grandes e do Junco abalizados pela mesma intencionalidade, conforme evidenciado nos recortes de fala a seguir:

Lá a gente não tinha água encanada, a água de nós era de riacho. Não tem a barragem de Terra Nova? Era a caída daquela água que ia pra nós lá. Nós tinha que tomar banho dela, lavar, até aconteceu algumas vezes de nós beber dela, por que não tinha água de pipa pra nós beber (C.1).

A água era através do rio que desce, que a gente chama de riacho, né. Ela tem uma comporta na barragem Nilo Coelho em Terra Nova que soltava água e a gente bombeava pra trabalhar lá com irrigação (C.10).

Os discursos fazem alusão ao passado e denotam a essencialidade das águas de vazante do Rio Terra Nova nas experiências cotidianas do vivido territorial:

Era água de chuva mesmo, do Riacho Grande. o riacho da gente lá era um riacho muito bom de água. Aí pra trás também era muito bom de chuva. O riacho lá da gente não secava não, a gente trabalhava era muito. (C.3)

O acesso à água variava conforme as chuvas e as secas, condição determinante para produção e o trabalho camponês. Nota-se, contudo, a relação dos temas centrais (posse de terra e acesso à água) com a categoria de poder territorial, articuladas da seguinte maneira: as famílias se apropriam dos meios de produção disponíveis no espaço, empregam-lhe valor de uso, reproduzindo-se simbólico e materialmente.

Quando atualizadas para o momento presente, as narrativas expõem transformações significativas na arquitetura das estruturas de poder territorial. A intervenção compulsória do Estado sobre os territórios de Baixio dos Grandes e do Junco manifesta evidências de dominação em sua organicidade. Através de um valor de troca estabelecido à ambos os territórios, a intervenção produziu injustiças já que, por natureza, o valor era insuficiente para compensar as perdas impostas as famílias que, através do valor de uso, ocupavam as terras de baixio e de junco confiscadas pelo Estado. Diante da obrigação de aceitar as novas circunstâncias impostas, as famílias logo manifestaram insatisfação ao avaliarem as propostas indenizatórias e/ou “compensatórias” de suas perdas: “Aí eles brigavam, diziam que o valor era pouco, que iam perder muita coisa” (C.7).

Passados quase seis anos da intervenção sobre o território, as famílias reassentadas na Vila Produtiva Rural encontram-se a espera da entrega dos lotes produtivos irrigados e de sequeiro, assim como a escritura da posse da casa onde residem atualmente. De acordo com Scott (2009, p.36), “a perda de acesso à terra para trabalhar diminui seriamente a capacidade de famílias de pequenos agricultores e camponeses de controlar a mão-de-obra familiar”. Condição notória no recorte de fala a seguir:

Aqui não tem como plantar, só quando entregar os lotes. Não tem terreno ainda, nem os “incras” da terra, ainda não entregaram a gente. Só quando chegar água né, porque nessa situação a pessoa não tem como trabalhar (C.5).

O recorte de fala acima evidencia o momento presente dessas famílias, marcado pela ausência de acesso à água e a terra para atividades de produção, e configura-se num cenário conflituoso instaurado pela instabilidade de Poder. A intervenção compulsória do Estado

confiscou o antigo território (base de sustento) e o subverteu ao seu domínio. Impossibilitou a continuidade das relações de produção e passou à “compensar” o desmonte do modo de produção familiar com a oferta mensal de uma Verba de Manutenção Temporária (VMT). Sobre a condição atual, observa-se a seguinte realidade condicionada a VPR Baixio dos Grandes (Junco):

As vezes atrasa, as vezes não... Aí, tem muitas vez que você já tá aperreado, o povo fica tudo agoniado. “Ô meu deus será que não saí mais?”. Seu um dia esse salário cortar, sem eles ter entregado esses lote a nós, eu não fico aqui não (C.1).

Aqui ta tendo essa verba temporária, né? Por que se não fosse isso, eu não sei nem como era. Por que aqui não tem nem como ser criado e como ser plantado (C.2).

Os discursos revelam transformações significativas nas estruturas das relações de poder territorial, ou seja: antes da intervenção compulsória do Estado, a apropriação territorial acontecia, significativamente, através da organização dos modos de produção. Hoje, a manutenção das famílias na VPR encontra-se em condição de estrita dependência do recebimento da VMT.

O que a gente tinha era de lavra, muitas coisa a gente tinha de lavra[...] Hoje, tudo que você quer tem que comprar. Hoje, se você quiser temperar uma panela, você tem que comprar. Por que não tem como a gente plantar. Por que aqui eu comecei até plantando, semeando um coentrinho, mas aí por causa da questão da água, que a COMPESA tava achando ruim, eu deixei de semear meu coentro (C.3).

Se antes as relações sociais e de produção no território - incluso conflitos e negociações - aconteciam diretamente entre proprietários e não proprietários de terras, hoje se percebe a submissão das relações territoriais ao intermédio tutelar das instituições do Estado. Segundo Scott (2009, p. 39), ao analisar casos similares de agrovilas na região de Itaparica/PE, comenta: “A criação de um único adversário (que quer ser visto como benfeitor!), resultou numa administração monolítica de um projeto”. Outro aspecto relevante que, apesar de não emergir como tema (central) dominante nos discursos analisados, surge como rompante é a criação da Associação Comunitária de Moradores da VPR Baixio dos Grandes (Junco).

FIGURA 10 - Associação de Moradores da Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes (Junco)



Fonte: Autora

Talvez, o rebento histórico da Associação Comunitária de Moradores - nascido ainda nas terras de baixio - seja a primeira ação política organizada pelos camponeses atingidos em prol da (re)apropriação territorial. Articulada pela necessidade de organização política para o enfrentamento dos conflitos territoriais, a Associação Comunitária de Moradores em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabrobó protagonizaram disputas e negociações importantes travadas com o Ministério da Integração. Conforme evidenciado nas narrativas a seguir:

Já tava bem com uns três meses que a gente tava aqui sem eles botar o salário na conta, sem roça, sem nada, parado, parado mesmo. E eles com as máquinas lá trabalhando, metendo o pau mermo, tirando cerca, derrubando cerca...Aí a gente parou a obra, bem alí na represa... A gente paro, aí veio tv, veio sindicato, veio tudo. (C.2)

A gente recebeu um apoio enorme do sindicato de Cabrobó. Aí foi quando a associação foi criada, por que um sozinho não tinha vez, nem voz [...]Pararam a obra, a comunidade todinha se juntou, se acampou na obra, dentro do canal e parou a obra com o apoio do sindicato. (C.7)

Segundo Scott (2009), a história das agrovilas na região de Itaparica/PE é marcada por aspectos semelhantes no que diz respeito ao processo de organização política no território das famílias atingidas. O antropólogo também relata os compromissos de luta protagonizados juntos com o Polo Sindical da região:

O Pólo Sindical se comprometeu a lutar para a implementação do projeto dentro dos prazos e com a qualidade esperada, e, também, de garantir o pagamento da Verba de Manutenção Temporária -VMT (em torno de dois salários e meio de referência por família) até a hora da primeira safra nos lotes beneficiados por equipamento de irrigação (SCOTT, 2009, p. 35).

Portanto, no caso dos territórios atingidos pelas obras da transposição, o *contínuum* (Des)(re)territorialização, apesar de sofrer/ter sofrido transformações radicais e violentas em

suas relações de poder, segue desde sempre dinâmico. Antes a apropriação territorial era orientada pela organização dos modos de produção familiar. No presente, arrisco apostar ser necessária a construção de uma estratégia pujante de resistência e organização política comunitária como via de retomada do poder sobre o território de vida.

4.2.2 Desconstrução do modo de produção familiar

A fim de esmiuçar as relações territoriais, a partir de uma leitura socioeconômica de sua organização, entende-se como necessidade basilar a análise da conformação dos modos de produção familiar camponesa nas antigas terras de Baixio e de Junco – territórios atingidos pelo megaprojeto da transposição do Rio São Francisco.

A condensação de significados dos discursos relativos à categoria de modos de produção familiar fez emergir dois temas centrais: forças produtivas do trabalho familiar e relações de produção – a primeira diz respeito ao contingente familiar ativo e seus meios de produção. Já o segundo, refere-se às formas como as famílias (re)produzem suas relações de trabalho e organiza seu processo de produção de vida material. Ambos os temas dominantes, embora sejam categorias acadêmicas referenciadas no marxismo, emergiram da condensação dos significados dos discursos proferidos pelos sujeitos nativos entrevistados em campo empírico de pesquisa.

Como já mencionado em tópico anterior, a posse de terra e o acesso à água constituem-se como os principais meios de produção, determinantes para o desenvolvimento dos modos de produção das famílias camponesas entrevistadas. Diante disso, passaremos agora a nos dedicar a análise da força de trabalho familiar e suas relações de produção (em particular a organização do processo de produção material de vida), vinculadas ao território. Em seguida, veremos como que o processo de transferência compulsória para VPR Baixio dos Grandes (Junco) descaracterizou os modos de produção das famílias atingidas nos antigos territórios Baixio dos Grandes e Junco.

A ocupação dos antigos territórios de Baixio e de Junco aconteceu por famílias que, através de atividades de agricultura e criação de animais, organizaram os territórios em unidades de produção familiar. A energia acumulada por um núcleo familiar era a potência de trabalho da família, ou seja, a força que o tornava capaz de exercer seu trabalho por um determinado período de tempo. Constituída pelos membros de cada núcleo doméstico, a força de trabalho familiar resultava de efeitos sinérgicos produzidos em coletivo. Dependia do número de agentes (membros) ativos inseridos no processo de produção, variando de acordo

com a idade e o gênero de cada componente do núcleo familiar. Logo, as narrativas a seguir descrevem: “Nós trabalhava na roça do nosso pai, era muita gente, era 10 mulher e 3 homem, era a família toda”(C.6). Verifica-se similaridade entre a história narrada pelo sujeito C.6 e o recorte do discurso do sujeito a seguir: “A gente teve foi 15 irmãos e tudo trabalhava na roça”(C.1).

Cada núcleo familiar representava uma unidade de produção e consumo, na qual o tamanho da família determinava, ao mesmo tempo, sua força de trabalho e suas demandas de consumo, assim como, afetava de forma direta a intensidade das atividades produtivas exercidas por eles mesmos.

Segundo Chayanov (1966):

Numa economia humana natural a atividade econômica é dominada pela exigência de satisfação das necessidades de uma unidade de produção única, que é, ao mesmo tempo, uma unidade de consumo (CHAYANOV, 1966, p. 3, tradução nossa).

Qualidade semelhante à observada na narrativa a seguir:

Cebola, arroz, feijão milho, de tudo a gente tinha. Era só pro consumo mesmo, era mais pro bucho mesmo. Tinha negocio de vender não, só as vezes quando sobrava. Também tinha que, as vez, era que nós ganhava em dia de serviço. Assim...nós tinha a rotina da gente, mas chegava uma pessoa e dizia: vamo mudar cebola ali!. Nós ia, sobrevivia da plantação mesmo (C.3).

Archetti (2014) complementa ao afirmar que o cerne da teoria chayanoviana se inscreve no balanço existente entre as necessidades de consumo familiar e a auto exploração da força de trabalho – de modo que o aumento da produção para obter excedentes não justifica a penosidade do trabalho. Nota-se que, nas antigas terras de baixio e de junco, a condição de não proprietário e arrendeiro de terra para cultivo, em propriedades de terceiros, determinava a demanda sobre a força de trabalho a ser mobilizada para suprir as necessidades familiares – já que as famílias não proprietárias arrendavam terras de terceiros e pagavam com uma parcela significativa de sua produção: “No Baixio era assim: o alimento nosso era mais plantado[...]A produção era pro dono da terra, pra família lá. A gente pegava só pra comer mesmo, dava pra vender não” (C.8.). A depender da intensidade de auto exploração de sua força de trabalho, os núcleos familiares, eventualmente, conseguiam produzir algum excedente: “A família nossa vivia era da agricultura. A comida que a gente plantava, a gente comia e também tirava pra vender, pra poder ajudar na feira” (C.1.). Sobre o tema, Archetti (2014, p. 17.) comenta:

O camponês, ao utilizar a força de trabalho de sua família e a sua própria, percebe esse “excedente” como uma retribuição ao seu próprio trabalho, e

não como “lucro”. Esta retribuição aparece corporificada no consumo familiar de bens e serviços.

Além do trabalho nas próprias roças (arrendadas ou não), parte relevante das famílias vendia sua força de trabalho e cultivava as roças dos outros, sendo paga por dia de trabalho. A renda recebida servia de complemento à produção familiar, possibilitando a subsistência e a (re)produção do modo de vida camponês nos seus antigos territórios de vida. Cenário claramente visível no recorte narrativo subsequente: “A gente foi crescendo, crescendo e começamos a trabalhar nas roças dos outros. Plantando cebolinho, tentando ganhar algum tostão pra dar de comer aos outros irmãos” (C.1.). Reiterado no discurso do sujeito a seguir:

Ai quando a gente terminava de plantar aquelas cebola na roça de pai, de “mudá”- que a gente chama de “mudá”- ai tirava o dia da gente trabalhando na roça dos outros. Ganhar por fora, pra tentar ajudar eles que eles não tinha condição (C.6).

Emergido pela condensação de significados dos discursos, o segundo tema central versa sobre as relações de produção, mais especificamente as formas de organização do processo de (re)produção da vida material no território. A interdependência deste tema como o primeiro (forças produtivas) exigiu uma introdução prévia sobre a forma de organização territorial em unidades de produção familiar, entretanto, agora o segundo tema central ganha profundidade na medida em que descreve outros elementos desta organização dos modos de produção familiar, nas antigas terras de baixio e de junco.

Historicamente, o município de Cabrobó é conhecido como a “Terra da Cebola”, esta referência deve-se à prática de cultivo deste legume em específico que, apesar de concentrada no referido município, abrange-se por cidades circunvizinhas (ANDRADE, 2012). A distribuição e comercialização da cebola em todo território estadual, e até fora dele, obedece a um sistema produtivo baseado no cálculo capitalista de lucro. Visto que, em Pernambuco, a cadeia produtiva da cebola opera através da compra e venda das forças de trabalho - prática estruturante nas relações de produção da cebola que envolve ricos, médios e pobres agricultores da região - visando o cálculo da taxa de lucros.

Por ser uma atividade de produção consolidada na região sob o ponto de vista histórico, social e econômico, não é absurdo constatar o cultivo de cebola enquanto prática comum das famílias anteriormente territorializadas no antigo Baixio dos Grandes e nas áreas de Junco. O recorte narrativo a seguir descreve como a organização e as relações de produção familiar se inseriam na cadeia produtiva da cebola e esclarece:

Agricultura e pecuária. Era só isso. Lá predominava a cebola, feijão e o milho. Por que também tinha os períodos de plantio, sabe? Não era sempre.

Aí por exemplo: Plantava a cebola, ao redor da cebola plantava o milho, a gente também plantava abóbora, pimentão, tomate, coentro, melão, melancia, fazia tipo uma hortinha. O principal era a cebola. Plantava a cebola, aí o restante do terreno era pros outros produtos. Alguns chegavam até a plantar arroz. A cebola era principal pra venda. Plantava dois kg de semente, era muita cebola. Vendia pra Terra Nova, os compradores vinham até a roça pra fazer a compra da cebola. Aí levava pro CEASA, fazia a separação dela e levavam pra fora. O principal ponto era Terra Nova e Cabrobó. O dinheiro das safras, quando chovia, dava pra sustentar. Quando não chovia, a gente engordava os animais e vendia. Se você tinha uma boa safra de cebola, a primeira coisa que você fazia era uma feira bem grande (C.7.).

Para os sujeitos entrevistados, a cebola, o feijão e o milho representavam entre os produtos cultivados, aqueles que, quando excedentes, tinham maiores chances de serem comercializados. Entretanto, os outros produtos como abóbora, pimentão, tomate, coentro, melão, melancia, entre outros, eram consumidos pelo próprio núcleo familiar produtor. Para Marx (1956), a economia camponesa é uma economia de natureza mercantil, na qual o camponês atribui um valor de troca ao fruto de seu trabalho quando para acessar bens e serviços que satisfaçam suas necessidades e fomentem a (re)produção do modo de vida camponês, enraizados nos valores de uso. Marx (1956 *apud* Archetti, 2014, p. 21) esclarece: “o camponês não aparece no mercado como possuidor de dinheiro, mas como vendedor de mercadorias produzidas por ele mesmo”.

Genericamente, a inserção na cadeia produtiva da cebola acontecia das seguintes maneiras: através do uso da própria força de trabalho familiar para o cultivo em roças próprias (arrendadas ou não) e/ou através da venda da força de trabalho familiar para o cultivo nas roças de terceiros. No primeiro caso, exigia-se um investimento inicial das famílias para a compra das sementes de cebola, produtos químicos, arrendamentos de terra e bombas d'água, entre outros meios de produção. Logo, apostar numa safra de cebola para fins de comercialização era uma possibilidade que guardava, em sua essência, as inseguranças do mercado que, determinava as demandas e os preços de compra e (re)venda do produto. Conforme observado na narrativa abaixo:

Quando tinha sorte na cebola fazia um bocado de dinheiro, quando tinha cebola bem vendida. Mas também, quando não tinha cebola vendida ficava só no prejuízo. Deixava lá mesmo abandonado, era o bicho quem comia. Mas também, quando tinha sorte de vender num preço bom: Avé Maria, era bom! (C.6.)

Em síntese, as narrativas revelam que as relações de produção constituíam-se numa natureza mista, na qual, a produção familiar atendia ao consumo da própria família, sendo o seu excedente (quando havia) destinado à venda. Eventualmente, também vendiam sua força de trabalho familiar e ganhavam por dia de serviço.

A criação de animal também era uma atividade tradicional nos antigos territórios de vida e fulcral nos períodos de estiagem prolongada, quando a agricultura era inviabilizada pela escassez de água. A venda de animais era uma prática complementar que, em períodos de seca, se constituía enquanto principal alternativa de subsistência para as famílias sertanejas, conforme observado a seguir:

Eu morava dentro da roça, trabalhava pra nós mesmo. Plantava cebola, o forte mesmo na região nossa aqui é a cebola, né; feijão, milho, arroz, plantava essas coisas aí, né.. tomate! Só isso ,mesmo e criava, né? Tinha a parte do criatório , né? A gente criava ovelha, bode, gado. Cebola mesmo era pra venda, porque o consumo de cebola é muito pouco, né? (C.2.).

O tempo de trabalho, ao longo do ano, variava de acordo com os ciclos naturais, específicos da região semiárida, e dependia das precipitações de chuva:

Porque a gente trabalhava no ano quase seis meses, aí quando tirava a roça... aí pronto, ficava tranquilo. Aí esperava chover, o açude encher, pra poder a gente plantar de novo (C.5).

A água do Baixio dos Grandes era da barragem Nilo Coelho de Terra Nova. Sempre ela enchia, não faltava, era água descendo lá diariamente. A gente trabalhava direto, o ano todo... Era tirando uma cultura e já plantando outra, fazendo pastagem pros bichos. Era uma vida que eu posso dizer a você, que quando tinha água na barragem , era muito boa (C.2).

Quando atualizadas para o momento presente, as narrativas expõem transformações significativas na arquitetura dos modos de produção no atual território da VPR Baixio dos Grandes (Junco):

É o que tou dizendo a você, o alimento da gente, a gente ta conseguindo comprando. Tudo é de compra e quando a gente vivia no baixio, eu não sei se era por que as coisas eram mais fácil ai pra trás, a gente só comprava, as vezes, é o açúcar, que não tinha como a gente plantar, o macarrão (C.3).

As famílias desterritorializadas compulsoriamente perderam o acesso aos meios de produção familiar quando transferidas para a VPR Baixio dos Grandes (Junco), onde hoje vivem aguardando a entrega dos lotes produtivos irrigados e de sequeiro. Portanto, após quase seis anos de espera, as famílias sofrem um processo de inviabilização das atividades tradicionais de agricultura e criação de animais. Realidade evidente no recorte narrativo a seguir: “Hoje, pra plantar mesmo já se tornou difícil, porque além de não ter a água, as terras ficaram poucas” (C.7). Ratificada por outros sujeitos: “aqui a planta não pode ser aguada com água, só quando a obra ficar pronta” (C.9). O atraso na finalização das obras e, por conseguinte, na entrega dos lotes irrigados e de sequeiro impossibilita o trabalho camponês no atual território, sendo não somente a agricultura inviabilizada como os criatórios

desmanchados. A narrativa a seguir constata, lamentavelmente, as duras consequências da desterritorialização compulsória, que separa o campesinato da terra:

Depois que viemos pra cá a agricultura parou, ninguém planta mais. Mas relacionado aos animais: muitos se perderam porque aqui não tem onde criar, outros venderam os que sobrou e tem alguns que ainda vão cuidar deles lá na terra que restou (C.7).

O desmonte dos modos de produção familiar parece tangenciado por um mecanismo que obedece ao formato padrão de implantação de grandes obras desenvolvimentistas nos territórios locais. De acordo com Scott (2009), cenário semelhante resultou-se na região de Itaparica/PE – território marcado historicamente pela implantação de uma grande barragem. Segundo a etnografia do campo de pesquisa do antropólogo citado acima, a implantação das obras de infraestrutura hídrica na região de Itaparica/PE desdobrou-se no seguinte cenário local:

Unanimamente, nas agrovilas que aguardam o término da preparação do equipamento prometido no projeto governamental, identifica-se a quebra na produção agrícola e no “criatório” como o problema mais grave. Sem terras em condições de plantar, e sem poder se orientar por um fluxo de água como tinham na beira do rio, há uma inversão simbólica histórica na vida dos residentes das agrovilas. Perde-se a orientação espacial e temporal que era fornecida pelo rio, e os reassentados encontram-se nas caatingas secas de onde eles mesmos ou os seus pais tinham fugido em busca das terras mais férteis na beira do rio (SCOTT, 2009, p. 34).

Logo, percebe-se a reprodução do padrão operativo no processo de implantação das obras da transposição nos territórios deste estudo. Constata-se a reprodução de um conjunto violento de injustiças que sobrecarregam negativamente as populações nos territórios atingidos. Após a transferência para a VPR Baixio dos Grandes (Junco), houve a desconstrução dos modos de produção familiar que propeliu as famílias camponesas à dependência quase exclusiva da VMT, fornecida pelo Estado. Diante disso, os membros da família passaram a buscar outras possibilidades de trabalho, portanto: a força de trabalho da família sofreu fragmentação, passando a ser individualizada e subordinada ao trabalho assalariado, geralmente vinculado a setores da construção civil – condição observada no discurso do sujeito a seguir:

Hoje, a situação aqui é todo mundo parado né... a gente ganha o benefício, mas não tem como trabalhar, aí fica todo mundo assim: Pra entrar em firma é difícil de entrar, porque tem que ter currículo, tem que ter tudo né. Meu esposo mesmo trabalhou bem 6 meses, aí as firmas vai e coloca pra fora [...] e a maioria dos empregado vem de fora (C.5).

Porque assim, ele trabalhou na Odebrecht e quando ele saiu, ele foi pra Recife trabalhar na própria Odebrecht. Só que lá ele tava trabalhando no

estádio, na copa. Mas, como não é dono é empregado, ai teve que sair e tá ai na procura (C.9).

FIGURA 11 - Trabalhador da construção civil exposto a alta densidade de poeira nas obras da Transposição do rio São Francisco, 2014.



Fonte: Autora

A narrativa acima evidencia uma situação bastante comum em territórios de grandes obras. A demanda por trabalhadores da construção civil é um aspecto próprio destes cenários e definidor para o recrutamento de mão de obra e incremento populacional local (DOMINGUES *et al*, 2014). A instabilidade do vínculo empregatício e o favorecimento aos trabalhadores (com mão de obra especializada) vindos de outros Estados e Municípios também foram constatados, pela autora, no território de SUAPE/PE – ocupado, atualmente, por um complexo portuário, industrial e uma refinaria de petróleo.

Propagandeado sob a justificativa controvertida de ofertar “água à quem tem sede” – o megaprojeto da transposição desterritorializa e conduz as famílias camponesas a um limbo existencial que consiste na espera pela conclusão das obras para, então, prosseguir em retomada dos seus modos de produção. Fato que parece, cada dia mais, imprevisível: “Rapaz, eu fico girando aqui e pensando no dia que a água do rio São Francisco vai chegar aqui, pra gente trabalhar de novo” (C.5). Em consonância: “Eu queria alcançar o fim dessa obra, só não sei se eu alcanço né, porque não sei daqui a quantos anos eles vão entregar” (C.8). A retomada do poder territorial (através de seus meios de produção – acesso á água e a terra) e a consequente (re)construção de seus modos de produção familiar na VPR Baixio dos Grandes

(Junco) permanecem na dependência da conclusão das obras e da entrega dos lotes irrigados e de sequeiro.

Entretanto, a situação se torna ainda mais complexa quando percebe-se a aflição referida pelos sujeitos entrevistados, ao manifestar medos e inseguranças sobre a possibilidade de um colapso ambiental - no qual, o Rio São Francisco e as famílias que dele dependem para viver serão as principais vítimas deste revés:

Estão acabando com a caatinga, dizendo que estão cercando, que estão fazendo as estradas, mas até agora nenhuma resposta (C.9).

[...] a gente aqui, todo mundo espera que seja bom. Apesar que eu sei que vai demorar um pouco, o povo fala que o rio tá seco, que o rio tá seco... Tem hora que eu tenho medo de quando começar a funcionar esse rio, acabar a água de tudo e aí acabar é com tudo (C.3).

Cenário semelhante se reproduziu no território de SUAPE/PE, onde as violentas dragagens alteraram a salinidade da água e provocaram o represamento dos mangues, inviabilizando a pesca artesanal de famílias tradicionais nos territórios atingidos (DOMINGUES, 2014). Portanto, percebe-se que as incertezas relacionadas à reconstrução dos antigos e tradicionais modos de produção parecem estar vinculadas e dependentes às circunstâncias da macro política que envolvem as condições de sustentabilidade e intencionalidade do megaprojeto.

4.2.3 Descaracterização da identidade camponesa

A construção de um território abriga relações objetivas e subjetivas dos homens e mulheres que, ao ocuparem um determinado espaço, produzem redes de significados com a realidade concreta da trama da vida. Ao passo que o território é organizado de modo a possibilitar a (re)produção de vida material, o mesmo é significado e vice e versa. A simultaneidade dos processos revela a natureza dialética e dependente desta relação material/simbólica do território. Segundo Saquet (2009, p. 8), a territorialidade é um resultado do processo de produção territorial e refere-se “às relações sociais e às atividades diárias que os homens [e mulheres] têm com sua natureza exterior [...] sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana”. De acordo com Almeida (2005, p. 22):

Quase nada é mencionado sobre o espaço composto pelas relações entre os indivíduos e deles com o meio, tampouco acerca dos elementos que influenciam na constituição subjetiva das pessoas: as formas de se

relacionarem entre si nesses lugares, os valores que são atribuídos às construções,[...] como esses valores vão sendo modificados.

Neste tópico, pretende-se analisar a identidade camponesa pelo viés da territorialidade. Logo, a condensação de significados dos discursos relativos à categoria de identidade camponesa fez emergir dois temas centrais: o vivido cotidiano e os saberes tradicionais, ambas as categorias estão imbricadas nas relações territoriais e muito contribuem para o entendimento da dimensão cultural do espaço.

Como visto, a (re)produção de vida nos antigos territórios Baixio dos Grandes e Junco sempre aconteceu pelo exercício do trabalho camponês, através das atividades de agricultura e criação de animais. Naturalmente, o trabalho passou a ser o elemento ordenador do modo de vida camponês, através do qual as atividades cotidianas se organizavam e os saberes tradicionais se construíam, reproduzindo-se em gerações:

Eu não posso dizer que eu sou outra coisa, eu tenho que dizer que sou agricultora, por que eu não fiz outra coisa. Quando nós chegemo lá no baixio, quando meus pais trouxe nós, eu tinha mais ou menos 10 anos de idade. Eu comecei a trabalhar com 10 anos, a gente já tinha que dar o baque na roça. Eu vou contar a você, isso também aconteceu comigo: Eu trabalhei tudo com os meus meninos de menor comigo trabalhando, por que não tinha como também, tinha que botar eles na roça pra trabalhar.[...] Eu dizia: Ah, mas eu tenho que botar meus filhos pra trabalhar, por que eu não sou rica. Aí, eles trabalhavam. Ainda hoje eu me lembro: eles trabalhavam meio dia , quando era dez, onze horas... eles já tinha que tá correndo pra tomar banho, tomava na roça mesmo, pra ir pra escola. (C.1)

O discurso acima abre a análise da categoria referente à descaracterização da identidade camponesa e narra, no presente, uma experiência histórica acessada pela memória do passado. No discurso, o “Ser agricultor(a)” entrelaça-se com o “Fazer agricultura” – prática que parece acompanhar os sujeitos entrevistados desde muito cedo e se constituir como matriz primária de subsistência e reprodução da vida: “Sempre na roça, quando começou a nascer o primeiro dente, sempre na roça”(C.6). A roça nos discursos parece se constituir como substrato central da organização da vida cotidiana. Rapidamente, se observa que a roça não só representava o território do trabalho camponês, mas também o espaço social da vida cotidiana, onde as famílias criavam e cuidavam de suas crianças:

Se você chegasse cinco horas da manhã lá, você não encontrava mais ninguém lá no baixio, aquelas casas tudo fechadas e o pessoal tudo na roça trabalhando [...]Todo canto que você chegava debaixo de um pau, você via gente, que a gente não cozinhava nas casas não[...]Eu levava uma rede pra roça, pra eu sentar e dar leite pros menino. Nãa... eu botava era a mamadeira na rede, escorava com um paninho, e voltava a trabalhar. Quando eu vinha olhar, tava a menina dormindo com o leite pingando no fundo da rede. Não dava tempo de ver eles crescer (C.1).

As sombras, “debaixo dos pés de pau” nas antigas roças, pareciam ser uma espécie de base de convívio e cuidado familiar. Lá mesmo, cozinhava-se a comida, alimentava as crianças, acolhia a família nos intervalos do trabalho para beber uma água, tomar um café, etc.

FIGURA 12 - Umbuzeiro- Árvore típica do semiárido (Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes - Junco)



Fonte: Autora

O trabalho na roça acontecia entre o nascer e pôr do sol, sendo as atividades diárias distribuídas no tempo, que em consonância com a luz do dia, era vivenciado e organizado em sua função:

Acordava cedo, já sabia qual era a minha profissão[...] Bem cedinho já amanhecia o dia. Antes do dia terminar de amanhecer, a gente já tava fazendo café pra desabar pra roça. Pra mudar cebola, arrancar cebola, essas coisas. Chegava de noite fazia sua janta, ia assistir um pouco de televisão, pronto e ia dormir (C.3).

Acordava, tomava café, vestia a roupinha da roça e descia pra roça. Um paninho na cabeça, pra proteger a cabeça do sol, uma blusa de manga comprida e uma calça muito linda [risos]. Levantava, tomava café e ia pra roça. A gente tinha um despertador que dizia: “os passarinho, que não devem nada a ninguém, já tão nos alto cantando”. Trabalhava, chegava a noite em casa cansado, ia dormir era tranquilo[...] Antes de deitar, a noite, todo mundo ia se sentar no terreiro de alguém pra tomar um café, uma bolacha e a gente lanchava... e ficava lá todo mundo proseando (C.7).

Quatro horas da manhã já tinha que tá de pé pra ir pra roça. Nós da roça era perto, bem verdade, mas se você chegasse cinco horas da manhã, você já não via mais ninguém naquelas casas. Todo mundo na roça. Botava as panelas numa caixa e ia em busca da roça. Lá, a gente saía cinco horas da manhã, as vezes escurecia com a gente na roça, comendo nas carreiras... fazia a janta debaixo de uns pés de pau. Ia comendo e batendo muriçoca pra voltar pra casa. Aí: “vamo caçar de dormir que amanhã tem que acordar cedo! (C.1)

As narrativas descrevem a presença de traços indenitários na rotina de vida que se encontram imbricados com o exercício do trabalho camponês: a hora de dormir e acordar, o que vestir, os costumes (o café com bolacha, por exemplo, parece nutrir os momentos de prosa e descontração entre vizinhos e familiares), a memória coletiva, os ditados populares, as sabedorias tradicionais, entre outras características que muito revelam sobre o modo de vida camponês, (re)produzido em seus antigos territórios. Outro aspecto determinante no vivido cotidiano diz respeito à própria organização territorial, relevante para as relações entre familiares e entre vizinhos:

Lá morava perto só a família. Meu sogro, depois mais pra baixo os filhos. Era só família mesmo. Lá o território era dividido em ribeiras: ribeira de cima, ribeira do meio e ribeira de baixo. A gente era a ribeira de baixo (C.7).

Aqui hoje é uma vila, né. Lá já era as casas um pouco afastadas uma das outras. Era bom, né? Tinha dia que as vezes a gente ia pra casa dum, tinha dia que ia pra casa d'outro, era assim...(C.2)

As ocupações dos territórios Baixio dos Grandes e do Junco estiveram vinculadas aos modos de produção que, estruturados em unidades de produção familiar, ocupavam os antigos territórios camponeses em conformação dispersa, através de pequenos aglomerados familiares. Ademais, a memória da paisagem e do território das relações cotidianas revela-se permeada de afetividade e produção subjetiva, de modo à transcender, portanto, a produção material de vida:

Eu amava o Baixio, ainda hoje eu tenho saudade, eu lembro de cada pé de pau, e de todas as casas, das cercas como eram. Quando hoje eu passo lá, me dá uma saudade[...] Quando tá chovendo é que eu sinto falta do Baixio... porque lá era assim, quando passava a chuva a gente tinha tanto divertimento, nadava nos barreiro, ia nos riacho, no córrego (C.8).

Era bom demais, Ave Maria, era aquela alegria: palestra o dia inteiro, mangando umas das outras. Na roça era bem animado. Almoçava todo mundo junto e falando um do outro [...] Aí a tardinha lá vinha tudinho, tudo com as panela na cabeça, que usava pra deixar a comida debaixo do rancho, outras era com uns sacos, já pra levar pro outro dia. As vezes, a gente descia pra roça não era por que era uma obrigação, era por que era divertido. Você trabalhava, mas gostava de trabalhar, notava nem que o sol tava quente (C.7).

[...] o local que a gente nasceu, se criou e tinha aquele amor [...] Eu lembro do batido da porta da casa de minha vó...eu dizia: como é que eu vou amanhecer o dia sem ouvir o galo que cantava lá? sem ouvir o batido da porta? sem de vez em quando comer a comida da casa da minha vó? Porque assim, a gente diz ah é bem pertinho, mas não é a mesma coisa. Eu gostava, até a comida da roça é diferente. O baião é diferente, a carne é diferente, tudo é diferente, não precisava nem ter tempero. Tudo tem um gosto natural né. [...] lá o vento e a brisa no rosto, mesmo no Sol quente, mas o Sol quente nem incomodava, eu gostava (C.9).

As memórias narradas explicitam um valor simbólico afetivo atribuído ao território da vida e do trabalho camponês. Ao descreverem a rotina diária nos antigos territórios, os discursos desvelam uma territorialidade embebida de fortes produções de sentidos e significados. O território do trabalho camponês, por exemplo, aparece significado como um espaço social de convivência e trocas subjetivas. O trabalho na roça parece ser de natureza socializadora já que, realizado em coletivo, reunia homens, mulheres, crianças e idosos (aqueles que ainda se encontravam em atividade).

FIGURA 13 - Pôr do Sol na Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes (Junco), 2015



Fonte: Autora

Atravessado pelas inter-relações dos sujeitos entre si e desses com sua natureza externa, o trabalho camponês, em sua dimensão cultural, manifesta atributos da ordem do apazível. Ou seja, o trabalho camponês e o modo de vida experimentado a partir deste elemento ordenador mediatizava o alcance do prazer e das expressões de afetividade.

Isso é uma mediação social prioritária para justificar o trabalho como território da arte e construtor do sentimento de homens libertos, opondo-se aos espaços esterilizadores de uma estética da existência que inibem o caráter do apazível, do belo e da autonomia irmanados à esfera produtiva (RAMALHO, 2014, p. 97).

Ramalho (2014) estudou a estética marítima de pescadores artesanais do território de SUAPE/PE e constatou que, para eles, o belo, livre e artístico vincula-se ao valor moral da perfeição do trabalho pesqueiro e também a estética do existir como valor de vida não cativa do trabalho. Portanto, Ao localizar o trabalho camponês como território da arte, vale-se um esclarecimento: a potência artística reside no movimento criativo do cotidiano da vida e do trabalho, capaz de gerar prazer e libertar o ser que vive e trabalha. Potência revelada no seguinte discurso:

Vou dizer a você: o que eu fazia era criar. Eu tinha era prazer de chegar na roça e botar minhas ovelhas pro chiqueiro e eu ver. Eu curava burreiro por burreiro quando tavam doente (C.1).

Nota-se que a potência artística do trabalho camponês, nos antigos territórios Baixio dos Grandes e Junco, torna-se significativa na tessitura dos saberes construídos entre os sujeitos de diferentes gerações dentro e fora dos núcleos familiares:

A gente aprendeu a plantar desde pequeno com pai. Aí foi crescendo, crescendo, nem estudo a gente num teve, porque era muita gente e era difícil. Ai por isso, a pessoa ficou e só aprendeu a trabalhar mesmo na roça e foi pela agricultura que a gente sobreviveu (C.6).

Minha filha começou a mudar cebolinho, acho que ela não tinha 10 anos de idade não... Por que eu ia pra as roças dos outros trabalhar e ela ia junto. Aí ela começava a pegar os cebolinhos e ia mudando, mudando... Aí quando saía pra fora, já saía direitinho (C.1).

A atividade da agricultura aparece como saber original que, compartilhado entre gerações, consolidou-se enquanto legado histórico e assumiu aspectos tradicionais. O acesso à educação escolar nem sempre esteve presente na vida de todos, até mesmo alguns não sabem ler nem escrever - sendo a oralidade, portanto, a principal potência de comunicação e transmissão de saberes e tradições. Estes resguardam profundos conhecimentos sobre a natureza e seus ciclos que, em consonância, regiam o processo de produção familiar nas antigas terras de baixio e de Junco:

Pai me ensinou que pra plantar no mês de Março então, a chuva tem que continuar pra poder sustentar. Porque o legume nasce, a planta nasce e, se não vier a chuva, vai morrer. Tem que continuar, aqui dá uma chuva e não chove mais, ai morre (C.9).

A transferência compulsória para o atual território da VPR Baixio dos Grandes (Junco) produziu, como visto até aqui, transformações radicais nas relações de poder, de produção e similarmente afetou as relações de identidade que, como as outras relações, vincula-se ao uso e a produção territorial. Neste sentido, as narrativas que versam sobre as atuais circunstâncias relativas aos temas centrais - vivido cotidiano e saberes tradicionais - expressam um processo descaracterizante dos traços indenitários construídos historicamente nos antigos territórios:

Hoje a minha rotina é que nem eu digo: Não é fácil não! Parada, sem fazer nada[...] só se Deus ajudasse e um dia entregasse esse lotes pra a gente se debandar pra esse meio de mundo aí. Caçar meio de plantar, criar, pra gente se entreter (C.1).

O entretenimento é citado como qualidade própria do trabalho camponês. Entreter-se com o trabalho revela possibilidades como divertimento, alegria, brincadeira, ocupação, distração, descontração, assim como pode tocar significados como o de permanência em

algum lugar. Ademais, a paisagem dos antigos territórios parece representar um conjunto de referenciais que descreve uma construção temporal e espacial do território habitado.

Entretanto, o vivido cotidiano no atual território não apresenta mais o trabalho camponês como elemento ordenador das atividades diárias das famílias reassentadas compulsoriamente. O estranhamento foi citado como sentimento inicial experimentado pelos sujeitos em relação ao “novo território” que, apesar de imposto como “nova realidade”, ainda não havia sido apropriado nem do ponto de vista material e nem tampouco simbólico pelas famílias reassentadas:

Eu mesmo no dia que a gente veio pra cá olhar essa casa aqui, eu mais ela, cheguelo aqui: oxe homi...vou morar num lugar desse nada, era esquisito [...] A gente não tinha contato com esse lado aqui, o contato da gente sempre era pra lá, pro baixio. Por que aqui era limpo, não tinha cerca, não tinha planta, não tinha nada. Parecia uma coisa abandonada, eu achava aquela coisa estranha (C.2).

O sentimento de estranheza parece ser uma experiência comum entre alguns entrevistados, pois se repete na história e no discurso de outros sujeitos: “porque quando a gente chegou aqui, a gente achava estranho o lugar” (C.4).

A paisagem desértica do novo lugar evidenciou desde do início sua condição de não habitado, semiconstruído, quase a-histórico e portanto, significado por representações como o abandono. Entretanto, importa frisar a natureza dinâmica do *contínium* inacabado relativo ao processo de (des)(re)territorialização, defendido por (CHELOTTI, 2010). Conforme explícito no discurso narrativo do sujeito entrevistado abaixo:

Quando começou, todo mundo foi cercando, foi botando planta e aí começou a mudar. Aí hoje, ó como é que tá. Quando a gente chegou aqui e viemos lavar essa casa pra se mudar: meu amigo nãa! Eu dizia: “Não vamo se acostumar aqui não”. Mas hoje tamo aí, levando a vida, né (C.2).

Após quase 6 (seis) anos de reassentamento compulsório na VPR Baixio dos Grandes (Junco), percebe-se que o processo de reterritorialização (apropriação simbólica e material do atual território) encontra-se em movimento, entretanto fundamentado em bases, indubitavelmente, distintas daquelas disponíveis nas antigas terras de baixio e de Junco. A organização do atual território, construído pelo MI em formato de Vila, determina transformações profundas nas relações familiares e de vizinhança, constituintes do vivido cotidiano:

A diferença é assim: lá era cada um na sua casa, não era assim vizinho e também não tinha essas estradas que passa gente todo dia e hora da noite. Lá, moto só andava por cima de pau e pedra e carro do mesmo jeito. Aqui o trânsito incomoda e, às vezes, quando tem batucada incomoda também. Mas, quando eu não pego no sono, é só pegar um comprimido que eu durmo (C.8).

Aqui misturou foi tudo. Era gente de cima pra baixo, muito diferente de como era lá. Deu muita confusão, teve até chuva de pedra entre vizinhos. Agora mais não, mas quando a gente chegou, a policia era quase toda semana aqui dentro. A patrulha rural de Cabrobó vinha todo domingo. Era briga de tapa, era de faca, era briga do que você imaginar. Agora não, agora ta mais calmo. Com o tempo vai se aproximando de quem você tem mais afinidade e vai perdendo aquela rivalidade que existia (C.7).

A convivência compulsória sob circunstâncias territoriais tão discrepantes, disparou conflitos tanto nas relações de vizinhança como no seio dos núcleos familiares. As atividades e relações cotidianas passaram a ser “artificializadas” e subordinadas aos aparatos externos – o uso de medicamentos para dormir parece constituir-se, hoje, em um hábito incorporado que mediatiza a convivência com o “novo” lugar. Já no que tange as relações de vizinhança, o aparato policial (poder extraterritorial) foi acionado, nos primeiros anos, como gerenciador de relações e conflitos, antes auto gerenciados.

O aspecto urbanizado das Vilas Produtivas Rurais se torna evidente nas narrativas que descrevem o lugar atual de moradia: aglomeração de casas e diferentes famílias distribuídas em ruas que, atravessadas por estradas de barro, convivem com forte movimentação de veículos. Outro forte aspecto urbano que afetou o vivido territorial e as relações intersubjetivas foi, devido a proximidade com o centro urbano do Município de Terra Nova, a possibilidade de acesso a sinal de telefone e internet tornou-se factível. Diante disso:

Por que hoje até isso o pessoal perdeu, essa proximidade, né? Esse relacionamento de se comunicar com o vizinho, depois de internet, de novela... Então, perderam mais esse compromisso de: “Ah vamo lá pra pro terreiro de fulano, ia pro de sicrano, tomar um café ... aquela coisa, né? Hoje, praticamente quando escurece: um vai pra novela, outro vai pro computador, aqui mesmo é assim. Hoje é assim... Acho que isso é no mundo todo. Infelizmente, a tecnologia mexeu mesmo, principalmente com os jovens, né? (C.2).

Importa esclarecer, portanto, que as características urbanas do atual território da VPR Baixio dos Grandes Junco não podem ser julgadas como negativas por serem urbanas, entretanto é inquestionável que as características rurais e estruturantes do modo de vida camponês sofreram um intenso processo de constrangimento e opressão. Inclusive, como já visto, o trabalho camponês, exercido pela força de trabalho familiar, hoje, encontra-se inviabilizado pela privação aos meios básicos de produção. Logo, as famílias foram forçadas a individualizarem sua força de trabalho e subordina-la ao trabalho assalariado, geralmente, disponível fora do território e dentro do centro urbano mais próximo.

Posso dizer que sou agricultora, embora eu não esteja praticando no momento[...]Depois que viemos pra cá a agricultura parou, acho que ninguém mais sabe como é que planta cebola [...]A minha rotina hoje mudou,

eu levanto, dou de comer aos meus meninos e tenho que ir pra rua trabalhar, na rua. Eu trabalho hoje com vendas, por que como eu não tou podendo ir pra roça, não tem como trabalhar (C.7.).

Por fim, destaco na narrativa acima o seguinte trecho: “acho que ninguém mais sabe como é que planta cebola”. O recorte de fala revela com clareza: por um lado, um afastamento entre os sujeitos e seu saber originário que, em ação, se revitaliza e tradicionalmente é repassado por gerações. Por outro, uma ameaça concreta de esquecimento pelo desuso na realidade atual das novas gerações. Certamente, novos saberes serão construídos ou assimilados, entretanto, vinculados à produção de novas territorialidades, correspondentes ao atual modo de vida. A coerência entre as antigas e novas territorialidades dependem da continuidade das relações sociais e de produção inscritas nas atividades cotidianas, no vivido territorial. Logo, a (re)caracterização da identidade camponesa acompanhará o fluxo das atuais e futuras circunstâncias.

4.3 A desvitalização da autonomia: o processo de vulnerabilização camponesa

De acordo com Ploeg (2009), a condição camponesa traduz-se na luta por autonomia para a (re)produção de um meio de vida rural, frente as adversidades opressoras. Igualmente, a promoção da saúde consiste no fortalecimento de sujeitos coletivos para protagonizarem a construção de seus trajetos de vida (FLEURY-TEXEIRA *et al*, 2008). Notadamente, a autonomia equivale à categoria de análise que tece um diálogo íntimo e complexo entre saúde, ambiente e campesinato. Através do fortalecimento da autonomia se amplia as possibilidades de (re)criação da condição camponesa que, indubitavelmente, luta por uma base de recursos autogeridos (PLOEG, 2009). Ademais, a autonomia dos sujeitos coletivos amplia o poder de atuação positiva sobre o processo de determinação social da saúde já que, ao agir de forma ativa, os sujeitos transformam seus contextos de vida. Como visto, Martins (2004) considera a saúde como um processo de vitalização da autonomia, pois, na medida em que encontramos um modo ativo de ser o que somos, fortalecemos nossa potência de vida. Por considerar tais convicções, este estudo se encaminha para o desenlace da análise sobre o processo de vulnerabilização - no qual a autonomia das famílias camponesas desterritorializadas encontra-se desvitalizada - em decorrência da implantação das obras de transposição do rio São Francisco nos seus territórios de vida.

A última categoria de análise refere-se, portanto: a (des)vitalização da autonomia. A condensação de significados dos discursos, proferidos pelas famílias camponesas, relativos à

categoria referida fez emergir dois temas centrais: o primeiro diz respeito às atuais possibilidades de escolhas dos sujeitos entrevistados frente ao processo de determinação social da vida. Já o segundo refere-se às atuações dos sujeitos em resposta às circunstâncias atuais da vida no território da VPR Baixio dos Grandes (Junco). Vê-se a seguir algumas narrativas a respeito:

Desde o início nós pensava: Como que a gente vai morar numa comunidade se quando a gente chegar lá só vai ter a casa pra nós morar? Não vai ter terra pra trabalhar, não vai ter local pra colocar os animais, como é que vai viver? (C.7)

Quando viemos pra vila foi um problema: Como era que a gente ia ficar? Como é que nós vamos fazer e de que é que nós vamos viver? pra começar tudo de novo... nós não tem nada (C.8).

Os trechos de falas que abrem a análise desta categoria evidenciam as indagações aflitas, nascidas no sujeito diante do contexto de insegurança produzido pela intervenção compulsória do Estado. Segundo Porto (2011):

Ao impor sobre os interesses das populações locais as lógicas econômicas e os interesses de países e elites de fora do território, os processos subsequentes de desterritorialização produzem situações de injustiça ambiental que vulnerabilizam as populações afetadas, não somente por colocar sobre os seus ombros vários riscos e cargas, mas por não reconhecer os seus direitos em temas tão fundamentais como a saúde, a terra, os recursos naturais e a própria cultura, expressa na relação material e imaterial com tais recursos (PORTO, 2011, p. 34).

A desterritorialização forçada das famílias camponesas desdobrou-se de modo a constranger alternativas possíveis de retomada do antigo modo de vida camponês. Através da privação no acesso à água e à terra para produção, o trabalho camponês é inviabilizado e as possibilidades de escolhas, nestas circunstâncias, aparecem reduzidas à sua languidez.

Se entregar isso aí irrigado, eu não tenho medo de morrer de fome, de jeito nenhum. Hoje em dia, se você não viver de trabalho, você vai viver de quê? Você acha que se tivesse água aqui, teria esse tanto de gente vadiando, catando serviço em firma? Tem gente que fica o dia todinho sentado, esperando quem diga "O salário saiu", pra poder ir fazer uma feira. Não é fácil não (C.1).

A subordinação da vida produtiva familiar à atual condição de vida tutelada pelo Estado configura-se em um processo instaurado de violência. O cerceamento das possibilidades de escolhas, através da inexecuabilidade do trabalho camponês, sufoca o poder de decisão das famílias agricultoras na condução das próprias vidas e estabelece relações fortes de dependência destas com o Estado. Se por um lado, a vida das pessoas no atual território da VPR Baixio dos Grandes (Junco) está a expensas do Estado – através da Verba de

Manutenção Temporária (VMT) citada, mais uma vez, como principal recurso de sobrevivência. Por outro, a busca por empregos assalariados nas firmas de construção civil e no cenário comercial urbano apesar de se constituir como passível de concretude se fragiliza diante da exigência de mão de obra qualificada para a prestação de serviços nas empresas contratantes. O camponês e sua família sem água e sem terra para trabalhar vê-se privado de sua integralidade, já que, como discutido por Fernandes (2012, p. 147) “o campesinato e território são indissociáveis, e a separação entre eles pode significar a destruição de ambos”. Igualmente pode-se afirmar que, circunstanciada neste contexto de injustiça ambiental, a condição camponesa é vulnerabilizada.

Certamente, a condição camponesa tem seu esteio na luta por autonomia de uma base de recursos autogeridas. Logo, o exercício do trabalho constituía-se como elemento ordenador da reprodução do modo de vida camponês, dotado de força estruturante no desenho dos traços indenitários. A atual condição inativa do camponês instaura uma condição ociosa que, penosamente, emerge das narrativas dos sujeitos entrevistados:

Eu preferia lá no Baixio, porque meu esposo aqui fica sem trabalhar. Aí bebe, não tem o que fazer[...] tem muita gente que chega aqui e não trabalha, porque fica só dentro de casa né, aí tem gente que pega depressão (C.5).

A ociosidade é referida, portanto, como um hiato existencial em que se encontram os sujeitos que - fatigados pelo desgosto de não trabalhar e perder suas referências materiais e simbólicas - lentamente definham sua potência de vida ao conduzirem-se às situações de isolamento:

Meu marido tá ainda hoje aí desempregado. Ainda hoje é daquele mesmo jeito: fica lá naquela cadeirinha no escurinho, fumando, bebendo... Sabe lá Deus o que ele tá pensando. Tem hora que ele diz: eu vou embora, eu vou embora desse lugar. Dá certo não viver assim sem trabalhar. Eu digo: eu não sou culpado, ninguém é culpado não, que eles gostam mermo é de trabalho (C.6).

A relação do sujeito com o campesinato não somente determina as dimensões objetivas da vida material como alça construções subjetivas de igual relevância na determinação do processo saúde doença. A violenta intervenção do Estado - ao incutir transformações radicais na organicidade territorial das relações de poder, de produção e identidade - sobrecarregou negativamente as famílias e seus territórios de vida, vulnerabilizando-as. Certamente, pouco podemos desvelar a realidade total referente ao complexo processo de determinação social da saúde e da doença. Entretanto, esta categoria de análise é capaz de muito nos dizer sobre os aspectos estruturais e estruturantes do sofrimento individual e coletivo, vivenciado pelas famílias camponesas neste território.

Talvez, a intensificação no uso de substâncias como o álcool, o fumo e os benzodiazepínicos atrelados às condições de isolamento e depressão, sinalize o sofrimento latente que se caracteriza como o processo de adoecimento em curso das famílias no atual território da VPR Baixio dos Grandes (Junco). Outros sujeitos referem preocupações e ansiedades vinculadas às atuais condições de vida:

Eu acho que teve impacto na saúde sim. A prova é que nós quando morava no Baixio tinha pressão boa, mas aqui nós tem que tomar remédio controlado. Tanto eu quanto ele, é tomando remédio controlado. Eu tinha gosto de pegar as cebola, de andar na roça (C.10).

Tem dia até que tem alguma coisa pra fazer, coisa de casa mesmo [...] tem dia que fica ai com a cabeça pensando em mil e uma besteiras, correndo o risco de endoidar uma hora de tanto pensar nas coisas(C.9).

Conforme afirma Martins (2004), adoecemos quando sofremos abalos contrários à nossa vitalização e temos nossa potência de vida arrefecida: “Sentia magoa, ódio, muito ódio, sentia vontade de “desabar”, de sumir” (C.10). A intervenção compulsória do Estado nos territórios atingidos tolhe a forma ativa de vida do camponês e sua família que, sucumbidos à escassez de escolhas alternativas, submergem ao *pathos*. A ociosidade imposta esmorece a potência de vida, na medida em que empurra o sujeito camponês e sua família para uma zona abissal da vida:

Já cheguei até a tomar remédio pra morrer. Foi ali num dia... Quando chegamo aqui a pressão era triste, pensei que ia morrer [...] Ai pronto, eu peguei aquela depressão, peguei uma depressão forte (C.8).

Segundo, Martins (2004, p. 28) a recuperação da saúde necessita ser vivenciada pelo sujeito através de um processo criativo que o permita “reapropriar-se de si, reencontrar efetivamente sua capacidade vital, capacidade somatopsiquicamente ativa e criativa em relação à sua vida”. Negligenciar tal premissa é negar o poder dos sujeitos coletivos de direitos em atuar no contexto próprio da vida para transforma-la.

Sem pretensão de afirmar soluções normativas para realidades complexas, dedicamos estas linhas finais à destacar a responsabilidade estatal pela promoção do estado de proteção social e fortalecimento democrático e cidadão. A intencionalidade das políticas públicas deve ser coerente com sua *praxis* e ética no uso de seu poder transformador que deve servir, inquestionavelmente, à construção da soberania popular.

A vitalização de uma sociedade autônoma e saudável deve ser atravessada pela democratização das possibilidades de escolhas e respostas aos contextos circunstanciais da vida. Contudo, o saber fazer em saúde para ser transformador precisa ser radicalmente revolucionário e reconhecer a autonomia dos sujeitos como um elemento vital e ativo na

construção dos aspectos objetivos e subjetivos da vida. Deve enfrentar as diversas formas de opressão e sobretudo nunca ser agente de violências. Deve reconhecer as dimensões culturais, territoriais/ambientais, econômicas, políticas, produção social da vida e da saúde - humana e ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Isenta da pretensão de sobrepujar a complexidade do problema discutido até aqui, projeto-me agora ao arremate de minhas considerações. A totalidade é intransponível e por isso mesmo insuperável sendo, portanto, um grande desafio explicá-la. Por isso mesmo - sem esquivo e por coerência - reconheço os limites circundantes deste trabalho que representa um pequeno recorte da realidade explicada sob a luz das perspectivas assumidas. Escolho, enfim, reiterar a parcela do conhecimento construído até aqui, sob o ensejo de não finalizar e prosseguir avançando nas discussões, ciente de que transformações profundas não são linearmente prescritas.

O crescimento econômico do Brasil pauta-se na produção para exportação e opera inscrito em um modelo de desenvolvimento global que o submete aos ditames do comércio internacional de *commodities*. O modelo do agro(hidro)negócio sustenta, significativamente, a reprodução do capital e dispara grandes conflitos no tecido social. Logo, o padrão global da vida pelo capital atinge os mais diversos e dispersos territórios locais através de uma violenta tentativa homogeneizadora da vida. Neste contexto, a implantação do megaprojeto da transposição do Rio São Francisco na região semiárida do país parece resguardar uma intencionalidade não declarada - timidamente implícita no EIA (BRASIL, 2004a) - de transformar a região num significativo celeiro agrícola de produção agroexportadora, através de investimentos na fruticultura irrigada. Entretanto, a instalação das obras da Transposição do Rio São Francisco segue provocando profundas reconfigurações territoriais, com impactos diretos e indiretos na vida e na saúde do ambiente e das populações locais.

Na contramão desse modelo global adoecedor, o compromisso de realizar uma ciência emancipadora e cidadã, precisa ser renovado e fortalecido diariamente. Segundo Breilh (2013), a perspectiva da determinação social da vida e da saúde não pode ser outra coisa se não revolucionária. O enfoque sistêmico amplia a esfera do conhecimento, de modo a contribuir com as lutas dos povos pela superação de uma organização social centrada na acumulação de capital e reprodução de injustiças e desigualdades. Sob a luz deste paradigma expande-se o campo do conhecimento da Saúde & Ambiente e se fortalece mediante a transdisciplinaridade de seus estudos e discussões. Seu diálogo com a ecologia política e a geografia crítica oferece, como visto, elementos teóricos e metodológicos significantes para realização de uma leitura da realidade e do processo de determinação social da vida nos territórios de desenvolvimento humano.

Contudo, os principais achados deste estudo de campo empírico evidenciam um torpe processo de vulnerabilização das populações camponesas que atualmente sofrem - devido ao megaprojeto da transposição - o constrangimento de suas possibilidades de escolha e decisão sobre o trajeto de suas próprias vidas. Transferidas para a vila “produtiva” rural há quase seis anos, as famílias camponesas, compulsoriamente desterritorializadas, encontram-se inviabilizadas de retomar seus modos originais de organização da vida. As famílias entrevistadas no sertão do São Francisco seguem, com sofreguidão, no aguardo pela entrega dos lotes irrigados e de sequeiro na expectativa de retomada urgente do modo de vida camponês.

A territorialidade camponesa resulta da produção do território cotidiano da vida que, pelo campesinato, acontece e se significa. Como visto, para Fernandes (2012) o campesinato e o território são indissociáveis, de modo que as transformações radicais nas estruturas e relações de poder, produção e identidade nos territórios locais afetam diretamente o modo de vida camponês. A desestabilização do poder sobre o território da vida cotidiana, a descaracterização dos modos de produção familiar e a desconstrução da identidade camponesa, marcam à ferro o embotamento da autonomia individual e coletiva que afeta, negativamente, a potência de vida da população deste estudo. A vulnerabilização desses povos configura-se em um ataque ao sujeito coletivo de direito, invisibilizado pelo modelo do capital. Inscrito neste contexto, portanto, o processo de determinação social da saúde sofre sobrecargas negativas, condicionando os sujeitos (desvitalizados de sua autonomia) ao adoecimento.

De acordo com Fleury-Teixeira (2008) a autonomia precisa ser defendida como categoria central nas análises em saúde, já que sua ação luta contra a opressão e (re)cria modos de vida não cativos. Destaco em tempo, a necessidade de mais estudos em saúde coletiva que associem, sistematicamente, os macro e micro contextos com o processo de determinação social da saúde. Assim como: o engajamento político das ciências, de modo a potencializar a emancipação dos sujeitos; a contribuir no processo de organização política e cidadã; a fortalecer o conceito ampliado de saúde e a criação de novos referenciais transdisciplinares que atuem em defesa da vida e da saúde humana.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é Justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALMEIDA, M. C. **Identidade territorial**: a geografia das construções e dissoluções culturais urbanas. 2005. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

ALVES – MAZZOTTI, A. J. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem do Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARCHETTI, E. P. Contextualização histórica do debate sobre a questão agrária na Revolução Russa. In: CARVALHO, H. M. de (Org.) **Chayanov e o campesinato**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO. **Declaração do semiárido brasileiro**: propostas da articulação no semi-árido brasileiro para a convivência com o semi-árido e combate à desertificação. Recife, 1999. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2016.

BARROS, J. N. **O desencantamento das águas no sertão**: crenças, descrenças e mobilização social no projeto de transposição do rio São Francisco. 2014. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BATISTA, M. F. S.; ALBUQUERQUE, P. C. A produção da saúde e a população do campo: uma experiência no assentamento de reforma agrária em Pernambuco – Brasil. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 173-194, jun. 2014.

BERLINGUER, G. **Medicina e política**. São Paulo: Cetesb: Hucitec, 1983.

BOLIGIAN, L. A; DOIN, R. A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia. In: GERARDI, L. H. O. (Org.). **Ambientes: estudos de geografia**. Rio Claro: Universidade Estadual de São Paulo, 2003.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro**. Disponível em: <http://www.insa.gov.br/censosab/index.php?option=com_content&view=article&id=94&Itemid=93>. Acesso em: 1 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Estudo de Impacto ambiental (EIA) do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional**. Brasília, DF, 2004a.

_____. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional**. Brasília, DF, 2004b.

_____. **Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do semi-árido**. Brasília, DF, 2005a.

_____. **Programa Básico Ambiental nº 8: programa de reassentamento de populações**. Brasília, DF, 2005b.

_____. **Projeto de Integração do rio São Francisco**. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/web/projeto-sao-francisco/o-rio-e-seus-numeros>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Sertão do São Francisco**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio082.pdf>. Acesso em 15 set 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Caderno da Região Hidrográfica do São Francisco**. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986**. Brasília, DF, 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Brasília, DF, 8 jan. 1997. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L94433.htm>. Acesso em: 17 dez. 2015.

BREILH, J. **Crítica a la interpretación capitalista de la epidemiología: un ensayo de desmestificación del proceso salud-enfermedad.** Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana de Xochimilco, 1977.

_____. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). **Revista Facultad Nacional de Salud Pública**, Medellín, v. 31. supl. 1, p. 13-27, fev./abr. 2013.

_____. Las Tres 'S' De La Determinación De La Vida: 10 Tesis Hacia Una Visión Crítica De La Determinación Social De La Vida y La Salud. In: NOGUEIRA, R. P. (Org.). **Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária.** Rio de Janeiro: Cebes, 2010. (Coleção Pensar em Saúde).

CAMPOS, G. W. S. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p. 219-230, 2000.

CAMPOS, J. N. B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n.82, p. 65-88, 2014.

CAPPIO, L. F. A transposição do Rio São Francisco é um absurdo, um contrassenso que de põe contra inteligência do povo brasileiro. In: A transposição do Rio São Francisco em debate. **Cadernos IHU em formação**, São Leopoldo, ano 4, n. 28, p. 46 – 52, 2008.

CARDEL, L. **Tipologias da Sertanidade Baiana:** uma análise sobre três dimensões identitárias: Relatório de pesquisa. Salvador: UFBA, 2006. Disponível em <www.nuclear.ufba.br>. Acesso em: 12 maio 2015.

CAREGNATO, C.A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006.

CARLOS, A.F.A. **A (re)produção do espaço urbano.** São Paulo: USP, 2008.

CARMELLO, P. Todos os nomes e nenhum: uma leitura da paisagem. **Revista Litteris (online)**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 164-179, nov. 2010. Disponível em <<http://www.revistalitteris.com.br/blank-13>>. Acesso em: 16 set. 2015.

CARVALHO, L. D. **Ressignificação e reapropriação social da natureza: Práticas e Programas de Convivência com o Semiárido no Território de Juazeiro (Bahia)**. 2010. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2010.

CASTRO, J. Geografia da fome. In: CASTRO, A.M.C. (Org.). **Fome um tema proibido: os últimos escritos de Josué de Castro**. 3. ed. Recife: Instituto de Planejamento de Pernambuco: Companhia Editora de Pernambuco, 1996.

CAVALCANTI, C. Desenvolvimento a todo custo e a dimensão ambiental: o conflito do complexo industrial-portuário de Suape, Pernambuco. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4., 2008, Brasília, DF. **Resumos...** Brasília, DF: AMPPAS, 2008. p. 1-20. Disponível em <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT2-633-327-20080519205905.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CHAYANOV, A. V. **The Theory of Peasant Economy**. Homewood, Illinois: The American Economic Association, 1966.

CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 165-180, abr. 2010.

CZERESNIA, D.; FREITAS, C.M. **Promoção da Saúde: reflexões, conceitos, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

DEMENTSHUK, M. A Transposição, um projeto dos tempos do Império. **Jornal online: Agência de reportagem e jornalismo investigativo**, fev., 2014. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/02/transposicao-um-projeto-dos-tempos-imperio/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

DOMINGUES, R. C.; SANTOS, M. O. S.; GURGEL, I. G. D. A vulneração socioambiental advinda do complexo industrial portuário de Suape: a perspectiva dos moradores da Ilha de Tatuoca – Ipojuca/PE. **Tempus: actas de saúde coletiva**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 69-91, jun. 2014.

DUARTE, R. Seca, pobreza e políticas públicas no nordeste do Brasil. In: ZICARDI, A. (Org.). **Pobreza, desigualdad social y ciudadanía: los límites de las políticas sociales en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 425-440.

FERNANDES, B.M. Sobre tipologias de territórios. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (Org.). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-216.

FERREIRA, D. S. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 111-135, abr 2014.

FLEURY-TEIXEIRA, P. et al. Autonomia como categoria central no conceito de promoção de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 2115-2122, 2008.

GONÇALVES, C. U.; OLIVEIRA, C. F. Rio São Francisco: as águas correm para o mercado. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 29, n. 2, p. 113-125, jul./dez. 2009.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B.K. (Org.). **Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 43-71.

_____. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, F.G.; HAESBAERT, R. (Org.). **Identidade e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Accss, 2007. p. 93-123.

_____. Da territorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 9., 2001. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpur, 2001. p. 1769-1777. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/issue/view/88>>. Acesso em: 30 out. 2014.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de Globalização. **Etc, espaço, tempo e crítica: Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007.

HENRIQUES, A.; PORTO, M. F. S. Território, ecologia política e justiça ambiental: o caso da produção de alumínio no Brasil. **e - cadernos CES**, Coimbra, v. 17, p. 31-55, 2012.

IBGE. **Pernambuco-Cabrobó**. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260300&search=pernambuco|cabrobo>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

IBGE. **Cadastro de Municípios localizados na Região Semiárida do País, 2005**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/semiariado.shtm?c=4>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

INTERNATIONAL CONFERENCE ON HEALTH PROMOTION, 1., 1986, Ottawa. **Ottawa Charter for Health Promotion**. Ottawa: Organização Mundial de Saúde, 1986. (WHO/HPR/HEP/95.1). Disponível em: <http://www.who.int/hpr/NPH/docs/ottawa_charter_hp.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

KLASS, W. “Com Parente Não se Neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico/87**. Brasília, DF: Universitária de Brasília: tempo brasileiro, p. 11-73. 1990. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/anuarioantropologico-sumarios/104-anuario-antropologico-sumario-1987>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

KVALE, S. **Interviews: an introduction to qualitative research interviewing**. Thousand Oaks: Sage, 1996.

LAURELL, A. C. A saúde-doença como processo social. In: NUNES, E.D. (Org.). **Medicina social: aspectos históricos e teóricos**. São Paulo: Global, 1983. p. 133-158.

_____. La salud-enfermidad como proceso social. **Cuadernos Médico Sociales**, Rosario, n. 19, p. 1-11, 1982.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFF, E. Entrevista: Enrique Leff. **Revista Página 22**, São Paulo, 6 jul. 2010. Entrevista concedida à Amália Safatle. Disponível em <<http://www.pagina22.com.br/2010/07/06/entrevista-enrique-leff/>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

_____. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Epistemologia Ambiental**. 5. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2014.

MARTINS, A. Biopolítica: o poder médico e a autonomia do paciente em uma nova concepção de saúde. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 8, n. 14, p. 21-32, set.2003/fev.2004.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956. Livro 1, v. 1.

MENEZES, E. O.; MORAIS, J. M. L. **Seca no Nordeste: desafios e soluções**. São Paulo: Atual, 2002.

MINAYO, M. C. S. Enfoque Ecológico de Saúde e Qualidade de Vida. In: MINAYO, M. C. S.; MIRANDA, A. C. (Org.). **Saúde e ambiente sustentável: estreitando os nós**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

MIRANDA, A. C.; FONTES, V. Pensamento crítico e as populações do campo da floresta e das águas e... das cidades. **Tempus: Actas da saúde coletiva**. v. 8, n. 2, p. 305-316, jun. 2014.

- MONKEN, M. *et al.* O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente. In: MIRANDA, A.C. *et al.* (Org.). **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- MOREIRA, M. C. **Determinação social da saúde**: fundamento teórico-conceitual da reforma sanitária brasileira. 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2013.
- MORIN, E. **O Método I, a natureza da natureza**. Porto: Europa-América, 1997.
- MORIN, E. A necessidade de um pensamento complexo. In: MENDES, C. (Org.). **Representação da Complexidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- NOGUEIRA, R. P. **Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: Cebes, 2010.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur, 2007.
- OLIVERIA, D. B. S. **O uso das tecnologias sociais hídricas na zona rural do semiárido paraibano**: Entre o combate a seca e a convivência com o semiárido. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- PAIM, S.; ALMEIDA FILHO, N. Saúde coletiva: uma ‘nova saúde pública’ ou campo aberto a novos paradigmas? **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 299-316. 1998.
- PIRES, M. F. C. O materialismo histórico-dialético e a educação. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 1, n. 1, p. 83-94.1997.
- PORTO, M. F. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 93, p. 31-58, 2011.
- PORTO, M. F. Saúde do trabalhador e o desafio ambiental: contribuições do enfoque ecossocial, da ecologia política e do movimento pela justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 829-839, 2005.
- PORTO, M. F.; MARTINEZ-ALIER, J. Ecologia política, economia ecológica e saúde coletiva: interfaces para a sustentabilidade do desenvolvimento e para a promoção da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, supl. 4, p. 503-512, 2007.

PORTO, M. F.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 1983-1994. 2009.

PORTO, M. F.; PACHECO, T. Conflitos e injustiça ambiental em saúde no Brasil. **Tempus: Actas em Saúde Coletiva**, Brasília, v. 4, n. 4, p. 26-37, 2009.

PORTO, M. F. S.; ROCHA, D. F.; FINAMORE, R. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.19, n. 10, p. 4071-4080, 2014.

PONTES, C. A. A.; SCHRAMM, F. R. Bioética da proteção e papel do Estado: problemas morais no acesso desigual à água potável. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1319-1327, set./out. 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, W. N. Estética marítima pesqueira: perfeição, resistência e humanização do mar. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 95-110. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n1/v13n1a07.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2014.

RIGOTTO, R. M. Produção e Consumo, Saúde e Ambiente: em busca de pontes e caminhos. In: MINAYO, M. C. S.; MIRANDA, A. C. (Org.). **Saúde e ambiente sustentável: estreitando os nós**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

RIGOTTO, R. M. Saúde Ambiental & Saúde dos Trabalhadores: uma aproximação promissora entre o Verde e o Vermelho. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 388-404. , 2003.

ROSS, J. L. S. Transposição Já. **Discutindo Geografia**, São Paulo, p. 21 - 23, 1 ago. 2006.

SACK, R. D. **Territorialidade Humana: sua teoria e história**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/122069571/Sack-Robert-David-Territorialidade-Humana-sua-teoria-e-historia>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

SAMAJA, J. **A reprodução social e a saúde**: elementos metodológicos sobre a questão das relações entre saúde e condições de vida. Salvador: Casa da Qualidade, 2000.

SAMAJA, J. Epistemologia e Epidemiologia. In: ALMEIDA FILHO, N. *et al.* (Org.). **Teoria epidemiológica hoje**: fundamentos, interfaces, tendências. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998. (Epidemiológica series, n. 2).

SANTOS, M. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. 2. ed. São Paulo: USP, 2007.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 1. n. 1, p. 7-13.1999.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SPOSITO, E.S. (Org.). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SCHRAMM, F. R. Vulnerabilidade, vulneração, saúde pública e bioética da proteção: análise conceitual e aplicação. In: TAQUETTE, S. R.; CALDAS, C. P. (Org.). **Ética e pesquisa com populações vulneráveis**, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2012.

SCOTT, P. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SILVA, A. G. (Patativa do Assaré). **Cante lá, que eu canto cá**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

SILVA, R. M. A. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 3, p. 466-485, jul/set. 2007.

_____. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

_____. Entre dois paradigmas: combate à Seca e a convivência com o semiárido. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 339-360, jan./dez. 2003.

SOARES, C. B.; CAMPOS, C. M. S.; YONEKURA, T. Marxismo como referencial teórico metodológico em saúde coletiva: implicações para a revisão sistemática e síntese de evidências. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 47, n. 6, p. 1403-1409. 2013.

SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 19, p. 93-111. 2006..

SPOSITO, M. E. B. Introdução. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 11-16.

SUASSUNA, J. Pernambuco e as águas do rio São Francisco. **Revista cidadania e meio ambiente**, Recife, 2007. Disponível em <<http://www.ecodebate.com.br/2007/03/27/pernambuco-e-as-aguas-do-rio-sao-francisco-por-joao-suassuna/>>. Acesso em: 1 abr. 2015.

SUASSUNA, J. **Semi-árido: proposta de convivência com a seca**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&id=659&Itemid=376>. Acesso em: 10 mar. 2015.

SUASSUNA, J. **Transposição das águas do Rio São Francisco: planejar é preciso**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&id=661&Itemid=376>. Acesso em: 8 abr. 2015.

TAMBELLINI, A. T.; CAMARA, V. M. A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 47-59. 1998.

TAVARES, M. C.; ANDRADE, M. C.; PEREIRA, R. R. **Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

TONUCCI FILHO, J. B. M. Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. **Revista Espinhaço**, Diamantina, v.2, n. 1, p.41-51. 2013.

UCHÔA, E. Saúde e Ambiente: trajetória e novos caminhos. In: MINAYO, M. C. S.; MIRANDA, A. C. (Org.). **Saúde e ambiente sustentável: estreitando os nós**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Environment Health Indicators: Framework and methodologies**. Genebra, 1999. Disponível em <<http://www.who.int>>. Acesso em: 15 out. 2015.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. London: Sage, 1984.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado participante,

Convidamos você a participar da pesquisa chamada “**Estudo ecossistêmico dos territórios e populações vulnerabilizadas na área de abrangência do Projeto de Integração do Rio São Francisco**”, desenvolvida por pesquisadores do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães/PE, sob a coordenação do Prof. Dr. André Monteiro Costa. Um dos objetivos do estudo é analisar as condições de vida e saúde no contexto de vulnerabilidades socioambientais do Projeto de Integração do Rio São Francisco mediante abordagem ecossistêmica. Sua opinião é de extrema importância, pois nesse momento estaremos caracterizando o processo de implantação das obras e as situações de vulnerabilidade ambiental e sua cooperação poderá contribuir para a construção deste conhecimento.

Você pode querer ou não participar da pesquisa, ou mesmo, pode retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso opte pela não participação ou mesmo desista de participar, caso já tenha iniciado a entrevista. Contudo, consideramos a sua participação fundamental para a conclusão da pesquisa. Serão garantidos o sigilo e a privacidade das informações prestadas por você. Você não será identificado no momento da divulgação dos resultados da pesquisa. Temos o compromisso de guardar as informações em local seguro. Ao final da pesquisa, todo material será arquivado, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 196/96 e orientações do Comitê de Ética em Pesquisa no qual o projeto foi submetido. A sua participação consistirá em responder perguntas previamente elaboradas a um entrevistador vinculado à pesquisa.

A qualquer momento, você poderá solicitar informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito diretamente ao entrevistador. Se você desejar informações adicionais ou desejar fazer comentários, poderá utilizar os contatos explicitados ao final deste Termo. Os resultados serão divulgados por meio de relatórios da pesquisa, artigos científicos e em dissertação/tese.

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que fui devidamente esclarecido dos objetivos, riscos e benefícios de minha participação na referida pesquisa, bem como do direito de desistir da participação a qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa, e declaro minha concordância em participar. Autorizo, ainda, a publicação dos dados da pesquisa, que me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

Recife, de _____ 2013.

Nome do entrevistado (a): _____

Assinatura: _____

Em caso de dúvidas ou questionamentos contatar o coordenador da pesquisa: André Monteiro
Tels (81) 2101-2612, e-mail: andremc@cpqam.fiocruz.br.

APÊNDICE B - Roteiro básico de entrevista semi-estruturada

Nome: _____

Idade: _____ Profissão: _____

VPR: _____ Tempo de morada no sítio: _____

Tempo de morada na VPR: _____

❖ Solo apropriado/ Solo para produzir

1. Como adquiriu o terreno/lote no sítio? Possuía titulação formal ou sem titulação formal?

2. O terreno era lugar de morada e de produção?

3. Como são estas questões na VPR hoje em dia?

❖ Trabalho/ Produção

4. Quais os meios de sustento de suas famílias antes das obras da transposição?

5. Quais os meios de sustento hoje em dia, após a transferência para a VPR?

❖ Alimentação/ água/ Saúde

6. Como era a aquisição/produção de alimentos no sítio e como é hoje nas VPRs? (quais alimentos produzidos e quais comprados na cidade?)

7. Como era o acesso a água no sítio e como é hoje na VPR?

8. Como você percebe a relação das obras da transposição do rio São Francisco com a sua saúde e de seus familiares?

❖ Dia a dia/ atividades desenvolvidas

9. Como era o seu dia a dia (rotina) no sítio antes das obras da transposição? Que atividades desenvolvia?

10. Como é sua rotina hoje, depois da transferência para as VPRs?

❖ Relações familiares/Relações entre vizinhos

11. Como eram as relações de proximidade entre os familiares e entre os vizinhos no sítio?

12. Como é hoje em dia?

❖ Itinerários/deslocamentos

13. Você ou alguém da sua família já precisou mudar de cidade ou estado para trabalhar ou morar?

14. Quais os deslocamentos mais frequentes no dia a dia (fazer compras, ir ao médico, ir a escola...)?

❖ Relação com agentes públicos e/ou privados

15. Como é a relação sua relação e de seus familiares com órgãos públicos e privados?

16. Como era relação com o Ministério da Integração antes da transferência para as VPRs e como é hoje em dia?

❖ Comunicado de desapropriação/ negociação entre MI e camponeses

17. Como você soube que haveria a obra da transposição? O que sentiu e que atitudes tomou?

18. Como se sentiu quando foi contatado sobre a desapropriação de sua casa e transferência para a VPR?

19. Quais os acordos prometidos e quais acordos não cumpridos?

20. Como se sente hoje em dia?

21. Como você avalia todo esse processo, desde seu início até hoje?

22. Em sua opinião, o que espera do seu futuro aqui na VPR?/